



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA**

**ALINE ALVES DA SILVA**

**COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA**  
**TEORIA DA PRÁTICA NUMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR**

**FORTALEZA**

**2024**

ALINE ALVES DA SILVA

**COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA  
TEORIA DA PRÁTICA NUMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração e Controladoria. Área de concentração: Gestão Organizacional. Linha de pesquisa: Organizações, Estratégia e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Diego de Queiroz Machado.

**FORTALEZA  
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S578c Silva, Aline Alves da.  
Compras Públicas Sustentáveis : uma análise sob a ótica da Teoria da Prática numa instituição pública de ensino superior / Aline Alves da Silva. – 2024.  
129 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. Diego de Queiroz Machado.
1. Sustentabilidade. 2. Compras Públicas Sustentáveis. 3. Universidade. 4. Teoria da Prática. 5. Elementos da Prática. I. Título.

CDD 658

---

ALINE ALVES DA SILVA

**COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA  
TEORIA DA PRÁTICA NUMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração e Controladoria. Área de concentração: Gestão Organizacional. Linha de pesquisa: Organizações, Estratégia e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Diego de Queiroz Machado.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Diego de Queiroz Machado  
Orientador  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Márcia Zabdiele Moreira  
Avaliador Interno  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Henrique César Muzzio de Paiva Barroso  
Avaliador Externo  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

**FORTALEZA  
2024**

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida e por estar sempre presente em minha vida, iluminando-me e dando-me forças para acreditar em minhas capacidades e em meus ideais;

Ao meu esposo, João Victor da Silva Santos, pelo companheirismo e apoio;

Ao meu filho, Kaleo Alves Santos, o maior presente que Deus me deu. Te amo infinitamente;

Aos meus pais, que sempre acreditaram em meu potencial, pelo apoio e pelas inúmeras vezes que cuidaram do meu filho para que eu tivesse um maior tempo para escrever esta dissertação;

Ao meu orientador, Dr. Diego de Queiroz Machado, por me orientar durante essa longa jornada, pela dedicação e paciência em ensinar. Meu sincero agradecimento;

À Vanessa Ingrid, Gerente da Divisão de Licitação da Unilab, por toda a compreensão e o apoio. E por sempre ter estado disposta a me ajudar durante todo o processo de coleta de dados e nunca ter se cansado em responder as minhas inúmeras perguntas;

Aos sujeitos da minha pesquisa, pelo seu tempo, energia e boa vontade;

Aos colegas de turma, por todos esses anos em que passamos juntos, compartilhando momentos de aprendizagem, alegria, descobertas e brincadeiras afins;

Ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria (PPAC) da Universidade Federal do Ceará (UFC) por todo aprendizado e enriquecimento profissional;

A todos que contribuíram com esse trabalho direta ou indiretamente, inclusive a você que está começando a leitura deste trabalho.

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

(Artigo 225 da Constituição Federal de 1988)

## RESUMO

As Compras Públicas Sustentáveis (CPS) são a inclusão de critérios sustentáveis nos processos de contratação de bens e serviços, emergindo como uma política pública relevante para promover a economicidade, a justiça social e a preservação ambiental, especialmente no Brasil, onde representam uma parcela significativa do PIB anual. Nesse cenário, estão incluídas as universidades, destacadas por diferentes autores como essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável, pois desempenham um papel crucial na formação de profissionais, na propagação do conhecimento, no fomento de pesquisas na temática da sustentabilidade e na promoção de ações voltadas a sustentabilidade. Nesse contexto, a presente pesquisa propôs como objetivo geral compreender como se configuram as práticas das compras públicas sustentáveis na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). A metodologia adotada consistiu em um estudo de caso na Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP) da Unilab, com abordagem qualitativa e empregando a Teoria da Prática dos autores Shove, Pantzar e Watson (2012), que consideram a prática como um comportamento rotinizado composta pelos elementos materiais, competências e significados interdependentes. Utilizou-se a triangulação dos dados, segundo Yin (2001), por meio de: análise documental dos arquivos e demais documentos oficiais disponibilizados referentes ao processo de compras sustentáveis da Unilab; entrevistas com 11 servidores da CLCP diretamente envolvidos em alguma das etapas do processo de compra, utilizando um roteiro semiestruturado de questões; e observação direta, tendo como foco as ações dos envolvidos na prática de compras sustentáveis e documentada por meio de fotos, vídeos e anotações em um diário de campo. Os dados coletados foram tratados e analisados utilizando o método de análise de conteúdo (Bardin, 2011), para compreender criticamente os dados e a categorização do conteúdo, com categorias apoiadas no referencial da Teoria da Prática de Shove, Pantzar e Watson (2012). Os resultados revelaram que o fluxo das Compras Públicas Sustentáveis na Unilab segue uma estrutura baseada na divisão de trabalho entre as subunidades da CLCP. Além disso, foram identificados os elementos constituintes dessas práticas, sendo o material constituído por objetos, software e infraestrutura; a competência abrangendo conhecimentos e habilidades incorporadas; e o significado por identificação pessoal, importância do trabalho e uso racional dos recursos públicos. As práticas de Compras Públicas Sustentáveis da Unilab estão alinhadas com as regulamentações e os princípios do ordenamento jurídico brasileiro e demonstraram potencial para contribuir com a sustentabilidade, minimizando o impacto ambiental e incentivando o mercado local ao fornecimento de produtos sustentáveis. No entanto, os entrevistados consideraram que essas práticas ainda são superficiais, possivelmente devido à ausência de um setor estratégico incumbido de planejar, coordenar, executar e monitorar iniciativas que promovam uma gestão sustentável em compras públicas, alinhada às dimensões econômica, social e ambiental. Percebeu-se, também, a ausência de um Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) e a dependência exclusiva do Plano de Contratações Anual (PCA) no qual são identificadas como limitações para a efetiva promoção da sustentabilidade nas práticas de compras públicas da instituição.

**Palavras-chave:** sustentabilidade; compras públicas sustentáveis; universidade; elementos da prática; teoria da prática.

## ABSTRACT

Sustainable Public Procurement (CPS) is the inclusion of sustainable criteria in the processes of contracting goods and services, emerging as a relevant public policy to promote economy, social justice and environmental preservation, especially in Brazil, where they represent a significant portion of annual GDP. In this scenario, universities are included, highlighted by different authors as essential for the promotion of sustainable development, as they play a crucial role in the training of professionals, in the propagation of knowledge, in the promotion of research on the topic of sustainability and in the promotion of actions aimed at sustainability. In this context, the present research proposed as a general objective to understand how sustainable public purchasing practices are configured at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusofonia (Unilab). The methodology adopted consisted of a case study in the Coordination of Tenders, Contracts and Equity (CLCP) at Unilab, with a qualitative approach and using the Theory of Practice by the authors Shove, Pantzar and Watson (2012), who consider practice as a behavior routinized composed of material elements, competencies and interdependent meanings. Data triangulation was used, according to Yin (2001), through: documentary analysis of files and other official documents made available relating to Unilab's sustainable purchasing process; interviews with 11 CLCP employees directly involved in some of the stages of the purchasing process, using a semi-structured script of questions; and direct observation, focusing on the actions of those involved in the practice of sustainable purchasing and documented through photos, videos and notes in a field diary. The collected data was processed and analyzed using the content analysis method (Bardin, 2011), to critically understand the data and categorize the content, with categories supported by the Theory of Practice framework of Shove, Pantzar and Watson (2012). The results revealed that the flow of Sustainable Public Procurement at Unilab follows a structure based on the division of work between the CLCP subunits. Furthermore, the constituent elements of these practices were identified, with the material consisting of objects, software and infrastructure; competence encompassing embodied knowledge and skills; and meaning by personal identification, importance of work and rational use of public resources. Unilab's Sustainable Public Procurement practices are aligned with the regulations and principles of the Brazilian legal system and have demonstrated the potential to contribute to sustainability, minimizing environmental impact and encouraging the local market to supply sustainable products. However, the interviewees considered that these practices are still superficial, possibly due to the absence of a strategic sector responsible for planning, coordinating, executing and monitoring initiatives that promote sustainable management in public procurement, aligned with the economic, social and environmental dimensions. It was also noted the absence of a Sustainable Logistics Master Plan (PLS) and the exclusive dependence on the Annual Contracting Plan (PCA) in which limitations to the effective promotion of sustainability in the institution's public purchasing practices are identified.

**Keywords:** sustainability; sustainable public purchasing; university; elements of practice; practice theory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - As oito dimensões da Sustentabilidade .....	24
Figura 2 - As três dimensões da Sustentabilidade.....	30
Figura 3 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	30
Figura 4 - Elementos da Prática.....	45
Figura 5 - Proto-práticas, Práticas e Ex-práticas .....	46
Figura 6 - Fontes de dados da presente pesquisa .....	54
Figura 7 - Organograma CLCP .....	58
Figura 8 - Etapas da análise dos dados da pesquisa .....	63
Figura 9 - Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio .....	65
Figura 10 - Fluxo de trabalho da CLCP .....	67
Figura 11 - Elementos da prática .....	71
Figura 12 - Materiais identificados na pesquisa.....	72
Figura 13 - Objetos de escritório .....	75
Figura 14 - Sistema Eletrônico de Informações.....	75
Figura 15 - Almoxarifado Virtual e SIPAC .....	76
Figura 16 - Painel de Compras .....	76
Figura 17 - Comprasnet .....	77
Figura 18 - Infraestrutura da sala.....	78
Figura 19 - Competências identificados na pesquisa .....	79
Figura 20 - Repositório de Legislações e Conhecimento .....	86
Figura 21 - Enap e Webinários.....	89
Figura 22 - Significados identificados na pesquisa.....	91
Figura 23 - Resumo dos elementos da prática .....	97
Figura 24 - Organograma PROADI.....	102
Gráfico 1 – Perfil dos entrevistados quanto à área de formação .....	60

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Países referência no tema Compras Públicas Sustentáveis .....	37
Quadro 2 - Principais normas brasileiras relacionada ao tema de CPS .....	39
Quadro 3 - Unidades da Unilab .....	50
Quadro 4 - Perfil dos entrevistados.....	60
Quadro 5 - Divisão de trabalho da CLCP.....	68
Quadro 6 - Relatos sobre o elemento material.....	73
Quadro 7 - Relatos sobre o elemento competência .....	79
Quadro 8 - Fontes de conhecimentos relatadas.....	84
Quadro 9 - Relato sobre o elemento significado.....	92

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CLCP</b>	Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio
<b>COMPASNET</b>	Portal de Compras do Governo Federal
<b>CPS</b>	Compras Públicas Sustentáveis
<b>DAPC</b>	Divisão de Apoio e Acompanhamento do Planejamento das Contratações Comuns
<b>DEEGEA</b>	Divisão de Eficiência Energética e Gestão Ambiental
<b>DILIC</b>	Divisão de Licitação
<b>DCCA</b>	Divisão de Controle de Contratos Administrativos
<b>UNILAB</b>	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PLS</b>	Plano Diretor de Logística Sustentável
<b>PROADI</b>	Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura
<b>SEI</b>	Sistema Eletrônico de Informações

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	13
<b>1.2 PROBLEMA DE PESQUISA</b> .....	17
<b>1.3 OBJETIVOS</b> .....	17
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	17
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	17
<b>1.4 ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	17
<b>1.5 JUSTIFICATIVA</b> .....	18
<b>1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO</b> .....	20
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	21
<b>2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> .....	21
<b>2.2 COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS</b> .....	33
2.2.1 <i>Relevância e características das CPS</i> .....	33
2.2.2 <i>As CPS no Mundo e no Brasil</i> .....	37
2.2.3 <i>Principais Normativos das CPS</i> .....	38
2.2.4 <i>Estudos anteriores sobre as CPS</i> .....	41
<b>2.3 TEORIA DA PRÁTICA</b> .....	43
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	49
<b>3.1 TIPO DE ESTUDO</b> .....	49
<b>3.2 CASO EM ESTUDO</b> .....	49
3.2.1 <i>Unilab: a integração internacional</i> .....	50
3.2.2 <i>Unilab: ações em sustentabilidade</i> .....	52
<b>3.3 COLETA DE DADOS</b> .....	54
<b>3.4 SUJEITOS DA PESQUISA</b> .....	58
<b>3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS</b> .....	62
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	64
<b>4.1 FLUXO DAS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA UNILAB</b> .....	65
<b>4.2 ELEMENTOS DA PRÁTICA</b> .....	71
4.2.1 <i>Materiais: objetos, software e infraestrutura</i> .....	72
4.2.2 <i>Competências: conhecimentos e habilidades incorporadas</i> .....	78
4.2.3 <i>Significados: identificação pessoal, importância ao trabalho realizado e o uso racional dos recursos públicos</i> .....	90

<b>4.3 CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS DE COMPRAS PÚBLICAS NA UNILAB PARA A SUSTENTABILIDADE.....</b>	<b>96</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA SOBRE PRÁTICAS DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA UNILAB .....</b>	<b>127</b>
<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>130</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O advento da globalização e atual modelo econômico de desenvolvimento modificou a dinâmica dos processos produtivos, resultando um modelo predatório de produção e consumo, que tem apresentado uma série de danos econômicos, sociais e, principalmente, ecológicos (Marcuz Junior *et al.*, 2020). A degradação do meio ambiente, aquecimento global, perda da biodiversidade, poluição da água são alguns exemplos dos danos causados pelo consumo insustentável dos recursos ambientais no planeta (Calvacanti *et al.*, 2017).

A sociedade e os governos buscando romper com esse cenário de degradação e construir um novo modelo econômico mais sustentável têm realizado inúmeras ações tornando o tema da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável cada vez mais relevante acarretando num aumento nas discussões e no desenvolvimento de políticas públicas (Souza; Ventura, 2020). Nesse cenário, desde a década de 1960, vários fóruns internacionais aconteceram no intuito de promoverem estratégias e políticas públicas que modificassem os padrões de consumo a fim de torná-los mais sustentáveis (Calvacanti *et al.*, 2017; Souza; Ventura, 2020).

O setor público tem um importante papel na promoção do desenvolvimento sustentável e desta forma teve sua relevância destacada em inúmeros documentos gerados nos fóruns internacionais. A Agenda 21 Global e a Agenda 2030 são exemplos de documentos que ressaltaram o papel desempenhado pelo Estado, na implementação de políticas que promovam o combate aos padrões insustentáveis de consumo (Betiol *et al.*, 2012). Betiol *et al.* (2012), Oliveira e Santos (2015) e Souza e Ventura (2020) corroboram em seus estudos que a atuação governamental é o ponto central na promoção do desenvolvimento sustentável.

A Administração Pública consegue promover um importante papel no desenvolvimento sustentável, devido a sua abrangência e capacidade de influenciar o mercado no qual está inserida. Deve-se isso ao fato do governo, seja na esfera federal, estadual ou municipal, formular leis e políticas públicas, além de ser um consumidor de grande escala, pois contrata um grande número de serviços ou produtos envolvendo um grande vulto monetário (Araújo; Teixeira, 2018). Logo, as compras governamentais utilizando-se de critérios socioambientais são relevantes por promoverem no mercado um maior incentivo por

produtos/serviços que atendam esses critérios, além de dar exemplo para outras organizações (Betioli *et al.*, 2012).

As compras e contratações públicas no Brasil envolvem um consumo de recursos que gira em torno de 10% a 15% do PIB anual, no qual somente no ano de 2022 foram realizadas 20.266 licitações com contratações, atingindo o valor total de contratações em torno de R\$ 408,35 bilhões (Cabral; Castro, 2020; Brasil, 2023). Tais números evidenciam a importância das compras públicas na economia e a sua capacidade de estimular setores produtivos de materiais e serviços. Desta forma, as compras públicas sustentáveis (CPS) tornam-se uma relevante política pública que geram resultados positivos na busca de uma sociedade que valoriza cada vez mais a economicidade, a justiça social e, sobretudo a conservação ambiental (Cabral; Castro, 2020).

As CPS são importantes instrumentos na busca pelo desenvolvimento sustentável nos órgãos governamentais e caracterizam-se pela inclusão de critérios de sustentabilidade socioambiental nos processos de contratações e aquisições de bens e serviços (Alencastro, 2014; Justen Filho, 2012; Meneguzzi, 2011). Dentre os órgãos da Administração Pública, as universidades ao desempenhar suas funções regimentais básicas, tais como ensino, pesquisa e extensão, acabam por promover uma adequação da observância da legislação com a realização de boas práticas, principalmente nos processos de compras públicas sustentáveis (Santana, 2015; Severino, 1996).

A importância da Universidade na inserção no cenário das questões de desenvolvimento sustentáveis é levantada por diversos autores, tais como Santana (2015), Santos (2018), Rohrich e Takahashi (2019) e Marcuz Junior *et al.* (2020). Tais autores afirmam que a universidade apresenta essa relevância por ser um ambiente fomentador de conhecimento, resultando na participação em projetos, congressos, cursos de extensão, o que gera efeitos culturais positivos e multiplicadores no cenário o qual está inserida, via comunidade universitária e fornecedores.

Marcuz Junior *et al.* (2020), pesquisando sobre sustentabilidade nas instituições públicas de ensino superior, realizaram uma bibliometria em 90 artigos nacionais publicados no período de 2010 a 2019, acessíveis no site de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Destaca-se que dentre os resultados, foi constatado que: as instituições mais analisadas foram às universidades públicas; e quanto aos objetivos e abordagem metodológica a maioria foi de pesquisas descritivas e qualitativas, respectivamente.

Santos (2018) após realizar uma pesquisa bibliográfica sobre sustentabilidade ambiental nas universidades brasileiras, concluiu que existe na literatura uma vasta abordagem teórica, porém verificou que ainda há uma escassez de estudos com enfoque na aplicação prática da temática e, desta forma, recomendou a realização de futuras pesquisas que foquem nessa prática sustentável realizada pelas Instituições de Ensino Superior. Corroborando, os autores Rohrich e Takahashi (2019) também recomendam o desenvolvimento de estudos de levantamento das práticas nas universidades, ao investigaram o perfil das pesquisas sobre o tema sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas no Brasil, por meio de um estudo de análise bibliométrica.

A palavra “prática” embora seja empregada de forma corriqueira no cotidiano, vem ganhando importância nas pesquisas por parte da filosofia, da sociologia e dos estudos organizacionais, tendo ganhado notoriedade após relevantes trabalhos de autores, tais como Karl Marx, Martin Heidegger, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, entre outros (Bispo; Soares; Cavalcante, 2014). Desta forma, com o fomento das pesquisas, houve o surgimento de diferentes nomenclaturas utilizadas pelos pesquisadores que adotavam uma “abordagem prática” (Postill, 2010) como, por exemplo, “estudos baseados em prática”, “práticas sociais”, “socioprática”, “estratégia como prática” e “teoria da prática” (Bispo; Soares; Cavalcante, 2014). Como adotado pelos autores Schatzki (1997), Shove, Pantzar e Watson (2012) e Postill (2010), utilizaremos apenas o termo teoria da prática no decorrer do presente trabalho.

A teoria da prática tem sua origem no final da década de 70 no que se denomina de a “virada interpretativa” ou “*the practice turn*” no qual se buscou construir uma visão guarda-chuva para descrever e analisar a ação social e os fenômenos delas decorrentes (Schatzki, 2001). A primeira obra mais significativa nos estudos da prática, conforme Shove, Pantzar e Watson (2012), foi à obra “O esboço de uma Teoria da Prática” de Bourdieu, pois o teórico verificou que a teoria da prática está na relação entre as práticas dos agentes e as estruturas sociais, sendo intermediada pelo conceito de *habitus* entre essas duas dimensões.

O desenvolvimento das pesquisas sobre o estudo da prática induziu o surgimento de diferentes entendimentos do que é prática, levando também o desenvolvimento de diversas correntes teóricas da Teoria da Prática (Bispo; Soares; Cavalcante, 2014; Valiati, 2018). Segundo o autor Postill (2010), os próprios teóricos sociais afirmam não haver uma “teoria da prática” unificada, mas uma “abordagem prática” diversificada. Assim, Schatzki (2001) aponta quatro tipos principais de teóricos da prática, sendo os filósofos (como Wittgenstein, Dreyfus,

Taylor), os teóricos sociais (Bourdieu, Giddens), teóricos culturais (Foucault, Lyotard) e teóricos da ciência e tecnologia (Latour, Rouse).

Postill (2010), entretanto, dividiu a teoria da prática conceitualmente em duas gerações de teóricos. A primeira geração desempenhou um papel fundamental na constituição das bases conceituais, sendo seus principais autores Foucault (1979); Bourdieu (1983); Giddens (1979, 1984) e Certeau (1984). Já a segunda geração propôs novos conceitos e a utilização em novas áreas, sendo os autores mais atuantes Schatzki (1996, 2001), Reckwitz (2002), Warde (2005) e Shove, Pantzar e Watson (2012).

Diante da variedade de teóricos da teoria da prática, utilizaremos no presente estudo os entendimentos dos autores Shove, Pantzar e Watson (2012) de que a prática é definida como um comportamento rotinizado que consiste em três elementos interdependentes entre si: materiais, competências e significados. Os materiais são constituídos por objetos, ferramentas, infraestrutura e o próprio corpo humano, ou seja, são recursos tangíveis utilizados pelo indivíduo. As competências são compostas por conhecimentos e habilidades incorporadas, sendo tudo que o indivíduo compreende sobre o que faz. Já o significado é as convenções culturais, expectativas e significados socialmente compartilhados, isto é, a importância atribuída pelo indivíduo a sua participação (Medeiros, 2020; Shove; Pantzar; Watson, 2012).

Os teóricos Shove, Pantzar e Watson (2012) destacam-se, conforme a autora Costa (2020), nos estudos baseados da prática por abordarem uma nova perspectiva da prática sobre o consumo, em especial o consumo sustentável. O número crescente de estudos abordando o consumo e a prática despertou interesse na comunidade científica da área de sustentabilidade (Costa, 2020). O consumo sustentável foi muitas vezes reduzido a escolha do consumidor, entretanto, na abordagem da teoria da prática, o consumo é parte da produção e reprodução da ordem social (Ibiapina, 2019).

A busca por novas alternativas que promovam a sustentabilidade tem destacado nas teorias da prática essa relevância por buscar compreender como se processam as dinâmicas das práticas no dia a dia, pois permite um novo direcionamento para políticas de práticas de consumo mais sustentáveis (Costa, 2020). Diante de todo o exposto, constata-se por diferentes estudos da necessidade do estudo da prática sustentável nas universidades, confirmando a relevância do envolvimento das universidades na temática sustentável. Desta forma, inspirada na literatura, a presente pesquisa buscará realizar essa ligação das temáticas da prática sustentável nas universidades com as compras públicas, procurando melhor compreender como ela vem sendo realizada.

## **1.2 PROBLEMA DE PESQUISA**

Através do exposto, o problema de pesquisa será: Como se configuram as práticas de compras públicas sustentáveis na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)?

## **1.3 OBJETIVOS**

### *1.3.1 Objetivo Geral*

O objetivo geral do presente trabalho consiste em compreender como se configuram as práticas das compras públicas sustentáveis na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

### *1.3.2 Objetivos Específicos*

E como objetivos específicos propõem-se: a) mapear o fluxo das compras públicas sustentáveis na Unilab; b) identificar os elementos constituintes das práticas das compras públicas sustentáveis na Unilab; e c) analisar as contribuições das práticas de compras públicas na Unilab para a sustentabilidade.

## **1.4 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa para compreender como se configuram as práticas das Compras Públicas Sustentáveis. A escolha dessa abordagem qualitativa permite compreender melhor a realidade estudada, pois ela admite a obtenção de dados descritivos, uma vez que envolve o contato direto do pesquisador com a situação estudada (Godoy, 1995); além de proporcionar uma captura fiel da realidade, dos fenômenos humanos, sublinhando características (subjetividade) que não podem ou não devem ser quantificadas (Minayo, 2012).

A análise da prática das Compras Públicas Sustentáveis será realizada através da Teoria da Prática, a partir da visão dos autores Shove, Pantzar e Watson (2012). A Teoria da

Prática oferece uma melhor possibilidade de compreender as práticas nas organizações, sendo as práticas determinadas como um conjunto amplo de ações e articulações interpostas (Nicolini, 2009; Schatzki, 2005). A escolha dos autores Shove, Pantzar e Watson (2012) deve-se por apresentarem uma abordagem para análise da prática que tem como finalidade compreender e explicar como ocorrem as mudanças nas práticas e suas consequências para o consumo sustentável.

A coleta de dados acontecerá em três momentos, seguindo a sugestão do autor Yin (2001), que de forma didática dividiremos em etapas, mas que serão realizadas na ordem e frequência a critério da pesquisadora. São as etapas: a primeira será a pesquisa documental; a segunda a realização de entrevistas; e a terceira será a observação direta em campo. Após a coleta de dados, será realizada uma análise a partir do método de análise de conteúdo, para compreender criticamente os dados coletados (Severino; 1996). Por fim, será realizada a categorização do conteúdo, com categorias apoiadas nos referenciais da Teoria da Prática de Shove, Pantzar e Watson (2012): materiais, competência e significado.

## **1.5 JUSTIFICATIVA**

O incentivo pela utilização de critérios de sustentabilidade nas compras públicas tem aumentado nas últimas décadas, o que gerou um aumento considerável de pesquisas acadêmicas. As pesquisas desenvolvidas dentro das universidades, ou por pesquisadores universitários, proporcionaram que a humanidade tivesse conhecimento das informações técnicas a respeito da atual situação crítica do meio ambiente e as consequências devastadoras causadas pelo consumo insustentável. Assim, as Universidades têm desempenhado um papel de referência de benchmarking dentro do tema da sustentabilidade (Lindfors; Amenberg, 2020).

A pesquisa justifica-se pela necessidade de um melhor entendimento da atual situação desta problemática relacionada à inclusão dos critérios de sustentabilidade nas licitações das universidades públicas. Já que as compras públicas sustentáveis, segundo Alencastro (2014), são importante instrumento de gestão ambiental pública, pois devido ao seu grande volume de contratações é capaz de induzir o mercado a fornecerem bens e serviços mais sustentáveis.

Percebendo tal importância da atuação do governo na busca pelo desenvolvimento sustentável e da promoção de compras públicas sustentáveis (CPS) ou licitações sustentáveis, como conhecidas no Brasil, diversos trabalhos acadêmicos foram desenvolvidos na área. Porém, destacamos o trabalho de Santos (2018) que afirmou ainda existir uma escassez de

estudos com enfoque na aplicação prática sustentável realizada pelas Instituições de Ensino Superior. Assim, este trabalho terá um enfoque na Teoria da Prática e buscará contribuir para a superação de lacunas teórico-empírica.

A temática da sustentabilidade foi objeto de discussões em diversos fóruns internacionais desde a década de 1960, entretanto, apesar da ampla gama de debates em torno dessa temática, Almeida e Wanderley (2020) observam que esses debates não conseguiram gerar avanços proporcionais em termos de ações práticas. Portanto, foi nesse contexto que os pesquisadores focados nas abordagens das práticas passaram a ser empregados para embasar a compreensão de como efetivamente impulsionar a prática da sustentabilidade (Almeida; Wanderley, 2020).

Dentre os autores da Teoria da Prática, Costa (2020) afirma que os autores Shove, Pantzar e Watson (2012) destacam-se, no livro *The dynamics of social practices: everyday life and how it changes*, por explorar uma perspectiva inovadora da prática em relação ao consumo (especialmente o consumo sustentável), e por definirem a formação da prática pela interação de três elementos: material, significado e competências. Corroborando, Grisa *et al.* (2022) aponta que Shove, Pantzar e Watson (2012) focam no tema da sustentabilidade e realizaram contribuições relevantes na elaboração de políticas públicas, apresentando aos interessados uma abordagem teórica de menor abstração, as quais demonstram aplicabilidade nos estudos empíricos.

Pagani (2021), em sua revisão de literatura “Estudos Baseados na Prática (EBP): uma revisão sistemática de Literatura”, verificou o aumento do número de pesquisas da área nos últimos 05 anos e uma preferência pela abordagem qualitativa, sendo utilizado o estudo de caso na maioria dos artigos analisado. Quanto à área de pesquisa, Pagani (2021) afirma que foram encontrados “desde estudos sobre ética e liderança, até uso de tecnologias e novas formas de aprendizagem”. Já Bispo, Soares e Cavalcante (2014) apontam que a maior atenção dos estudos tem sido nas áreas de aprendizagem, estratégias e organizações. Assim, através de um estudo de caso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), o presente trabalho buscará compreender como se configura as práticas das compras públicas sustentáveis.

O tema da pesquisa em questão tem relevância socioambiental, gerencial e jurídica, dessa forma espera-se contribuir para a área acadêmica estimulando os debates a respeito das práticas das compras públicas sustentáveis. O trabalho contribuirá para o desenvolvimento dos estudos organizacionais e buscará preencher as lacunas socioambientais e gerenciais sobre a

teoria da prática. Espera-se, também, que essa pesquisa contribuirá para que os administradores públicos percebam a importância da utilização dos critérios de sustentabilidade nas compras públicas, promovendo o uso racional dos recursos naturais e redução dos impactos ambientais negativos.

## **1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

A dissertação está dividida em cinco seções.

A primeira seção apresenta os aspectos introdutórios da temática a serem aprofundados nas seções posteriores, além da apresentação da problemática, os objetivos, os aspectos metodológicos, as justificativas do estudo, e a estrutura do trabalho.

A segunda seção foi feito o aprofundamento da literatura que embasou a pesquisa, sendo subdividida em três seções: Desenvolvimento Sustentável; Compras Públicas Sustentáveis; e Teoria das Práticas.

A terceira seção apresenta a metodologia utilizada, o caso em estudo, a tipologia da pesquisa, os sujeitos entrevistados, descreve ainda os procedimentos utilizados para a coleta dos dados e os métodos seguidos para a análise e tratamento dos dados obtidos.

A quarta seção trata da análise e discussão dos resultados obtidos em campo, buscando atender aos objetivos propostos. Assim, apresenta o fluxo seguido durante as compras públicas sustentáveis, em seguida a identificação dos elementos constituintes das práticas das compras públicas sustentáveis e, para finalizar, analisa as contribuições das práticas de compras públicas na Unilab para a sustentabilidade.

Já a seção final deste trabalho compreende a conclusão da pesquisa, evidenciando as contribuições preponderantes dessa investigação, apresentando as conclusões alcançadas, além de abordar as limitações do estudo. Adicionalmente, oferece propostas para futuras pesquisas, enquanto promove análises aprofundadas das temáticas abordadas na presente pesquisa.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

O aumento populacional, as alterações climáticas e o aquecimento global, desde o início da década de 1960, passaram a fazer parte da agenda de discussões de várias nações (Calvacanti *et al.*, 2017). O planeta vive um momento crítico em relação às questões ambientais e dá sinais evidentes de que não mais suporta o ritmo atual de consumo de recursos naturais. Corroborando com esse cenário, a World Wildlife Fund (2018) afirmou que houve uma redução de 60% entre os anos de 1970 e 2014 das populações de mamíferos, aves, reptéis, anfíbios e peixes; e que, no ano de 2019, a média mundial de emissões de carbono atingiu o recorde de 409.8 partes por milhão.

A sociedade deparou-se com a necessidade de encontrar formas de gestão que busquem o equilíbrio entre a preservação dos recursos naturais com o desenvolvimento econômico (Santana, 2015). Prova disso é que a partir da década de 1960 inúmeros encontros internacionais foram realizados com o objetivo principal de debater as crises ambientais ocasionadas pela degradação ambiental, como o Clube de Roma (1968), Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (1972), Formação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983), Publicação do Nosso Futuro Comum (1987).

Rohrich e Takahashi (2019) e Hegenberg (2013) afirmam que muitos consideram historicamente como o marco inicial do movimento ambientalista global, o livro “Silent Spring” (Primavera Silenciosa) da bióloga Raquel Carlson de 1962, pois a autora critica a utilização de pesticidas, agrotóxicos e inseticidas, fazendo assim um alerta para a sociedade das implicações dos avanços tecnológicos para a saúde humana. Entretanto, Boff (2017) afirma que historicamente a ideia de sustentabilidade já vinha sendo utilizado há mais de 400 anos, apesar da maioria das pessoas acreditarem que o conceito de sustentabilidade tenha origem recente e que surgiu apenas a partir das reuniões organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1970.

O conceito de sustentabilidade, segundo Boff (2017), originou-se a partir da silvicultura, que é a ciência do cultivo de florestas. O autor explica que com a utilização da madeira como principal matéria-prima gerou uma escassez nas florestas, o que levou a uma preocupação de utilizar as florestas de forma mais consciente. Assim, na Alemanha (em 1560, na Província da Saxônia) foi registrada pela primeira vez a preocupação de promover práticas

para que as florestas se regenerassem e se mantivessem permanentemente. Nesse panorama, foi criada a palavra alemã *Nachhaltigkeit*, que significa sustentabilidade.

A raiz da palavra sustentabilidade deriva do latim *sustentare* e significa sustentar, apoiar, defender, cuidar e conservar, tendo sua origem ligada a ecologia passou a dedicar atenção à capacidade de recomposição e regeneração dos ecossistemas (Boff, 2017; Lage, 2001). Logo, o homem através da sustentabilidade busca utilizar os recursos naturais de forma responsável, garantindo assim simultaneamente o alcance das necessidades humanas, a prosperidade econômica e a proteção ambiental (Menescal, 2020).

Barbieri (1997) afirma que a sustentabilidade traz a ideia de permitir uma herança dos recursos naturais de uma geração para outra, assim as necessidades das futuras gerações deverão ser atendidas da mesma forma das gerações do presente. Entretanto, Lage (2001) alega ser um grande desafio colocar o conceito da sustentabilidade em prática, justamente pela dificuldade de encontrar um equilíbrio entre o atual padrão de consumo do modelo econômico vigente e a preservação do meio ambiente para todas as gerações. Nesse contexto, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, como uma forma de equilibrar as atividades essenciais à qualidade de vida e dar continuidade a elas (Araújo; Mendonça, 2009).

A prática do desenvolvimento sustentável, segundo Barbieri (1997), passou ser apontado como uma possibilidade de soluções de problemas globais, como a redução da degradação do meio ambiente, e, também, a resolução de questões sociais, políticas e culturais. Esses benefícios propagados com a promoção do desenvolvimento sustentável gerou um intenso debate por todo o mundo em vários documentos e conferências, no que diz respeito aos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; e, principalmente, a sua aplicabilidade (Silva; Barki, 2012).

A questão ambiental por muito tempo era entendida como um problema a ser tratado individualmente por cada país, porém essa percepção mudou quando o Clube de Roma publicou em 1972, o livro *The Limits to Growth* (Os Limites do Crescimento) (Lage, 2001). Fundado em 1968, pelo italiano Aurelio Peccei (presidente honorário da Fiat) e pelo cientista escocês Alexander King, o Clube de Roma é um fórum de pessoas ilustres que reúne cientistas, pedagogos, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos com o objetivo de debaterem questões sobre política, economia internacional e, sobretudo, meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Oliveira, 2012).

O livro “Os Limites do Crescimento” foi encomendado pelo Clube de Roma e realizado pelo Massachusetts Institute of Technology – MIT, sob a liderança do cientista Dennis

Meadows. O MIT utilizou na metodologia do estudo modelos matemáticos e concluiu que a humanidade em cem anos esgotaria seus recursos naturais caso não alterassem o padrão de crescimento e consumo (Oliveira, 2012). A fim de evitar isso, ressaltaram a importância da adoção de uma política de crescimento zero, no qual os países ricos deveriam parar seu desenvolvimento econômico, enquanto os países pobres zerariam o crescimento populacional (Melo, 2020). Apesar de o relatório ter recebido inúmeras críticas e não tenha acertado nas suas previsões, Sachs (2018) considera que serviu de alerta sobre a finitude dos recursos do planeta.

Ainda no ano de 1972 e em meio ao impacto gerado pela publicação do livro “Os Limites do Crescimento”, aconteceu na cidade de Estocolmo na Suécia, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada pela ONU, também chamado de Conferência de Estocolmo (Melo, 2020). Essa conferência teve a participação de 113 países, entre eles o Brasil, e mais de 250 organizações não governamentais, tendo sido produzido a Declaração sobre o Ambiente Humano no qual foi uma iniciativa pioneira com a finalidade de conscientizar a sociedade sobre a necessidade de se melhorar a relação com o meio ambiente no que diz respeito ao uso dos recursos naturais (Alencastro, 2014; Jereissati; Melo, 2020).

Melo (2020) destaca a participação do economista e sociólogo Ignacy Sachs na elaboração do documento final da Conferência de Estocolmo, juntamente com Maurice Strong e Marc Nerfin. Sachs desenvolveu seus estudos em um contexto histórico marcado por um intenso debate sobre a relação entre o crescimento econômico, a proteção do meio ambiente e o bem-estar humano, desta forma ele é considerado um dos principais estudiosos e pioneiro do ecodesenvolvimento, que se refere a um modelo de desenvolvimento baseado na utilização racional e sustentável dos recursos naturais, na participação da população local e no respeito às diversidades culturais (Bresser-Pereira, 2013).

Ignacy Sachs (2009) propôs um modelo de oito dimensões da sustentabilidade ou ecodesenvolvimento que oferecem uma visão integrada e holística da sustentabilidade, levando em consideração os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais do desenvolvimento sustentável. Desta forma, segundo proposto por Sachs (2009), as oito dimensões da sustentabilidade são:

1. Dimensão Social: relaciona-se ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

2. Dimensão Cultural: refere-se ao equilíbrio entre respeito à tradição e inovação, capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno e autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
3. Dimensão Ecológica: aborda a preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.
4. Dimensão Ambiental: trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
5. Dimensão Territorial: relaciona-se a configurações urbanas e rurais equilibradas, melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
6. Dimensão Econômica: refere-se ao desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.
7. Dimensão Política Nacional: baseia-se na democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.
8. Dimensão Política Internacional: trata-se da promoção da paz e da cooperação internacional, do controle financeiro internacional, da gestão da diversidade natural e cultural e da cooperação científica e tecnológica.

As oito dimensões proposta por Sachs (2009) e citadas anteriormente devem ser consideradas como estratégias para alcançar a sustentabilidade em qualquer processo de desenvolvimento econômico. A figura 1 resume essas dimensões elencadas por Sachs (2009), cuja adoção deste modelo visa ajudar a orientar as políticas e práticas de sustentabilidade em diferentes contextos, desde a escala local até a global, e promover um desenvolvimento sustentável mais equitativo, inclusivo e responsável.

Figura 1 – As oito dimensões da Sustentabilidade



Fonte: Elaborado com base em Sachs (2009).

Ignacy Sachs, com todo seu arcabouço teórico, participou da Conferência de Estocolmo de 1972 e teve uma importante atuação durante a sua realização, tendo se tornado um dos seus principais atores (Melo, 2020). Durante a conferência, Sachs defendeu a importância de se adotar uma abordagem global para a proteção ambiental, buscando a cooperação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, essa sua visão foi pioneira na época (Sachs, 2009). Desta forma, a sua participação na Conferência de Estocolmo teve um papel fundamental na evolução do pensamento sobre desenvolvimento sustentável e na promoção de uma abordagem mais integrada para as políticas públicas (Bresser-Pereira, 2013).

A Conferência de Estocolmo foi um marco histórico por ter aberto a agenda mundial para encontros dos dirigentes de países para tratar questões ambientais e por ter impulsionado a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), voltado à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável (Lage, 2001; Melo, 2020). Em 1983, o PNUMA criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) para estudar e encontrar soluções para os problemas ambientais globais, essa comissão ficou conhecida mundialmente como Comissão de Brundtland, pois foi presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland (Alencastro, 2014; Justen Filho, 2012; Meneguzzi, 2011).

A citada Comissão de Brundtland concluiu seus estudos em 1987 com a publicação do relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) que chamou atenção por apresentar conectadas as dimensões ambientais, econômicas e sociais afirmando que deveriam ser trabalhadas juntas para se alcançar um desenvolvimento (Jereissate; Melo, 2020). O Relatório, também, apresentou pela primeira vez o termo “desenvolvimento sustentável” que foi definido como atender “às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras

em atender às suas próprias necessidades” (Brundtland, 1991, p. 46). A partir desse Relatório de Brundtland houve inúmeras discussões sobre um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais em sintonia com as questões ambientais (Lage, 2001).

A definição de desenvolvimento sustentável apresentada pelo Relatório de Brundtland, apesar de amplamente difundida, recebeu inúmeras críticas por falta de clareza, pois o conceito apresentado foi de grande complexidade e baixa familiaridade junto ao público (Hegenberg, 2013; Menescal, 2020). O termo desenvolvimento sustentável foi apresentado de forma tão vaga que, segundo Caradonna (2014), possibilitou que algumas empresas se denominassem sustentáveis, mesmo sem realizar práticas concretas, caso denominado *greenwashing* (Jereissati; Melo, 2020). Dahl (1997 *apud* Hegenberg, 2013) concorda com as críticas e corroboram que o conceito exposto foi muito genérico e abordou somente a dimensão temporal atribuindo uma responsabilidade para com as futuras gerações, mas não especifica como deve ser realizado.

Feil e Schreiber (2017) afirmam que mesmo com as inúmeras críticas encontrada na literatura aos conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentável e sustentabilidade, percebeu-se que existe uma conscientização da sociedade para buscar alternativas que encontrem o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais. Os citados autores ainda explicam que as divergências conceituais são geradas devido os pesquisadores do tema apresentarem uma diversidade de perspectivas, contexto e a área de atuação, gerando uma polissemia dos termos. Desta forma, os pesquisadores realizaram um levantamento bibliográfico do período de 1664 a 2014 com o objetivo de esclarecer os termos e significados de “sustentabilidade”, “sustentável” e “desenvolvimento sustentável” (Feil; Schreiber, 2017).

Feil e Schreiber (2017) concluem que embora sejam frequentemente utilizados como sinônimos, os conceitos de sustentabilidade, sustentável e desenvolvimento sustentável apresentam conotações específicas. Sustentável é um termo que foca na busca da utilização dos recursos naturais de forma contínua e perpétua, preocupando-se com o futuro dos recursos naturais e da vida humana, sendo assim o alicerce para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade abrange aspectos ambientais, sociais e econômicos e busca equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e o bem-estar social. Por fim, o desenvolvimento sustentável refere-se ao desenvolvimento econômico e social compatível com a preservação do meio ambiente (Feil; Schreiber, 2017).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Eco-92 ou Cúpula da Terra ou Rio 92, foi realizada pela ONU em 1992, na cidade do Rio de Janeiro no Brasil (Hegenberg, 2013). A CNUMAD aconteceu vinte anos após a Conferência de Estocolmo e foi a maior reunião internacional após a queda do Muro de Berlim (1989) e da Guerra Fria (1991), pois reuniu governantes de 178 países para discutir acerca do Desenvolvimento Sustentável em caráter global (Campello; Souza; Santiago, 2018). A conferência gerou vários documentos, tais como a Agenda 21; Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento; Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas; Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica; Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Lage, 2001; Melo, 2020).

A Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou simplesmente Declaração Rio 92, reafirmou os princípios da Declaração de Estocolmo de 1972 e avançou estabelecendo um conjunto de 27 princípios básicos sobre o desenvolvimento sustentável que teve como objetivo formar alianças globais através da formação de novos níveis de colaboração entre os Estados, setores chaves da sociedade e os sujeitos (ONU, 1992). Bôas (2018) afirma que a Declaração Rio 92 apresentou conteúdos valiosos e que passou a inspirar e a nortear Governos, Estados e Nações. Amado (2014) corrobora que mesmo essa declaração não tendo natureza jurídica de um tratado, alcançou grande força ética e política, passando a ser incorporada aos poucos na legislação das nações.

A Agenda 21 foi, conforme Campello, Souza e Santiago (2018), organizada pelos participantes da Conferência Rio 92 com o objetivo de garantir a concretização dos compromissos assumidos através de uma agenda de trabalhos para o próximo século, justamente por isso foi escolhido esse nome de “Agenda 21” devido à intenção de mudança do modelo de desenvolvimento a partir do século XXI. O documento traz recomendações que ainda são consideradas atuais e sugere que todas as nações planejem novas formas de estratégias de desenvolvimento mais sustentáveis (Brasil, 2012). Desta forma, a agenda é composta por 04 seções, 40 capítulos, 115 programas e 2.500 ações, abordando diferentes temas, tais como: proteção à saúde humana; combate à pobreza e à desertificação; transferência de tecnologia; biotecnologia; comércio; uso da água; gestão de resíduos (Betiol *et al.*, 2012; Melo, 2020; Piga; Mansano; Mostagi, 2016).

A estrutura da Agenda 21 é dividida em quatro grandes seções, sendo na seção I sobre dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento sustentável, abordando as consequências dos padrões de consumo nos países industrializados. A seção II trata da conservação e gestão

dos recursos naturais, incluindo a proteção da biodiversidade, gestão dos recursos hídricos e o desenvolvimento rural. Já na seção III, é sobre o fortalecimento do papel dos grupos principais e discuti temas relativos a gênero, juventude, crianças, indígenas entre outros. Finalmente, a seção IV aponta os meios de implementação que inclui, por exemplo, recursos e mecanismos financeiros, transferência, cooperação e capacitação tecnológica (Piga; Mansano; Mostagi, 2016).

A Agenda 21, apesar de ser um relevante documento que busca reunir soluções para um desenvolvimento sustentável, passou a receber algumas críticas com o decorrer do tempo. Barbieri (1997) aponta que tal documento em muitos momentos segue uma postura dúbia em relação aos temas polêmicos. Já as autoras Piga, Mansano e Mostagi (2016) afirmam ser possível identificar na literatura cinco críticas, sendo a primeira crítica pautada nas contradições do conceito de desenvolvimento sustentável, na ênfase da economia para sua efetivação e em não propor alterações no modelo de produção vigente, o que favoreceu a visão da “natureza como capital” e só remedia o problema.

A segunda crítica refere-se, conforme Piga, Mansano e Mostagi (2016), à falta de visão de mundo globalizado nas definições das estratégias para o cumprimento das práticas sustentáveis no âmbito mundial. Já a terceira crítica é voltada a Agenda 21 Brasileira que aponta a ausência de indicadores para monitoramento e avaliação das ações. A quarta crítica está relacionada à dificuldade de transformar os princípios da Agenda 21 em ações locais de proteção ao meio ambiente. Para finalizar, a quinta crítica encontrada na literatura refere-se à dificuldade em articular ações em países que não possuem histórico dessas práticas e em conseguir a participação da sociedade, além do Estado, nas ações de promoção ao desenvolvimento sustentável (Piga; Mansano; Mostagi, 2016).

A inovação da Agenda 21 está no grau de responsabilidade atribuída aos governos para o alcance dos seus objetivos e metas para o desenvolvimento sustentável (Betiol *et al.*, 2012; Piga; Mansano; Mostagi, 2016), como se verifica no trecho do preâmbulo da Agenda 21: “O êxito de sua execução é responsabilidade (...) dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais.” (ONU, 1992, p. 5). Assim, assumindo esse compromisso de viabilizar a sustentabilidade as nações participantes da Conferência Rio 92 elaboraram agendas locais, adaptando a agenda conforme as necessidades e possibilidades de cada nação (Piga; Mansalo; Mostagi; 2016).

O capítulo 28 da Agenda 21 afirma ser relevante a participação e cooperação das autoridades locais já que muitas das questões tratadas no documento perpassam nas ações da

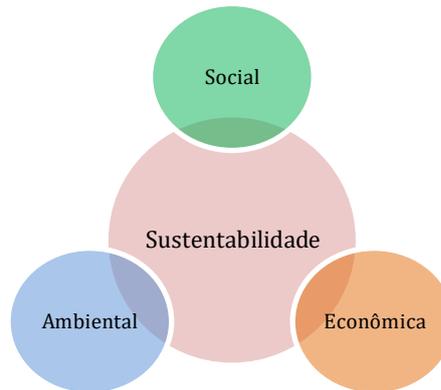
esfera local, assim concluem com a importância da construção de uma “Agenda 21 Local” (ONU, 1992). Desta forma, a Agenda 21 Local diferencia-se da Agenda 21 Global justamente por buscar desenvolver soluções personalizadas para resolver problemas específicos de cada comunidade, por isso ela deve ser aprovada pela autoridade local com ampla participação dos seus cidadãos e a cooperação de diferentes setores, incluindo o governo, organizações não governamentais e empresas privadas (Kohler, 2003; ONU, 1992).

A implementação da Agenda 21 Local, segundo Kohler (2003), foi realizada de forma diferente e variou de país para país. Philippi Júnior (2001 *apud* Kohler, 2003) exemplifica uma diferença que nas nações desenvolvidas que já possuíam uma tradição democrática e participativa foi perceptível o sucesso dessa implementação, resultando no fortalecimento da gestão ambiental participativa. Por outro lado, nas nações em desenvolvimento e sem uma tradição democrática, a implementação vem sendo desafiadora devido ao conservadorismo das classes políticas desinteressadas em dividir o poder decisório, a dificuldade de organização da população e, por fim, a dificuldade de aquisição de recursos financeiros (Philippi Júnior, 2001 *apud* Kohler, 2003).

A elaboração da Agenda 21 local, no caso do Brasil, iniciou em 1997 com a criação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 nacional (CPSD) e foi lançada em julho de 2002 após uma ampla discussão envolvendo mais de 40 mil pessoas em todo o processo (Brasil, 2012). O texto final da agenda apresenta recomendações de ações e medidas, descrição de políticas, tendo 21 objetivos divididos em cinco blocos: a economia da poupança na sociedade do conhecimento; inclusão social para uma sociedade solidária; estratégias para a sustentabilidade urbana e rural; recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas; e governança e ética para a promoção da sustentabilidade (Brasil, 2012).

As discussões e a implementação da Agenda 21 promoveu uma importante conscientização sobre a promoção de práticas sustentáveis e gerou o interesse de alguns teóricos em buscar modelos para conseguir promover o tão debatido desenvolvimento sustentável (Melo, 2020). Ainda na década de 1990, o economista inglês John Elkington (1997) aproveitou o conceito de “*bottom line*” que era utilizado nas organizações para se referir ao desempenho econômico da empresa e estabeleceu um modelo chamado como *Triple Botton Line* (TBL) ou Tripé da Sustentabilidade, sendo uma abordagem holística que considera a sustentabilidade em três dimensões: econômica, social e ambiental (Elkington, 1997). A figura 2 resume essas dimensões elencadas por Elkington (1997).

Figura 2 – As três dimensões da Sustentabilidade



Fonte: Elaborado com base em Elkington (1997).

A dimensão econômica, segundo Elkington (1997), concentra-se na responsabilidade financeira e no crescimento da economia, enfatizando a importância de que as empresas e os governos busquem alcançar lucros de forma ética e sustentáveis. Quanto à dimensão social, Elkington (1997) afirma que ela foca nas pessoas, ressaltando que as políticas públicas e as práticas empresariais devem promover a justiça social e a igualdade de oportunidades. Já a dimensão ambiental, concentra-se na mitigação dos impactos negativos gerados pelo desenvolvimento econômico, sendo relevante que todos tenham responsabilidade ambiental e garantam a proteção do meio ambiente para as próximas gerações (Elkington, 1997).

A busca de formas para conseguir promover o desenvolvimento sustentável proporcionou o cenário ideal para que, segundo Marcuz Júnior *et al.* (2020), em setembro de 2015 em Nova York, fosse firmado um dos maiores acordos mundiais da história: a Agenda 2030. A Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável publicou o “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” que é um plano de ação global composta de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançadas até o ano de 2030 por meio de ações integradas dos governantes (em todos os níveis e esferas), das empresas privadas e da sociedade civil (Marcuz Júnior *et al.*, 2020; Oliveira, 2019). A figura 3 apresenta os citados 17 ODS (ONU, 2015).

Figura 3 – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



Fonte: ONU (2015).

Oliveira (2019) ressalta que o empenho dos países em realizar até 2030 a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 pode, também, favorecer o alcance dos objetivos da Agenda 21 (a ser desenvolvido no decorrer do século XXI), pois o alinhamento de ambas as agendas mundiais pode impulsionar as políticas públicas que influenciarão positivamente para o alcance do Desenvolvimento Sustentável. A Agenda 2030 e os seus ODS são resultado de mais de dois anos de um processo de negociação mundial e prevê inúmeros compromissos a serem adotados pelas nações signatárias (Jereissati; Melo, 2020).

Jereissati e Melo (2020) destacam o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de número 12 (ODS 12) que busca assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis e para a concretização desse ODS é estabelecido a meta 12.7, no qual o governo deve promover as compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais. A Agenda 2030 enfatiza claramente a responsabilidade do Estado, em âmbito nacional, regional e global, de acompanhar e revisar o progresso alcançado na prática dos objetivos e metas (ONU, 2015). Assim, acaba por evidenciar a relevância da atuação da administração pública pela busca do desenvolvimento sustentável e associa as compras públicas sustentáveis como um importante elemento de concretização dos ODS.

As universidades, nesse contexto, na atuação de suas funções basilares de ensino, pesquisa e extensão conseguem facilmente incluir em suas atividades os ODS da Agenda 2030. Segundo o SDSN (2017), as universidades têm um papel crucial no alcance dos ODS, pois tem a capacidade de oferecer soluções, conhecimentos e ideias inovadoras. Outro ponto é que as universidades têm a função de formar os atuais e futuros líderes que serão responsáveis por implementar os ODS. Por fim, as universidades podem servir de modelo como apoiar, adotar e

implementar os ODS na governança, políticas de gestão e cultura e desenvolver líderes intersetoriais capazes de orientar os ODS (SDSN, 2017).

Dentre os órgãos públicos, as Universidades apresentam relevância no contexto das questões relacionadas ao desenvolvimento sustentáveis e tal importância é levantada por diversos autores, tais como Wu e Shen (2016), Santana (2015), Santos (2018) e Marcuz Junior *et al.* (2020). Os citados autores argumentam que a universidade apresenta esse papel importante por ser um ambiente que promove o conhecimento, resultando na participação em projetos, conferências e cursos de extensão, o que gera impactos culturais positivos e têm um efeito multiplicador na comunidade universitária e nos fornecedores envolvidos.

Wu e Shen (2016) realizaram um levantamento sobre a pesquisa acadêmica em educação superior para o desenvolvimento sustentável em 372 artigos selecionados de quatro bancos de dados (EBSCO, ProQuest, ScienceDirect e Emerald), encontraram que as tendências de pesquisa não corresponderam bem às perspectivas estratégicas estabelecidas pela UNESCO e que o foco dos pesquisadores estava em aspectos mais populares da sustentabilidade, o que levou à variação entre os números de artigos a cada ano. Já Marcuz Junior *et al.* (2020) realizou uma análise bibliométrica em 90 artigos nacionais publicados no período de 2010 a 2019 no site de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e os resultados revelaram que as universidades públicas foram as instituições mais estudadas, além de a maioria dos estudos adotou uma abordagem metodológica de pesquisa descritiva e análise qualitativa.

Rodrigues (2021) desenvolveu um trabalho na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) cujo objetivo foi identificar as práticas de gestão e identificar ações sustentáveis de TI Verdes no Setor de Tecnologia da Informação (TI). O estudo utilizou abordagem qualitativa e concluiu que a Unilab tem o desafio de manter e expandir as ações promissoras da TI Verde, conscientizando os gestores, alunos, professores e servidores sobre a importância de uma conduta sustentável como parte da trajetória de formação acadêmica (Rodrigues, 2021).

Santos (2018) constatou a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre sustentabilidade ambiental no âmbito das universidades brasileiras, constatou que existe na produção científica uma vasta abordagem teórica, contudo ressalta uma carência de estudos que abordem à prática dessa temática e, assim, destacou a necessidade de futuras investigações no âmbito das práticas sustentáveis efetivamente adotadas pelas Instituições de Ensino Superior. Em consonância, ao realizarem uma análise bibliométrica pesquisando o perfil das pesquisas relacionadas à

sustentabilidade ambiental nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, Rohrich e Takahashi (2019) defenderam a importância de desenvolver levantamentos abrangentes das práticas sustentáveis nas universidades.

Diante das conclusões apresentadas pelos autores, é possível evidenciar a importância da universidade como um agente na promoção do desenvolvimento sustentável nacional, pois através de suas funções basilares de ensino, pesquisa e extensão, conseguem influenciar tanto no que se refere à produção de conhecimento teórico quanto à aplicação prática desses conceitos. Nesse contexto, o estudo de Santos (2018) ressalta ser necessário que haja uma maior atenção na realização de estudos sobre as práticas sustentáveis adotadas pelas Instituições de Ensino Superior. Desta forma, a presente pesquisa pretende contribuir para preencher essa lacuna, realizando uma análise nas universidades das suas práticas de Compras Públicas Sustentáveis, tema esse que será abordado no próximo capítulo.

## **2.2 COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS**

### *2.2.1 Relevância e características das CPS*

A Revolução Industrial proporcionou um avanço tecnológico gerando uma expansão dos mercados consumidores mundiais, da economia capitalista e, conseqüentemente, levou a um considerável aumento na demanda por matérias primas e recursos naturais (Jereissati; Melo, 2020). Entretanto, o crescimento da utilização dos recursos naturais deu-se de forma desastrosa e as conseqüências dessas ações têm gerado distúrbios naturais, tais como: escassez de inúmeros recursos naturais, extinção de animais, aquecimento global, mudanças climáticas, chuva ácida, acumulação de substâncias perigosas no ambiente, degradação das florestas, perda da biodiversidade, poluição, escassez de água, entre outros (Brasil, 2013).

Os danos gerados nos ecossistemas e constatados por inúmeros pesquisadores levaram a um maior interesse por parte da sociedade moderna por busca de soluções que visassem o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Desta forma, historicamente, verifica-se que várias nações passaram a utilizar agendas de gestão sustentável, estabelecendo critérios a fim de proporcionar um desenvolvimento sustentável dentro das respectivas administrações públicas. Uma preocupação verificada na maioria dessas nações foi aproveitar seu poder de compra nas suas instituições para estimular o mercado a desenvolver práticas sustentáveis (Cabral; Castro, 2020; Lindfors; Ammenberg, 2021).

O Governo realiza um expressivo volume de compras e contratações anuais, representando entre 15% e 30% do Produto Interno Bruto (PIB) de um determinado país (Brasil, 2023) e, especificamente, no caso do Brasil o equivalente a 10% a 15% do PIB anual (Rosset; Finger, 2016). Por conta desses expressivos valores, ações na área das Compras Públicas Sustentáveis (CPS) acabam por serem impactantes no intuito de instigar e induzir o mercado a adotar critérios sustentáveis na fabricação de seus bens e oferecimento de serviços (Calvacanti *et al.*, 2017).

Verifica-se na literatura diversos autores, como Betiol *et al.* (2012), Souza e Ventura (2020), Valente (2011), Vieira e Puerari (2021), que afirmam ser esse protagonismo do governo o ponto central para a promoção de ações com foco nas Compras Públicas para atingir o desenvolvimento sustentável nacional. O Portal da Transparência no Brasil, por exemplo, confirma essa representatividade das contratações públicas na economia nacional ao apresentar os dados do quantitativo das compras e o impacto financeiro gerado por elas. No ano de 2021, o governo federal realizou 19.019 contratações em todo país, totalizando o valor de R\$ 69,24 bilhões; já no ano de 2022, realizou 20.266 contratações, finalizando o montante de R\$ 408,35 bilhões (Brasil, 2023).

As Compras Públicas Sustentáveis (CPS) são, segundo Biderman *et al.* (2008), mecanismos para conciliar questões ambientais e sociais em todas as etapas do processo compra e/ou contratação dos governos que objetivam minimizar os impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos, resultando concomitantemente em economia para a administração pública. Logo, as CPS podem ser analisadas conceitualmente de modo sistêmico e diferentes nomenclaturas são utilizadas, tais como: licitações sustentáveis; contratações públicas sustentáveis; compras e contratações verdes; compras ecoeficientes ou ecoamigáveis; compras responsáveis, dentre outras (Biderman *et al.*, 2008; Calvacanti *et al.*, 2017). Neste trabalho, para fins de padronização utilizaremos a nomenclatura Compras Públicas Sustentáveis ou, simplesmente, sua sigla CPS.

Bouwer *et al.* (2005) define as CPS como uma ferramenta utilizada pelo setor público para incluir critérios ambientais em todas as etapas da contratação, pesquisando e escolhendo soluções com menor impacto ao meio ambiente ao longo do ciclo de vida dos produtos e incentivando a distribuição de tecnologias ambientais e o desenvolvimento de produtos ecologicamente corretos. Segundo Lindfors e Ammenberg (2021), as CPS são uma ferramenta capaz de estimular as compras a favor do meio ambiente e a promover no mercado inovações voltada à sustentabilidade. Já Calvacanti *et al.* (2017) afirma que, apesar das diferentes

nomenclaturas utilizadas, as CPS apresentam um propósito comum em todas as nações que buscam promovê-las: gerar atitudes para que a utilização dos recursos naturais seja o mais eficiente possível.

Cardoso e Chaves (2015) destacam 06 (seis) princípios das CPS que são essenciais para orientar a implementação bem-sucedida dessas práticas e para promover a boa governança. Tais princípios foram, ainda segundo os autores, desenvolvidos pelas forças-tarefa de Marrakesh, utilizando-se de uma abordagem sistêmica passo a passo para o desenvolvimento das CPS. Desta forma, destaca-se que esses princípios são relevantes para todas as partes interessadas em compras públicas e boa governança e recomenda-se que países e organizações os incluam em suas respectivas políticas e práticas de compras (Cardoso; Chaves, 2015). Os Princípios de Compras Públicas Sustentáveis, citados anteriormente, são:

**Princípio 1: Boas compras públicas são compras públicas sustentáveis.**

As CPS seguem os elementos essenciais de boas compras públicas – são transparentes, justas, não discriminatória, competitivas, responsáveis, buscam o uso eficiente de recursos e são verificáveis – enquanto integrando as três dimensões de desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômico. Boas compras públicas sustentáveis consideram os impactos sociais, econômicos e ambientais.

Boas compras públicas requerem um entendimento dos impactos totais das compras durante todo o ciclo de vida de um produto ou serviço, independente da localidade, da fonte dos recursos naturais até o fim do gerenciamento (ex.: reuso, reciclar, desfazimento).

**Princípio 2: A implementação das CPS precisa de liderança.**

Influências superiores são necessárias para promover as CPS. Elas podem assegurar que recursos suficientes serão dedicados para a sua implementação e que as boas práticas serão compartilhadas amplamente.

**Princípio 3: As CPS contribuem para ampliar os objetivos das políticas.**

As CPS são um elemento chave para obter um amplo alcance de objetivos governamentais e organizacionais através de gastos estratégicos. Exemplos desses objetivos podem incluir gerenciamento de recursos naturais sustentáveis, eficiência de recursos, desenvolvimento sustentável e consumo e produção sustentáveis. As CPS também podem incentivar o mercado com soluções de inovações sustentáveis, incentivando uma interação cedo com o mercado e estimular a criação de empregos justos.

**Princípio 4: As CPS engajam todas as partes interessadas.**

As CPS requerem apoio de todas as partes da sociedade. Juntos, os formuladores de políticas públicas, políticos, clientes, fabricantes, fornecedores, contratantes, compradores e as organizações da sociedade civil possibilitam a entrega das CPS. As aptidões necessárias para as CPS são comunicação e análise, a habilidade de influência, negociação, profissionalismo, entendimento do mercado e todos os diferentes impactos da sustentabilidade no processo de compras. As CPS requerem em comunicação de uma mensagem consistente designada para as necessidades de diversos tipos de público. As CPS têm que ser apoiadas por linhas claras de responsabilização, com incentivos de entrega.

**Princípio 5: A implementação das CPS é baseada em princípios sensatos de gerenciamento organizacional.**

As CPS são baseadas em uma abordagem de risco, continuamente reavaliando e colocando como alvo as áreas de alto impacto ou prioridade. Sucesso imediato pode ser demonstrado através de uma abordagem de “ganho rápido”. Mas isso não deverá substituir uma abordagem mais compreensível de longo prazo.

Ter as CPS como parte de um sistema de gerenciamento organizacional ajuda a fazer com que seja parte da rotina de práticas de compras da organização.

**Princípio 6: As CPS monitoram seus resultados.**

Progresso contínuo somente é possível se os resultados das CPS forem relatados.

Usar sistemas de avaliação e monitoramento para medir resultados é essencial para acompanhar o progresso assim como identificar áreas de melhoria. Resultados podem incluir desempenho ambiental como redução de emissões, redução de uso de materiais e redução de geração de resíduos; resultados econômicos como redução de custos (incluindo benefícios e custos não tangíveis), criação de empregos, criação de riqueza, e transferência de habilidades/tecnologia; e resultados sociais como empoderamento de minorias, redução da pobreza e boa governança (Cardoso; Chaves, 2015, p. 2-3).

Betiol *et al.* (2012) lembra que a gestão de compras é uma atividade importante para o sucesso de qualquer organização, seja pública ou da iniciativa privada, pois tem um impacto direto no alcance dos objetivos da instituição. Dentro da ótica do setor público, a autora aponta que a incorporação da sustentabilidade durante a gestão de compras pode contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, maior eficiência na gestão pública e o bem coletivo. Desta forma, por meio de uma eficaz gestão das Compras Públicas Sustentáveis é possível garantir o atendimento das necessidades específicas proporcionando diversos benefícios, tais como (Brasil, 2013):

- Promoção da proteção socioambiental;
- Economia de dinheiro ao observar todos os custos associados ao ciclo de vida do produto/serviço a adquirir;
- Oportunidade de promover a inovação para a economia verde e inclusiva;
- Movimentação do mercado, estímulo à economia e aumento da competitividade de empresas em mercados futuros, criando negócios e aumentando o número de postos de trabalho;
- Promoção do desenvolvimento local;
- Melhores produtos e serviços, trazendo benefícios diretos para a população usuária dos serviços públicos, como resultado de novas ideias e padrões no mercado, que poderão, em seguida, ser fornecidos de maneira mais eficiente e eficaz, e com um menor preço;
- Descobertas científicas e tecnológicas resultantes de processos de inovação podem ajudar a solucionar alguns dos principais desafios sociais, como saúde e bem-estar, segurança alimentar, agricultura sustentável, energia limpa e eficiente, transporte sustentável e integrado, alterações climáticas e eficiência no uso de recursos naturais;
- Instrumento para melhorar a eficiência organizacional do governo, permitindo melhor tomada de decisão sobre aquisições e contratações;
- Ganho reputacional e de imagem por atuar ativamente na proteção socioambiental;
- Cumprimento da legislação;
- Atração e engajamento de colaboradores que veem a preocupação socioambiental como um diferencial;
- Aumento da conscientização sobre temas socioambientais pela comunidade local. (Brasil, 2013).

## 2.2.2 As CPS no Mundo e no Brasil

As iniciativas de compras sustentáveis foram introduzidas nos países como programas de adoção de boas práticas ambientais, entre elas o acesso às informações sobre produtos e serviços sustentáveis, mecanismos legais para garantir a preferência aos produtos sustentáveis e a capacitação dos agentes públicos (Cabral; Castro, 2020; Lindfors; Ammenberg, 2021). A literatura apresenta alguns exemplos de países que se destacaram na elaboração de normas sobre as CPS como a Coreia do Sul, Estados Unidos, Japão, Suécia, Reino Unido e Canadá (Biderman *et al.*, 2008; Calvacanti *et al.*, 2017). O quadro 1 apresenta os países referência na temática de Compras Públicas Sustentáveis adaptado dos autores Calvacanti *et al.* (2017).

Quadro 1 – Países referência no tema Compras Públicas Sustentáveis

País	Razões do Pioneirismo
<b>Coréia do Sul</b>	Um dos modelos mais avançados no quesito de monitoramento das CPS.
<b>Alemanha</b>	Referência no uso de sistemas de rotulagem ambiental.
<b>Estados Unidos</b>	Política desenvolvida com significativo viés social, além do ambiental.
<b>Suécia</b>	Ações de capacitação de servidores e diálogo com o setor produtivo.
<b>Holanda</b>	Plano e Ação estabelecidos em 2003, anteriormente à maioria dos demais países europeus.
<b>Japão</b>	Pioneiro na criação de uma rede global de CPS.
<b>Portugal</b>	Detém ferramentas para monitoramento dos benefícios proporcionados pelas CPS.
<b>Espanha</b>	Política apoiada por instituições especializadas na definição de critérios para produtos e serviços e com preocupação relacionada à compras de nível local.
<b>Reino Unido</b>	Utilização do pensamento de ciclo de vida para estabelecimento dos critérios voltados à CPS.

Fonte: Adaptado de Calvacanti *et al.* (2017, p. 14).

Biderman *et al.* (2008) destacam a Coreia do Sul como um dos países pioneiros na aprovação de lei federal sobre CPS com o propósito de promover e ampliar o mercado de produtos sustentáveis e, também, desenvolveram um sistema governamental de certificação ambiental e selos verdes para facilitar a identificação de produtos sustentáveis. Calvacanti *et al.* (2017) afirma que a Coreia do Sul adotada um modelo de CPS com enfoque prioritário na dimensão ambiental e é avaliado como um dos mais sofisticados, destacando-se no cenário internacional pela utilização de requisitos de rotulagem ambiental, nos sistemas de monitoramento, na divulgação de informações e dados estatísticos e na contabilização dos benefícios proporcionados pela política vigente de compras sustentáveis.

A política de CPS dos Estados Unidos é uma das mais avançadas do mundo, segundo os autores Calvacanti *et al.* (2017), por não se restringir à apenas as compras isoladamente, mas ao estabelecimento de medidas para reduzir as desigualdades regionais e as emissões de gases do efeito estufa. Os autores explicam que os EUA não focam apenas nas dimensões ambientais no desenvolvimento de políticas de compras sustentáveis, mas também as dimensões sociais,

pois promovem as contratações de empresas constituídas por mulheres ou grupos minoritários (principalmente grupos indígenas), atingindo o marco de 63,5% de organizações que compram de grupos minoritários e empresas pertencentes a mulheres; e 38,5% das organizações com programas voltados a compras junto a grupos minoritários (Calvacanti *et al.*, 2017).

O Brasil é signatário de diversos acordos e convenções que buscam promover o desenvolvimento sustentável, à eliminação de substâncias consideradas perigosas, à conservação da biodiversidade, a promoção das compras sustentáveis dentre outros pactos de caráter global (Calvacanti *et al.*, 2017). Nesse contexto, as experiências realizadas em outros países comprovam a eficiência da prática da CPS como ferramenta para a busca de um desenvolvimento mais sustentável. Desta forma, buscando atingir os compromissos internacionais assumidos e adequar o ordenamento jurídico nacional a esses acordos, o governo federal brasileiro tem se mobilizado para estabelecer diversas normas, práticas e diretrizes para a implementação das CPS (Souza; Ventura, 2020).

### 2.2.3 Principais Normativos das CPS

A Constituição Federal do Brasil (ou CF), promulgada em 5 de outubro de 1988, estabelece a obrigatoriedade da realização de licitações em seu artigo 37, XXI que “ressalvados casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública [...]”. Desta forma, a Administração Pública sempre utilizará a licitação como meio para realizar suas contratações. Cientes dessa obrigatoriedade e na temática ambiental, a citada CF de 1988 marcou um importante avanço na proteção do meio ambiente no Brasil, pois foi a primeira constituição brasileira a abordar expressamente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme o caput do seu artigo 225:

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Brasil, 1988, art. 225º, caput).

Barth *et al.* (2022) afirma, no Guia Nacional de Contratações Públicas, que essa visão constitucional expressa no artigo 225 reforça a importância do meio ambiente como um bem fundamental e essencial para a qualidade de vida da sociedade e para a garantia de outros direitos fundamentais, como o direito à saúde e à vida. Considera, também, que a Constituição de 1988 estabelece que a proteção e preservação do meio ambiente é uma responsabilidade de todos, tanto da coletividade quanto do Poder Público, demonstrando a relevância e a urgência

da conscientização ambiental e das medidas de preservação para as presentes e futuras gerações (Barth *et al.*, 2022). Tal respaldo constitucional, fomentou ainda mais a criação de diversas normas, práticas e diretrizes para a implementação das CPS.

A Administração Pública brasileira fundamenta a realização das CPS nas contratações de bens e serviços públicos, especialmente, na Lei nº 8.666 que determina em seu artigo 3º que a licitação deve garantir, dentre outros pontos, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Também, na Instrução Normativa nº 1/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras no âmbito da administração pública federal; e por meio do Decreto no 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes gerais para as contratações sustentáveis realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e pelas empresas estatais dependentes (Valente, 2011).

O ordenamento jurídico a fim de adequar-se à realidade das CPS apresenta uma grande diversidade de dispositivos infraconstitucionais que devem ser observados nas compras governamentais que adotem critérios de sustentabilidade (Calvacanti *et al.*, 2017; Valente, 2011). Desta forma, o administrador público deverá selecionar a proposta considerando as regras expressas em leis e normas específicas de licitações, além das normas infraconstitucionais que norteiam os critérios de sustentabilidade (Valente, 2011). O quadro 2 apresenta alguns exemplos dos principais dispositivos sobre Compra Públicas Sustentáveis.

Quadro 2 – Principais normas brasileiras relacionada ao tema de CPS

<b>Norma</b>	<b>Objeto</b>
<b>Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente</b>	Estabelece diversos requisitos orientadores para as CPS. Apresentando a possibilidade do poder público criar instrumentos econômicos de proteção ao meio ambiente, sendo possível apontar as contratações públicas sustentáveis uma dessas modalidades
<b>CF/1988 - Constituição da República Federativa do Brasil</b>	Estabelece princípios da licitação, dos direitos sociais e do trabalhador, bem como os que regem a ordem econômica e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
<b>Lei nº 8.112/1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos</b>	Previsão de punição aos gestores públicos que não cumprirem com a sua obrigação de proteção ao meio ambiente.
<b>Lei nº 8.666/1993 - Lei de Licitações e Contratos</b>	Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública.
<b>Lei nº 10.520/2002 – Lei do Pregão</b>	Regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
<b>Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional sobre Mudança do Clima</b>	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e estabelece mecanismos de coordenação intergovernamental para o enfrentamento das mudanças climáticas.
<b>Lei nº 12.349/ 2010 – Desenvolvimento nacional sustentável</b>	Novo objetivo às contratações públicas: o desenvolvimento nacional sustentável. Altera o artigo 3º da Lei nº 8.666/93

<b>Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos</b>	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e define responsabilidades dos geradores de resíduos.
<b>Decreto nº 7.746/2012 - Decreto de Sustentabilidade na Administração Pública</b>	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e estabelece diretrizes para promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública e institui Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (Cisap).
<b>Decreto nº 10.024/2019 – Lei Pregão eletrônico</b>	Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.
<b>Lei n. 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos</b>	Estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública.

Fonte: Adaptado de Betiol *et al.* (2012, p. 56).

A principal norma a ser destacada é a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, no qual institui a obrigatoriedade das licitações em seus processos de contratações e regulamenta tais procedimentos (Calvacanti *et al.*, 2017). O Congresso Nacional, em 2010, estabeleceu um importante marco legal para a realização das licitações sustentáveis, pois aprovou a Lei de nº 12.349/10, que deu uma nova redação ao então artigo 3º da Lei nº 8666/93 autorizando todos os entes da Federação a realizarem licitações sustentáveis (Valente, 2011). Abaixo transcrição da nova redação do artigo 3º da Lei nº 8.666/93 (Brasil, 1993):

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso).

Valente (2011) alega que essa nova redação do artigo 3º da Lei nº 8.666/93 ao afirmar que a licitação se destina a garantir a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, acaba por instituir a obrigatoriedade da realização de licitações sustentáveis na Administração Pública brasileira. Desta forma, em qualquer esfera do ente público, as compras e contratações de obras, serviços deverão contemplar nos respectivos instrumentos convocatórios, quando da definição do objeto, critérios que os tornem compatíveis com o desenvolvimento nacional sustentável, sem comprometer a competitividade do certame. As licitações públicas passam, assim, a ser balizadas não apenas pelo menor preço e melhor proposta para a Administração, mas também por critérios de sustentabilidade ambiental (Valente, 2011).

A Lei nº 8.666/1993 foi alterada recentemente pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, também denominada como a Nova Lei de Licitações (NLL) e publicada após quase três décadas da anterior (Rabello, 2022). A NLL reuniu em um único instrumento princípios, regras,

institutos e mecanismos previamente estipulados em normativos anteriores, afastando a fragmentação até então vigente, tais como: Lei nº 8.666/93 (Lei das Licitações e Contratos); Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão); Lei nº 12.462/2011 (Lei RDC) e o Decreto nº 10.024/2019 (Decreto do Pregão Eletrônico) (Vieira; Puerari, 2021). Além da consolidação normativa, a nova norma também estabelece importantes diretrizes para as licitações sustentáveis, incentivando a adoção de práticas e soluções que contribuam para a preservação do meio ambiente, além de promover a responsabilidade social e a inclusão social (Tajra; Belchior, 2021; Rabello, 2022).

O legislador da Lei nº 14.133/2021 de forma pioneira inclui o desenvolvimento nacional sustentável, como um dos princípios (artigo 5º) das licitações e contratos da Administração Pública, não só como um dos objetivos como já era na Lei nº 8.666/93. Tal enquadramento do desenvolvimento nacional sustentável como princípio, acaba por elevá-lo a norma de caráter geral, promovendo um caráter vinculante, cogente e obrigatório dentro do ordenamento jurídico brasileiro (Tajra; Belchior, 2021). Assim, com a redação da NLL, as contratações sustentáveis não podem mais ser uma exceção, passando a ser necessária a motivação administrativa, quando não forem adotados critérios e práticas de sustentabilidade (Barth, 2022; Rabello, 2022).

#### *2.2.4 Estudos anteriores sobre as CPS*

As legislações focadas em Compras Públicas Sustentáveis, apresentada anteriormente e atualmente vigente no Brasil, são bastante amplas e tem se esforçado para incluir critérios sociais, ambientais e econômicos nas licitações para assim fomentar o desenvolvimento sustentável. Jereissati e Melo (2020) avalia que a Administração Pública Brasileira ao publicar normativos e regulamentos que permitem estabelecer critérios sustentáveis para as aquisições de produtos e serviços proporcionou boa base legal para que sejam realizadas as CPS em todo o território nacional, promovendo assim, ações de fomento ao desenvolvimento sustentável no mercado ao qual está inserida.

Diante da importância das Compras Públicas Sustentáveis no auxílio para o alcance do desenvolvimento sustentável nacional, diversos autores realizaram estudos incluindo as universidades nesse cenário, tais como Lavor e Turatti (2021), Soares, Deglinomeni e Rosa (2021) Souza e Ventura (2020), entre outros. Tais autores consideram que as universidades têm um importante papel nessa temática, já que tem por função primordial a educação e a pesquisa

científica e com a implementação das CPS conseguem gerar efeitos positivos e multiplicadores no cenário o qual está inserida, via comunidade universitária e fornecedores (Lavor; Turatti, 2021; Soares; Deglinomeni; Rosa, 2021; Souza; Ventura, 2020).

Lavor e Turatti (2021) realizou uma pesquisa qualitativa com o propósito de analisar se os processos de compras realizados pelo IFCE-*campus* Iguatu incorporaram os critérios de sustentabilidade legalmente previstos e concluiu que o IFCE-*campus* Iguatu adota os critérios de sustentabilidade acima da média nacional (apesar da quantia ainda não ser o percentual necessário); e que os maiores percentuais de critérios de sustentabilidade encontrados são aqueles regulamentados por legislação própria, a qual especifica como o critério deverá ser implantado.

Soares, Deglinomeni e Rosa (2021) buscando identificar os critérios de sustentabilidade adotados nos processos de compras públicas das Universidades Federais localizadas no Rio Grande do Sul, sendo: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e a Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Os autores analisaram 911 editais do ano de 2013 e apenas 20 editais (2,19%) apresentavam algum critério de sustentabilidade, evidenciando a baixa adesão na utilização dos critérios sustentáveis nas compras realizadas nas IFES estudadas.

Já Souza e Ventura (2020) analisaram as CPS realizadas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre o período de 2012 a 2016, através dos dados obtidos no painel de compras do governo federal. Os autores avaliaram os valores em reais gastos e a quantidade de CPS em volume de compras em serviços e bens, independentemente da modalidade de compras e concluíram que UFBA se destaca tanto no âmbito regional, sendo primeira colocada em volume e segunda, em gastos de CPS; como no âmbito nacional, sendo o 13º órgão da Administração Pública Federal em volume de CPS e o sexto em gastos.

Em suma, os estudos analisados destacam que as Compras Públicas Sustentáveis representam uma oportunidade valiosa para as universidades brasileiras, pois elas são uma importante ferramenta na redução dos impactos negativos gerados pela instituição no meio ambiente, também, promovem uma cultura de consumo consciente e valorização dos aspectos ambientais, sociais e econômicos da sustentabilidade (Lavor; Turatti, 2021; Soares; Deglinomeni; Rosa, 2021; Souza; Ventura, 2020). Foi diante dessa relevância, que a presente pesquisa decidiu buscar compreender como se configuram as práticas das compras públicas sustentáveis em uma universidade.

## 2.3 TEORIA DA PRÁTICA

Os estudos organizacionais buscando compreender a sua realidade de investigação nas pesquisas de campo utilizam-se de diferentes perspectivas ontológicas e epistemológicas, o que proporciona uma variedade de caminhos metodológicos de pesquisa (Passos; Bulgacov, 2019). Nesse contexto, os estudos sobre prática que antes já eram utilizados de forma modesta nas ciências humanas e sociais vem ganhando destaque na produção científica da administração nas pesquisas das áreas organizacionais, de aprendizagem e de estratégia, assim, estudos com a expressão “teoria da prática” são cada vez mais utilizados (Bispo; Soares; Cavalcante, 2014).

A teoria da prática tem sua origem no final da década de 1970 no que se convencionou chamar de a “virada interpretativa”, no qual se buscou uma forma alternativa de compreender a realidade dos indivíduos e suas expectativas, deixando de lado as ideias abstratas. A base conceitual da prática surge a partir do campo das ciências sociais, em disciplinas como a Antropologia, História, Filosofia e Sociologia e, conforme Postill (2010), esta teoria pode ser dividida conceitualmente em duas gerações de teóricos (Valiati, 2018).

A primeira geração foi responsável pela formação das bases conceituais buscando um equilíbrio entre o individualismo metodológico (entende o fenômeno social como o resultado de ações individuais) e o holismo metodológico (explica do fenômeno por meio de estruturas), sendo seus principais autores Foucault (1979); Bourdieu (1983); Giddens (1979, 1984) e Certeau (1984). Já a segunda geração continua enfatizando a centralidade do corpo e propôs novos conceitos e aplicações em novas áreas como consumo, cultura material, neurociência e estudos de mídia, sendo os autores mais influentes Schatzki (1996, 2001), Reckwitz (2002), Warde (2005) e Shove, Pantzar e Watson (2012) (Valiati, 2018).

Observando a formação da base conceitual da teoria da prática pode-se destacar as abordagens da teoria da estruturação de Anthony Giddens, o conceito de “tecnologias do eu” de Michel Foucault, o quadro (frame) de análise social de Erving Goffman e o conceito de *habitus* de Bourdieu (Reckwitz, 2002). Conforme os autores Shove, Pantzar e Watson (2012), dentre os teóricos da prática, o livro “O esboço de uma Teoria da Prática” de 1972 de Bourdieu foi um dos mais importantes para fundamentar os estudos sobre a prática, pois o autor constatou que a teoria da prática reside na interação entre as ações dos agentes e as estruturas sociais, sendo mediada pela definição de *habitus* (Shove; Pantzar; Watson, 2012).

Sherry Ortner, uma antropóloga cultural americana, em seu trabalho “Theory in Anthropology Since the Sixties” de 1984 já identifica o surgimento da “teoria da prática”, delimitando que essa teoria tem uma abordagem diversa não estando associada a uma única escola. Ortner (1984) realizando nesse trabalho uma avaliação da formação e reforma de várias tendências do pensamento antropológico, percebeu um aumento significativo de pesquisas utilizando dois grupos de termos interrelacionados, sendo o primeiro de: prática, práxis, ação, interação, atividade, experiência, performance. Já o segundo grupo de termos, que colocava o enfoque para aqueles que estão executando as ações, como: agente, ator, pessoa, self, indivíduo, sujeito (Ortner, 1984).

O autor Reckwitz (2002) começa fazendo uma distinção do termo “prática” e apresenta que pode ser utilizado em dois sentidos. O autor afirma que a palavra prática no singular somente refere-se à descrição das ações humanas, já o verbete ‘práticas’ relaciona-se a um comportamento rotineiro que compreende inúmeros elementos interligados uns aos outros, como: formas de atividades corporais, formas de atividades mentais, ‘coisas’ e seus elementos, conhecimento prévio na forma de entendimento, habilidade para fazer as coisas etc. A prática é a interação desses vários elementos e não pode ser diminuída a apenas um deles. Assim, o Reckwitz (2002) ressalta que uma prática é social, já que envolve um tipo de comportamento e compreensão que está presente em diferentes locais e pontos do tempo, realizados por diferentes corpos e mentes.

Schatzki (2001; 2012), um dos teóricos mais reconhecidos dessa geração, afirma que embora tenha uma variedade de autores e teorias dentro do que se convencionou denominar de “teoria da prática”, existe um elemento central a todas: a unidade de análise, que são as práticas. O pesquisador buscando compreender determinada realidade social e tendo como base teórica uma das teorias das práticas utiliza-se das práticas, que são um conjunto de ações enquanto atividades humanas organizadas, não sendo meras rotinas e que podem ser compreendidas tanto como uma entidade coordenada (um nexos de fazeres e dizeres) quanto como performance (é ela que sustenta a realização das práticas).

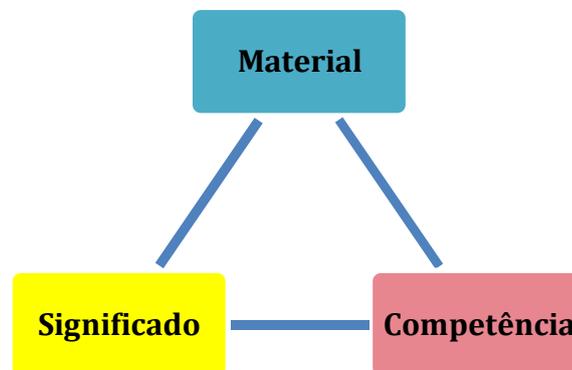
Os teóricos da prática levando em consideração a prática como uma entidade ou conjunto de blocos formados por certos elementos que buscam compreender como as atividades rotineiras estabelecem-se ou sofrem alterações ao longo do tempo (Medeiros, 2020). Desta forma, os elementos formadores da prática sofrem diferenciações a partir do foco de estudo de cada teórico da prática social. Schatzki (2002), por exemplo, considera a existência de regras, elementos práticos, estruturas teleoafetivas e entendimentos gerais como elementos formadores

da prática. Enquanto para Reckwitz (2002), as práticas são formadas pelos elementos corpo, mente, coisas, conhecimento, discurso e linguagem.

Elizabeth Shove, socióloga britânica e professora da Universidade de Lancaster na Inglaterra, considera a prática como a unidade central de análise e publicou inúmeras pesquisas com foco na teoria da prática, além de questões de consumo, tecnologia e mudanças climáticas (Medeiros, 2020; Shove, 2012). Shove, Pantzar e Watson (2012), partindo do mesmo entendimento de Schatzki (2001; 1996), veem a prática como performance e entidades coordenadas, e acreditam que elas são definidas pelas relações interdependentes entre os elementos materiais, competências e significados (Figura 4), sendo:

- a) Materiais - constituídos por objetos, ferramentas, infraestrutura e o próprio corpo humano;
- b) Competências - constituídos por conhecimentos, ‘know-how’, técnicas e habilidades incorporadas;
- c) Significados - constituídos convenções culturais, ideias, expectativas e significados socialmente compartilhados.

Figura 4 – Elementos da Prática



Fonte: Adaptado de Shove, Pantzar e Watson (2012, p. 25).

As práticas, conforme Shove, Pantzar e Watson (2012), não são sempre uniformemente distribuídas e as pessoas estão continuamente iniciando e abandonando práticas diferentes, assim materiais, competências e significados conectam-se e desconectam-se ao longo do tempo de diferentes maneiras. As práticas passam por estágios que emergem, estabilizam e finalmente desaparecem, à proporção que as ligações entre seus elementos são feitos e/ou quebrados, percebendo-se três estágios (Figura 5):

- a) Proto-prática - é um estágio anterior a prática, no qual os links ainda não foram formados;

- b) Prática - os links dos três elementos são formados, havendo a formação de um circuito de reprodução que dá sustentação dessa prática;
- c) Ex-prática - nesse estágio os links são descontinuados/alterados o que leva a prática a um processo de descontinuação ou reconfiguração.

Figura 5 - Proto-práticas, Práticas e Ex-práticas



Fonte: Adaptado de Shove, Pantzar e Watson (2012, p. 25).

Gomes, Silva Filho e Leocárdio (2020) afirmam que para acontecer uma proto-prática é necessário a existência dos três elementos (material, competência e significado) e que a inexistência de um único elemento impossibilita a prática de desenvolver-se. Desta forma, diante das definições e caracterizações encontradas nesta seção, utilizaremos nessa dissertação os três elementos de Shove, Pantzar e Watson (2012) para a análise da prática estudada.

A abordagem apresentada anteriormente pelos estudiosos Shove, Pantzar e Watson (2012) destacam-se nos estudos que se baseiam na prática, de acordo com a autora Costa (2020), pois exploram uma perspectiva inovadora da prática em relação ao consumo, especialmente o consumo sustentável. Segundo Costa (2020), o propósito era de encontrar novas alternativas que promovam um desenvolvimento mais sustentabilidade, assim houve o aparecimento de pesquisas voltada a prática com as temáticas do consumo, como os trabalhos de Shove e Pantzar (2005) e Warde (2005); temáticas da sustentabilidade, como Shove, Pantzar e Watson (2012) e Spurling *et al.* (2013); e a fim de desenvolver novas políticas para o consumo sustentável, como Sahakian e Wilhite (2013), Hargreaves (2011) e Spurling *et al.* (2013).

A inovação na utilização da perspectiva da prática nos estudos sobre a sustentabilidade desenvolveu-se num contexto no qual as pesquisas da área organizacional utilizavam predominantemente o modelo chamado como Triple Botton Line ou Tripé da Sustentabilidade (Elkington, 1997), no qual considera o alcance da sustentabilidade pela prática harmoniosa das três dimensões: econômica, social e ambiental (Cavalcante; Bispo, 2014). Esse modelo do Triple Botton Line, elaborado por Elkington em 1994, segundo os autores Silva e Almeida

(2016), tem uma visão empresarial e objetiva chamar a responsabilidade as organizações para o desenvolvimento de ações mais sustentáveis.

Cavalcante e Bispo (2014), ao estudarem a sustentabilidade na ótica da prática, defendem uma mudança na perspectiva dessas dimensões do Triple Botton Line, não mais tratando-as de forma isolada, onde uma delas poderia ter um peso maior em detrimento das demais em determinado momento. Em vez disso, eles propõem uma abordagem integrada, onde cada dimensão da sustentabilidade possui igual peso e importância. Cavalcante e Bispo (2014, p. 82) ainda afirmam que com a introdução das lentes da prática na análise da sustentabilidade, traz à tona considerações epistemológicas essenciais:

Assim, ao assumir as lentes das práticas sociais como referência para a compreensão da sustentabilidade, alguns aspectos epistemológicos devem ser considerados para a compreensão da reflexão aqui construída: a) uma posição antipositivista, racionalista e cognitivista; b) despreço por dualidades como, por exemplo, sujeito-objeto, mente-corpo, agência-estrutura, humano e não humano, entre outras; c) valorização do senso comum como inspiração científica; d) assumir as práticas como aglutinadoras e fomentadoras de processos organizativos e organizações.

Desta forma, Cavalcante e Bispo (2014) entendem a sustentabilidade como uma prática sociomaterial cotidiana, ampliando a visão para além do enfoque estritamente centrado na ação humana e oferecendo uma visão mais holística, no qual o elemento material desempenha um papel crucial na perpetuação da prática. Assim, surge a necessidade de observar a prática da sustentabilidade em sua forma mais orgânica e acontecendo em tempo real, pois é fundamental a identificação dos componentes materiais e sociais que constituem a complexa teia que confere a essa prática significado e continuidade. Silva e Almeida (2016, p. 188) explica essa interação dos componentes no qual:

O ser humano precisa do meio ambiente (não humano) para realizar suas atividades diárias relacionadas à sustentabilidade e o meio ambiente também necessita dos humanos para lhes conferir significado. O mesmo acontece com as outras duas dimensões do: a social e a econômica, pois, toda a prática da sustentabilidade é constituída da relação entre o material e o social.

Paralelamente a esse cenário, a temática da sustentabilidade, isoladamente, foi pauta em vários fóruns internacionais, desde a década de 1960, no qual tinham como principal objetivo buscar estratégias e políticas públicas que modificassem os padrões de consumo a fim de torná-los mais sustentáveis (Calvacanti *et al.*, 2017; Souza; Ventura, 2020). Entretanto, Almeida e Wanderley (2020) afirmam que apesar da grande variedade de debates sobre a temática, não foi suficiente para gerar “avanços em termos de ações práticas de mesma

proporção”, assim foi nesse contexto que os estudiosos das práticas, por exemplo o Schatzki, passaram a ser utilizados para subsidiar o entendimento de como promover a prática efetiva da sustentabilidade.

Shove (2010), no seu trabalho “Beyond the ABC: climate change policy and theories of social change”, analisou os relatórios emitidos nas conferências internacionais sobre a temática da Sustentabilidade e aponta que eles são pautados no modelo ABC - *Attitude, Behaviour, Choice* (Atitude, Comportamento, Escolha), negligenciando outras perspectivas. A conscientização por escolhas individuais mais sustentáveis é colocada nesse modelo ABC como suficiente para fomentar mudanças de atitudes, no entanto, é preciso reconhecer que esse modelo apresentou limitações, pois a promoção da conscientização não resultou na transformação desejada (Shove, 2010; Almeida; Wanderley, 2020).

Os estudiosos da prática defendem em seus estudos que no momento das decisões as pessoas não realizam análises de custo-benefício para alternativas de consumo mais sustentável, muitas vezes adotam padrões culturais ditados pela família, amigos, mídia etc. (Almeida; Wanderley, 2020; Shove, 2010). Desta forma, segundo Shove (2012), não tem fundamento as ações que buscam conscientizar as pessoas a tomarem decisões mais sustentáveis, através apenas pelo fator de preço e persuasão. Logo, para a sustentabilidade tornar-se popular com propagação em múltiplos contextos sociais, é preciso incorporar a sustentabilidade como uma prática social, ou seja, como algo intrínseco ao cotidiano (Shove, 2003, 2010, 2012, 2014; Shove; Pantzar; Watson, 2012; Chappells; Medd; Shove, 2011).

### **3 METODOLOGIA**

O presente capítulo descreve: a abordagem metodológica que foi utilizada nesta pesquisa, o caso em estudo, os sujeitos da pesquisa, os instrumentos utilizados para a coleta de dados e os métodos empregados para a categorização e análise dos dados.

#### **3.1 TIPO DE ESTUDO**

O presente trabalho é um estudo caso que foi realizado através de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa. Segundo Prodanov e Freitas (2013), o estudo de caso envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Assim, o estudo de caso serve a pesquisas com diferentes propósitos, como: análise em profundidade e detalhada; explorar situações da vida real cujos limites não estejam claramente definidos; descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação (Vergara, 2016).

A escolha da pesquisa de campo deve-se por essa técnica oferecer a oportunidade de coletar os dados diretamente do mundo real e conseguir informações detalhadas sobre a prática dos participantes, sem precisar depender de fontes secundárias (Marconi; Lakatos, 2003). A pesquisa de campo é uma técnica comumente utilizada em diversas áreas, tais como a Sociologia, a Antropologia, Serviço Social, Psicologia entre outros (Marconi; Lakatos, 2003). Segundo Vergara (2016), ela é uma investigação empírica realizada no mesmo local onde um fenômeno acontece ou aconteceu podendo incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação.

A abordagem qualitativa foi escolhida para a presente pesquisa por proporcionar um ponto de vista único, abrangente e autêntico dos fenômenos estudados, levando a uma análise profunda e rica dos dados, bem como uma contextualização adequada do ambiente estudado (Sampieri; Collado; Lúcio, 2013). Conforme Godoy (1995), a pesquisa qualitativa não busca medir os eventos estudados e nem utiliza instrumentos estatísticos na análise de dado, pois se utiliza da obtenção de dados descritivos através do contato direto do pesquisador com a situação pesquisada, procurando compreender os fenômenos.

#### **3.2 CASO EM ESTUDO**

A pesquisa foi realizada na Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP), unidade integrante da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura (PROADI) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), localizada no Campus da Liberdade, cujo endereço é Avenida Abolição, nº 03, bairro Centro, na cidade de Redenção (Ceará).

A escolha de tal coordenação decorreu da avaliação da pesquisadora quanto à adequação desse setor para a obtenção das informações necessárias à pesquisa em questão, visto que a referida coordenação é a única responsável na Unilab pela realização das atividades de compras, elaboração de editais e anexos, bem como pela operacionalização de licitações. Ademais, a CLCP também é encarregada pela gestão patrimonial da universidade, englobando a gestão dos itens do almoxarifado, dos bens móveis e imóveis, e ainda pelo acompanhamento das atividades realizadas pelos gestores e fiscais de contratos (UNILAB, 2022).

### *3.2.1 Unilab: a integração internacional*

A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) iniciou com a ideia de uma universidade que visasse à formação de profissionais e cidadãos para contribuir com a integração entre o Brasil e as demais nações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O ponto de partida para a criação da Unilab foi em julho de 2008 quando o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.891, que articulava sobre a criação da Unilab (Diógenes; Aguiar, 2013). Conforme Ribeiro (2012), o propósito desse projeto era liquidar uma dívida histórica do Brasil para com os países africanos, mas também, colocando o país na liderança desse grupo.

A Unilab foi criada com a missão de formar profissionais e cidadãos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (Diógenes; Aguiar, 2013). Assim, a Unilab foi instituída em 20 de julho de 2010, por meio da Lei nº 12.289, e possui natureza jurídica de autarquia federal, estando vinculada ao Ministério da Educação e localizada no Maciço de Baturité (Ceará) e no Recôncavo Baiano (Bahia) (UNILAB, 2023a). O quadro 3 apresenta cada uma das unidades da Unilab.

Quadro 3 - Unidades da Unilab

SEDE	CARACTERÍSTICAS
Campus da Liberdade (sede administrativa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Localizada no município de Redenção/CE;</li> <li>▪ Área do terreno: 8.649,58 m<sup>2</sup>;</li> <li>▪ Área construída: 3.882,55 m<sup>2</sup>;</li> <li>▪ Restaurante Universitário;</li> <li>▪ Auditório administrativo;</li> <li>▪ Academia;</li> <li>▪ Espaço de convivência com anfiteatro.</li> </ul>
Campus das Auroras	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Localizado entre os municípios de Redenção e Acarape;</li> <li>▪ Área do terreno: 1.312.300,00 m<sup>2</sup>;</li> <li>▪ Área construída: 35.542,80 m<sup>2</sup>;</li> <li>▪ Salas de Aula;</li> <li>▪ Laboratórios técnico-científicos e de informática;</li> <li>▪ Gabinetes de professor;</li> <li>▪ Salas de coordenação de cursos;</li> <li>▪ Biblioteca;</li> <li>▪ Residências Universitárias;</li> <li>▪ Unidade de Produção de Mudanças (UPM);</li> </ul>
Campus dos Malês	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Situada no município de São Francisco do Conde/BA;</li> <li>▪ Área do terreno: 34.355,00 m<sup>2</sup>;</li> <li>▪ Área construída: 13.710,15 m<sup>2</sup>;</li> <li>▪ Salas de aula;</li> <li>▪ Auditório;</li> <li>▪ Biblioteca;</li> <li>▪ Laboratório de informática;</li> <li>▪ Quadra esportiva coberta.</li> </ul>
Unidade Acadêmica dos Palmares	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Município de Acarape/CE;</li> <li>▪ Área do terreno: 15.328,08 m<sup>2</sup>;</li> <li>▪ Área construída: 12.838,06 m<sup>2</sup>;</li> <li>▪ Salas de aula;</li> <li>▪ Biblioteca;</li> <li>▪ Gabinetes de professores;</li> <li>▪ Laboratórios técnico-científicos e de informática;</li> <li>▪ Biotério;</li> <li>▪ Salas para administração acadêmica;</li> <li>▪ Restaurante Universitário;</li> <li>▪ Almoarifado.</li> </ul>
Fazenda Experimental Piroás	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Localizada em Barra Nova, Redenção/CE;</li> <li>▪ Área do terreno: 335.000,00 m<sup>2</sup>;</li> <li>▪ Área construída: 478,50 m<sup>2</sup>;</li> <li>▪ Área de preservação permanente, reserva legal, com espécies fruteiras, flores tropicais, folhagens e espécies nativas.</li> </ul>
Polos de Educação a Distância	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ São Francisco do Conde-BA;</li> <li>▪ Limoeiro do Norte-CE;</li> <li>▪ Piquet Carneiro –CE;</li> <li>▪ Orós-CE;</li> <li>▪ Canindé-CE;</li> <li>▪ Quiterianópolis-CE;</li> <li>▪ Boa Viagem-CE;</li> <li>▪ Aracoiaba-CE;</li> <li>▪ Itarema-CE;</li> <li>▪ Fortaleza-CE;</li> <li>▪ Caucaia-Novo Pabussu-CE;</li> <li>▪ Beberibe-CE;</li> <li>▪ Madalena-CE.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Unilab (2023, p. 8).

A Unilab, procurando fortalecer a integração acadêmica na ótica da cooperação solidária, tenta priorizar a oferta de cursos nas áreas que reflitam as principais problemáticas dos países parceiros e das regiões em que está inserida. Dentre essas áreas que são identificadas como prioritárias destacam-se o desenvolvimento rural; a gestão pública; a saúde coletiva; as tecnologias e o desenvolvimento sustentável; a educação básica; as humanidades e as letras. Assim, a universidade organiza suas atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas destacadas, tendo no ano de 2022 oferecido 28 cursos de graduação, 09 mestrados e 07 especializações, contribuindo para a formação de milhares de estudantes, de diferentes nacionalidades e etnias (UNILAB, 2023a).

A Unilab apesar de ser considerada uma universidade jovem e de suas particularidades no seu projeto fundador tem se destacando no cenário educacional (Lima, 2021; UNILAB, 2020). De acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC) gerado pelo Ministério da Educação (MEC), a instituição é a segunda melhor do estado do Ceará e a nona da região Nordeste do país (Lima, 2021). Na avaliação pelo IGC destacam-se o curso de Humanidades, com Bacharelado e Licenciatura, na Bahia, que obteve nota 5, enquanto os cursos de Letras/Língua Portuguesa, Ciências Sociais e História alcançaram nota 4. No Ceará, os cursos de Enfermagem, Engenharia de Energias e História foram os melhores avaliados, com nota 5, enquanto os cursos de Administração Pública presencial e a distância, Agronomia, Ciências Biológicas, Física, Matemática e Química ficaram com nota 4 (UNILAB, 2020).

A boa posição da Unilab nas avaliações do MEC ilustra o êxito do processo de consolidação e institucionalização, que articula projetos de integração regional e internacional nos estados do Ceará e Bahia e, ao mesmo tempo, preconiza a excelência na qualidade do ensino, pesquisa e extensão (Lima, 2021). Outrossim, é crucial frisar que estes excelentes resultados obtidos contribuem para edificar uma imagem favorável da instituição à sociedade, ampliando a divulgação da qualidade e excelência dos seus cursos de graduação e pós-graduação (Lima, 2021; UNILAB, 2020). Em consequência, a consolidação da Unilab como uma das mais renomadas universidades do Ceará e da região Nordeste do país enfatiza o compromisso da instituição em prover cursos de excelência que reflitam as principais problemáticas dos países parceiros e das regiões nas quais se insere.

### *3.2.2 Unilab: ações em sustentabilidade*

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), segundo Rodrigues (2021), tem em suas diretrizes o desafio primordial de promover práticas sustentáveis, desta forma a universidade tem desenvolvido diferentes ações como se apresenta neste tópico. Primeiramente, o Relatório de Gestão do ano de 2022 afirma que a Unilab tem se empenhado em utilizar critérios de sustentabilidade ambiental nas etapas de planejamento da aquisição de bens e contratação de serviços, realizando análise e ajuste do Termo de Referência e Edital, em conformidade com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU. Ademais, a Unilab tem realizado a conscientização e o incentivo das suas Unidades Demandantes para a inclusão de itens relacionados à sustentabilidade ambiental em suas solicitações (UNILAB, 2023a).

O Relatório de Gestão de 2022, também, apresenta uma ação no qual a Unilab criou a Divisão de Eficiência Energética e Gestão Ambiental através da Portaria Reitoria nº 538, de 14 de julho de 2022, com a finalidade de analisar e verificar possibilidades de redução de gastos das edificações, além de propor boas práticas ambientais, gerenciamento de resíduos, regularização de documentações referentes a licenças ambientais e processos pertinentes. A instituição tem investido em eficiência energética e geração de energia renovável, como é o caso da usina de energia fotovoltaica situado no Campus das Auroras, que entrou em operação em dezembro de 2022. Com potência instalada de 425kWp, o novo sistema de geração de energia fotovoltaica permitirá a redução do custo por consumo de energia elétrica das edificações do Campus em 100% (UNILAB, 2023a).

Analisando alguns dos cursos ofertados pela UNILAB podemos verificar o enfoque na temática da sustentabilidade, como por exemplo, o curso de graduação em Engenharia de Energias que visa formar engenheiros habilitados a analisar e avaliar processos produtivos e operacionais, com a visão da melhoria energética, considerando os aspectos tecnológicos, ambientais, sociais e econômicos, de modo a permitir o desenvolvimento sustentável das sociedades. Além disso, a UNILAB também oferece cursos de pós-graduação nessa temática, como o curso de especialização em Sistemas Agrícolas Sustentáveis do Semiárido e os cursos de mestrado acadêmico em Energia e Ambiente e o mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (UNILAB, 2023a).

Outra ação desenvolvida pela Unilab é a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária, conhecida como INTESOL, que é um instrumento de ação pedagógica que tem como objetivo fomentar o empreendedorismo e a gestão social em grupos produtivos, redes de produção, cooperativas de agricultores familiares, empresas autogestionárias e unidades de

produção familiar. A incubadora está organizada em três linhas estratégicas que orientam as ações desenvolvidas: Linha de Educação e Formação; Linha de Inclusão Produtiva e Gestão Social; e a Linha de Sustentabilidade. Cada uma delas possui objetivos específicos que visam aprimorar as habilidades dos empreendedores, melhorar a gestão dos empreendimentos e promover a sustentabilidade ambiental (INTERSOL, 2023).

A notoriedade da Unilab na temática da sustentabilidade culminou com o convite no ano de 2021 para participar da Rede Alemã-Brasil de Cooperação em Ciência e Tecnologia (Gerbras Sciencenet), que busca desenvolver projetos conjuntos em ciência e tecnologia, com foco no desenvolvimento sustentável e na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, a Gerbras Sciencenet busca também mobilizar universidades para planejarem iniciativas conjuntas, especialmente cursos online e eventos, além de contribuir para a formação da próxima geração de cientistas em ciências da sustentabilidade. Os temas abordados pela rede incluem o uso sustentável de recursos, desenvolvimento de produtos, proteção ambiental, bioeconomia, pesquisa marinha, energia renovável, agricultura sustentável, gestão de áreas protegidas, entre outros (UNILAB, 2021b).

Em conclusão, a Unilab tem demonstrado um compromisso com a promoção de práticas sustentáveis, com um conjunto de ações concretas que vão desde a utilização de critérios de sustentabilidade ambiental nas suas etapas de planejamento de aquisição de bens e contratação de serviços até a criação de uma Divisão de Eficiência Energética e Gestão Ambiental.

### **3.3 COLETA DE DADOS**

A estratégia primordial na pesquisa qualitativa para aprimorar a confiabilidade das descrições e análises de estudo é a triangulação envolvendo fontes de pesquisa independentes, ou seja, fontes que não mantêm interações mútuas (Yin, 2001). Desta forma, seguimos a sugestão do autor Yin (2001) para o estudo de caso, utilizando-se das três fontes de dados (Figura 6): a análise documental dos arquivos e demais documentos oficiais disponibilizados referentes ao processo de compras sustentáveis da Unilab; as entrevistas com gestores, pregoeiros e servidores diretamente envolvidos em alguma das etapas do processo de compra, utilizando um roteiro semiestruturado de questões; e a observação direta, neste caso, tendo como foco as ações dos envolvidos na prática de compras sustentáveis.

Figura 6 - Fontes de dados da presente pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A coleta de dados aconteceu em três momentos que de forma didática dividiremos em etapas, mas que foram realizadas na ordem e frequência a critério da pesquisadora. São as etapas: a primeira foi a pesquisa documental; a segunda a realização de entrevistas; e a terceira foi a observação direta em campo. Na primeira etapa foi realizada a análise documental dos arquivos e demais documentos disponibilizados referentes ao processo de compras sustentáveis. Documentos, segundo Kripka, Scheller e Bonotto (2015) e Oliveira (2007), são todo texto escrito que possam ser fonte de informação e colaborar para um aprofundamento da realidade estudada, tais como: leis e regulamentos, normas, pareceres, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão, livros, estatísticas e arquivos escolares. Kripka, Scheller e Bonotto (2015) explicam que a escolha do documento a ser empregado na investigação será determinada pelo objeto de estudo e pelo problema que se procura solucionar, cabendo, assim, ao pesquisador a responsabilidade de localizar, escolher e examinar os registros que servirão de base para sua pesquisa.

Desta forma, durante a análise documental foi realizado um levantamento das informações como instrumentos internos normativos; portarias da Reitoria sobre contratações; manuais; quantitativo de compras sustentáveis realizadas; característica dos objetos contratados, entre outros. Os documentos analisados foram os arquivados pela Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio da Unilab no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) (<https://sei.unilab.edu.br>) e, também, na base de dados do Portal Comprasnet (<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/indexgov.asp>). O SEI é um sistema desenvolvido pelo Governo Federal para gerenciamento de processos administrativos e documentos digitais, cujo objetivo é aumentar a eficiência e otimizar a gestão pública. Já o Comprasnet é outro sistema

eletrônico utilizado pelo Governo Federal para realizar licitações, contratações e aquisições, visando garantir transparência e igualdade na concorrência durante os procedimentos.

Na segunda etapa da coleta de dados, realizou-se entrevistas individuais com os servidores diretamente envolvidos em alguma das etapas do processo de compras, todas gravadas em áudio após a autorização. Conforme a explicação de Poupart *et al.* (2012), a entrevista constitui uma técnica qualitativa que investiga um tópico através da busca por informações, visões e vivências dos entrevistados, com o propósito de examiná-los e apresentá-los de maneira estruturada. Os autores Poupart *et al.* (2012) descrevem que, para a realização da entrevista, o pesquisador deve seguir um conjunto de princípios e de estratégias que são considerados essenciais, conforme detalhado a seguir:

No contexto das entrevistas, particularmente de tipo qualitativo, um determinado número de princípios que são, de fato, comumente alegados, com o objetivo de fazer com que o entrevistado possa verdadeiramente dar conta de sua visão ou de sua experiência: obter a melhor colaboração do entrevistado; colocá-lo o mais à vontade possível na situação de entrevista; ganhar a confiança e, enfim, fazer com que ele fale espontaneamente e aceite se envolver. (Poupart *et al.*, 2012, p. 228).

O roteiro utilizado na entrevista foi o semiestruturado (APÊNDICE A), tendo sido elaborado com base no entendimento dos teóricos das práticas Shove, Pantzar e Watson (2012) e com finalidade de identificar os elementos constituintes da prática (materiais, significado e competência) das compras sustentáveis da Unilab. A entrevista semiestruturada permite, conforme Minayo (2014), uma maior flexibilidade na condução das entrevistas, possibilitando ao entrevistador adaptar a abordagem de acordo com o contexto da pesquisa e as respostas dos entrevistados. De fato, essa flexibilidade foi essencial na coleta de informações mais precisas e relevantes para o estudo em questão.

Foram realizadas o total de 11 entrevistas em quatro dias diferentes, conforme a disponibilidade dos entrevistados, sendo: 03 entrevistados (E1, E2 e E3) no dia 29 de março de 2023; 01 entrevistado (E4) no dia 30 de março de 2023; 04 entrevistados (E5, E6, E7 e E8) no dia 13 de julho de 2023; e 03 entrevistados no dia 19 de julho de 2023 (E9, E10 e E11). Os participantes optaram por participar da entrevista nos dias da semana em que estavam trabalhando em teletrabalho e, por isso, solicitaram que a entrevista fosse remotamente via Google Meet. Durante a realização das entrevistas foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B) e solicitado ao participante autorização para que os áudios fossem gravados e posteriormente transcritos para documento Word para análises da pesquisadora quando necessário.

Na terceira e última etapa foi realizada a observação direta na Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). A observação “não é apenas olhar para algo, mas envolve o olhar sistemático sobre as ações das pessoas e o registro, análise e interpretações de seu comportamento” (Gray, 2012, p. 321). Desta forma, Yin (2001) considera que a realização das observações diretas se mostra viável no contexto das visitas de campo, sendo um recurso valioso para complementar o entendimento do objeto estudado por meio da aquisição de informações adicionais.

A etapa da observação direta ocorreu nas salas da CLCP, que cumpre destacar que são duas salas localizadas em *campi* distintos. O primeiro contato da pesquisadora com a CLCP foi na sala localizada no campus da Liberdade, na Avenida da Abolição, nº 03, na cidade de Redenção, no qual fica o Coordenador da CLCP e três das suas divisões: a Divisão de Apoio e Acompanhamento do Planejamento das Contratações Comuns (DAPC), a Divisão de Licitação (DILIC) e a Divisão de Controle de Contratos Administrativos (DCCA). Já a outra sala fica a Divisão de Patrimônio, localizada no campus de Palmares, na Rodovia CE-060, Km 51, s/n, na cidade de Acarape.

A observação direta foi realizada pela pesquisadora através de várias visitas nos meses de março a julho de 2023 e foi registrada por fotos e vídeos, além de anotações em um diário de campo das atividades e descrição da realidade observada. O diário de campo é importante para o sucesso da pesquisa, segundo Gray (2012), pois é um meio do pesquisador registrar tudo o que considera relevante. A observação realizada pela pesquisadora teve como objetivo verificar as situações, comportamentos e rotinas de execução das licitações da Unilab, bem como compreender a realidade das licitações sustentáveis na instituição.

Adicionalmente, é relevante ressaltar que a pesquisadora é, também, servidora da Unilab, o que lhe conferiu acesso ao local de pesquisa durante todo o transcorrer do estudo. Este acesso viabilizou a instauração de uma interação contínua com os entrevistados ao longo de todo o processo de análise dos dados, permitindo à pesquisadora contatar os mesmos sempre que questões ou necessidades de esclarecimento emergiam. Assim, além dos períodos formalmente designados para a realização das etapas do estudo, tais como entrevistas, observação direta e análise documental, a pesquisadora manteve comunicação com os participantes sempre que necessitava. Desta forma, a coleta de dados nas três etapas (relatado acima) e as interações adicionais empreendidas pela pesquisadora contribuíram

significativamente para a obtenção de uma compreensão aprofundada das práticas de compras públicas sustentáveis na referida instituição.

### 3.4 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da presente pesquisa são os “portadores”, “praticantes” ou “atores” da prática, denominados por Reckwitz (2002) e Schatzki (2001; 1996). Desta forma, seguindo o entendimento de Shove, Pantzar e Watson (2012, p. 22) de que os praticantes são aqueles que “reproduzem simultaneamente as práticas em que estão engajados e os elementos de que essas práticas são feitas”, o critério de escolha dos sujeitos da pesquisa foram servidores que atuam diretamente em alguma das etapas do processo de compra e lotados na Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP) da Unilab.

Buscou-se sujeitos de ambos os sexos e servidores da universidade que atenderam aos seguintes critérios: (1) aceitar participar da pesquisa; (2) lotado na Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP); e (3) atuar diretamente em alguma das etapas do processo de contratações da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Desta forma, objetivou-se com esta seleção dos sujeitos da pesquisa, identificar os elementos constituintes da prática (materiais, significado e competência), segundo Shove, Pantzar e Watson (2012), e conhecer as particularidades das Compras Públicas Sustentáveis da Unilab.

A CLCP é uma unidade da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura (PROADI) da Unilab, que conforme a Portaria GR nº 193/2021, são responsáveis pelas atividades de compras, elaboração de editais e seus anexos, bem como operacionalização de licitações; além de realizar gestão patrimonial da universidade, quanto aos itens do Almoxarifado, Bens Móveis e Bens Imóveis; e, por fim, o acompanhamento das atividades desempenhadas por gestores e fiscais de contratos (UNILAB, 2021a). O organograma da coordenação está representado abaixo na Figura 7:

Figura 7 - Organograma CLCP



Fonte: Unilab (2023c).

A equipe da CLCP é composta por 18 servidores, sendo lotada nas seguintes subunidades: - 02 servidores na Coordenação; - 04 servidores na Divisão de Apoio e Acompanhamento do Planejamento das Contratações Comuns (DAPC); - 04 servidores na Divisão de Licitação (DILIC); - 03 servidores na Divisão de Controle de Contratos Administrativos (DCCA); - 05 servidores lotados na Divisão de Patrimônio (DP) (UNILAB, 2023c).

Visando o recrutamento dos participantes deste estudo, a pesquisadora conversou individualmente com cada servidor da CLCP para convidar a participar da entrevista e explicar detalhadamente os objetivos da pesquisa, esclarecendo a importância de suas contribuições para o desenvolvimento da investigação. Durante esse convite, a pesquisadora buscou enfatizar a confidencialidade e o respeito pelas opiniões e experiências individuais, no entanto, alguns servidores optaram por não participar da pesquisa.

As razões alegadas para a recusa em participar da pesquisa variaram, sendo que alguns mencionaram limitações de tempo devido às demandas de trabalho, enquanto outros manifestaram desconforto ou reservas pessoais em relação à participação em entrevistas. Tais decisões foram respeitadas integralmente, uma vez que a participação na pesquisa era voluntária, e a pesquisadora compreendeu a importância de respeitar as escolhas individuais dos servidores. No final, um total de 11 servidores da CLCP concordaram e participaram das entrevistas, fornecendo informações valiosas que enriqueceram significativamente a pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com onze servidores de ambos os sexos que atuam diretamente em alguma das etapas do processo de contratações/compras e lotados na Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP) da Unilab. Os entrevistados receberam, a fim de assegurar o anonimato, os códigos de 1 a 11 na ordem em que se deu a

realização da entrevista (exemplo, E1, E2 entre outros). O quadro 4 mostra o perfil dos servidores da Unilab que foram entrevistados.

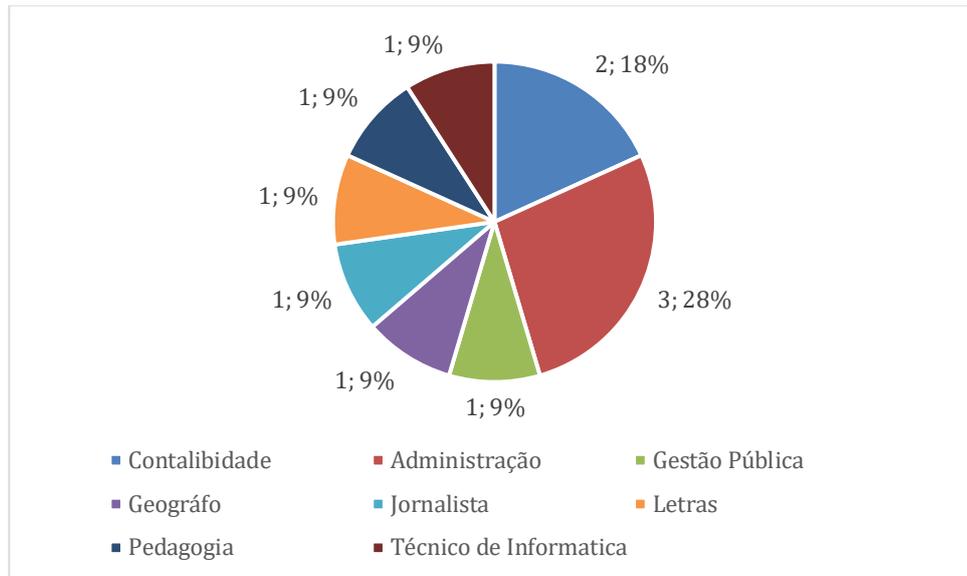
Quadro 4 - Perfil dos entrevistados

CÓDIGO	GÊNERO	IDADE	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO NO SETOR
<b>E1</b>	Masculino	58	Especialização	5 anos
<b>E2</b>	Masculino	43	Superior incompleto	4 anos
<b>E3</b>	Feminino	34	Doutorado	9 anos
<b>E4</b>	Masculino	41	Especialização	5 anos
<b>E5</b>	Masculino	35	Especialização	11 anos
<b>E6</b>	Masculino	31	Especialização	3 anos
<b>E7</b>	Feminino	56	Especialização	1 anos
<b>E8</b>	Feminino	40	Mestrado	8 anos
<b>E9</b>	Feminino	31	Especialização	2 anos
<b>E10</b>	Masculino	32	Especialização	5 anos
<b>E11</b>	Feminino	37	Especialização	5 anos
<b>Média</b>		39,8 anos		5,3 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A análise do perfil dos entrevistados revela a predominância do público masculino entre os entrevistados ( $n = 54,55\%$ ) e a maioria dos servidores cursou pós-graduação, sendo que um dos entrevistados possui doutorado (entrevistado E3) e apenas um ainda está em processo de formação no nível superior (entrevistado E2). Constatou-se em entrevista que 06 de 11 servidores ( $n = 55\%$ ) têm área de formação em áreas como Contabilidade, Administração e Gestão Pública (gráfico 1), sendo estas áreas correlatas a área de contratações públicas e que facilitam no desenvolvimento do trabalho na CLCP, já que é um setor que lida diariamente com práticas administrativa e procedimentos que exigem conhecimento jurídico e de administração pública, conforme apontado por Lavor e Turatti (2021).

Gráfico 1 - Perfil dos entrevistados quanto à área de formação



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Outro aspecto relevante constatado é que os servidores que atuam no setor CLCP são profissionais com vasta experiência, apresentando uma média de idade de 39,8 anos e uma média de tempo de atuação nesse setor de 5,3 anos. Tal fato deve-se pela determinação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021):

Art.6º, LX - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação;

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; (grifo nosso)

O citado dispositivo busca, conforme Rabello (2022), assegurar que os agentes públicos encarregados de conduzir os processos de licitações e gerenciar contratos estejam devidamente preparados e qualificados para executar com eficácia suas funções de acordo com os princípios que regem a Administração Pública. Como em qualquer exercício profissional, é essencial o aperfeiçoamento, a especialização e a profissionalização dos indivíduos em suas tarefas, o que não difere no contexto das compras públicas, já que existe a responsabilidade em

lidar com o interesse e orçamento público. Tal exigência legal culmina em uma equipe com uma vasta experiência e expertise na área, como observado na CLCP.

Os dados apresentados acima corroboram com algumas pesquisas realizadas nos departamentos de compras/ contratações de Instituições de Ensino Superior, como a pesquisa de Hegenberg (2013) que encontrou entre os entrevistados servidores com vasta experiência e com muitos anos de atuação na área (como por exemplo, servidores com 35 anos de atuação). Já os autores Lavor e Turatti (2021) encontraram que a maioria dos seus entrevistados, também, possuía grau de escolaridade com nível superior completo e formação em áreas cursos que facilitam o trabalho na área de contratações públicas, no caso da sua pesquisa era Direito e Administração. Assim, essa convergência entre as pesquisas sugeri um padrão de perfil dos servidores que atuam nessa área de contratações públicas.

### **3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS**

Os dados coletados foram registrados em meio digital (fotos e áudios) e posteriormente transcritos para comporem os dados empíricos, juntamente às anotações e aos diários de campo. Após a coleta de dados, foi realizada uma análise a partir do método de análise de conteúdo, para compreender criticamente os dados coletados e a categorização do conteúdo, com categorias apoiadas no referencial da Teoria da Prática de Shove, Pantzar e Watson (2012). Os estudiosos Shove, Pantzar e Watson (2012) afirmam que a prática pode ser caracterizada como um comportamento estabelecido que compreende três componentes interligados: materiais, competência e significados.

A análise de conteúdo, para Bardin (2011) é um tipo de análise que o pesquisador vai além da aparente realidade e de afirmações superficiais, buscando compreender os significados por trás do discurso. Corroborando, Severino (1996) a define como um conjunto de técnicas destinada a analisar comunicações, sejam orais, escritas, de imagens ou gestos, com a finalidade de descrever, analisar e interpretar as informações encontradas. Bardin (2011) acrescenta que a análise de conteúdo está dividida em três grandes fases cronológicas, sendo a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Seguindo o entendimento de Bardin (2011), realizou-se a divisão da análise dos dados nessas três grandes etapas, conforme representado na figura 8. A etapa inicial, denominada de pré-análise, foi a fase de organização, no qual a pesquisadora realizou a organização sistemática do material coletado e a primeira leitura das documentações, das entrevistas e do diário de

campo, buscando identificar aspectos comuns. Na etapa de exploração do material, foi realizada a análise propriamente dita e a categorização do conteúdo em material, competência e significado, conforme Shove, Pantzar e Watson (2012). Finalizando, na fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, estabeleceu-se uma relação crítica entre os dados obtidos e as fontes bibliográficas previamente consultadas, permitindo, assim, uma análise mais contextualizada e robusta dos resultados da pesquisa.

Figura 8 - Etapas da análise dos dados da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Portanto, o tratamento e análise de dados adotados nesta pesquisa seguiram uma abordagem estruturada e rigorosa, em conformidade com os preceitos teóricos e metodológicos estabelecidos pelos autores de referência, conferindo, assim, substância e relevância aos achados deste estudo. Assim, ressalta-se que a minuciosa análise dos dados coletados não se restringiu a uma mera avaliação isolada, mas, ao invés disso, foi realizada com a devida contextualização, situando os achados dentro do quadro conceitual fornecido pela Teoria da Prática de Shove, Pantzar e Watson (2012).

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresenta uma análise detalhada dos resultados obtidos a partir da realização da pesquisa com onze servidores lotados na Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP), unidade integrante da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura (PROADI) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). A CLCP é a responsável pela gestão e coordenação dos processos licitatórios, contratos e patrimônio da citada universidade, sendo sua atuação importante na garantia da transparência, eficiência e legalidade nas aquisições e contratações realizadas pela universidade (UNILAB, 2022).

A CLCP é composta de 04 (quatro) subunidades que atuam de forma integrada, sendo a Divisão de Apoio e Acompanhamento do Planejamento das Contratações Comuns (DAPC), Divisão de Licitação (DILIC), Divisão de Controle de Contratos Administrativos (DCCA) e Divisão de Patrimônio (DP). A DAPC além de elaborar, divulgar e atualizar o calendário anual de contratações da universidade, é a responsável pela realização de análises críticas dos processos de aquisição/contratação, bem como pelo acompanhamento e assessoramento desses processos, incluindo a condução de contratações diretas (dispensas de licitação e inexigibilidade) (UNILAB, 2021).

A Divisão de Licitações (DILIC) é a responsável pela condução dos procedimentos licitatórios, desde a elaboração dos editais até a homologação do resultado tendo que acompanhar as ações quanto aos eventuais pedidos de impugnações, esclarecimentos e recursos. Já a DCCA realiza a gestão dos contratos firmados pela Unilab, garantindo o cumprimento dos prazos, cláusulas e condições acordadas. Finalmente, a Divisão de Patrimônio é encarregada do controle e inventário dos bens patrimoniais da universidade, bem como da gestão dos processos de alienação, transferência e baixa patrimonial (UNILAB, 2021).

As quatro subunidades da CLCP estão divididas em duas salas em campi distintos da universidade, sendo uma no campus da Liberdade, na Avenida da Abolição, nº 03, em Redenção, onde se encontra o Coordenador da CLCP e três divisões: DAPC, DILIC e DCCA. A outra sala fica a Divisão de Patrimônio que está localizada no campus de Palmares, na Rodovia CE-060, Km 51, s/n, em Acarape. A figura 9 apresenta cada uma das salas e seus respectivos *campi*.

Figura 9 - Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Diante do cenário apresentado, as entrevistas foram realizadas e os resultados da pesquisa foram apresentados da seguinte forma: o fluxo das compras públicas sustentáveis na Unilab (item 4.1); os elementos constitutivos da prática (item 4.2) e, finaliza, com a análise das contribuições das práticas de compras públicas na Unilab para a sustentabilidade (item 4.3). A análise dos dados teve como foco o entendimento dos teóricos das práticas Shove, Pantzar e Watson (2012) e buscou-se identificar os elementos constituintes da prática (materiais, significado e competência), conseguindo assim compreender como se configuram as práticas das compras públicas sustentáveis na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

#### **4.1 FLUXO DAS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA UNILAB**

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), enquanto autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (UNILAB, 2023a), encontra-se sujeita ao arcabouço legal referente às compras públicas no contexto brasileiro, logo tem a obrigação-dever de licitar sempre que for realizar seus processos de compras e/ou contratações (Rabelo, 2022), conforme prevê o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal:

Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de

qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (Brasil, 1988, art. 37º, inc. XXI) (grifo nosso).

Diante da obrigação de licitar, a Unilab desenvolveu um processo de compras públicas particular que além de serem regulamentadas pelas leis e jurisprudências específicas, também, foram emitidas portarias pela Reitoria da universidade no qual estabelecem as características a serem desenvolvidas para o processo de contratação, tais como as organizações e as competências de suas unidades, além da lotação dos servidores com suas respectivas funções. Durante o levantamento de dados, através da documentação, observação direta e entrevistas, percebeu-se que no processo de contratação não existe uma significativa diferenciação do fluxo de trabalho do setor, entre as compras ditas sustentáveis e as não sustentáveis. Acontece que quando ocorre as compras públicas sustentáveis, elas diferenciam-se pela inclusão de critérios sustentáveis nos procedimentos licitatórios, mas não chegam a alterar o fluxo de trabalho da unidade. Desta forma, a fim de melhor compreendermos e avaliar todo o processo de compra pública da Unilab, optou-se por apresentar o fluxo realizado pela equipe.

Os estudiosos Reckwitz (2002) e Schatzki (1996) definem que as práticas são comportamentos rotinizados que englobam uma interligação coordenada de ações e comunicações, desta forma para analisar a prática das compras públicas, sustentáveis ou não, na Unilab, temos que observar as ações e comunicações desenvolvidas nesse sentido. Inicialmente, constatou-se na Portaria da Reitoria nº 193, de 18 de junho de 2021, que a Coordenadoria de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP), cenário desta pesquisa, desempenha um papel estratégico na Unilab, visto que é a única unidade da universidade responsável pela operacionalização das contratações e pela gestão patrimonial (UNILAB, 2021a).

A Portaria da Reitoria nº 193, de 18 de junho de 2021, estabelece a definição da organização interna e as competências da CLCP (UNILAB, 2021), no qual para melhor realizar suas atribuições a equipe da CLCP é dividida em quatro subunidades, sendo a Divisão de Apoio e Acompanhamento do Planejamento das Contratações Comuns (DAPC), Divisão de Licitação (DILIC), Divisão de Controle de Contratos Administrativos (DCCA) e Divisão de Patrimônio (DP). Em observação direta, visualizou-se que a equipe da CLCP é composta por um total de 18 servidores, distribuídos de acordo com as seguintes subunidades: um servidor na Coordenação, quatro servidores na DAPC, quatro servidores na DILIC, dois servidores na DCCA e sete servidores lotados na DP.

Schatzki (2006) afirma que o entendimento de uma organização requer uma análise meticulosa do "fazer" intrínseco a essa entidade, tornando-se imprescindível compreender o

conjunto de atividades que caracterizam o processo organizacional e o modo como tais atividades se desdobram e se relacionam no contexto da organização. A analogia fornecida por Schatzki (2006), envolve um departamento acadêmico que entre essas práticas, destacam-se as práticas de ensino, as práticas de aconselhamento, as práticas de pesquisa e as práticas de tomada de decisão e práticas cerimoniais. Assim, em relação a prática de organizar da CLCP, durante a realização da análise das entrevistas, constatou-se que cada uma das subunidades da CLCP possui funções específicas e complementares, que contribuem para a realização do processo de contratação e gestão patrimonial da universidade. Como pode-se constatar na fala da entrevistada E8 (grifo nosso):

“eu vejo a CLCP como uma grande engrenagem, trabalhando interligadas, tipo assim, em que quando alguma daquelas engrenagens afrouxam ou escapam, é como se a máquina parasse de funcionar. (...) se você for ver, é toda uma sequência, você começa com a DAPC, a máquina funcionando na DAPC, aí passa para a SAD, a máquina funcionando direitinho na SAD, aí tá tudo ok, se tiver tudo funcionando ok, passa para a DILIC, a maquinazinha funcionando na DILIC, até chegar a DCCA, né, que é contrato”.

A figura 10 representa esse fluxo de trabalho e se assemelha a um intrincado quebra-cabeça, onde cada peça desempenha um papel vital na construção do quadro geral. Cada subunidade, representando um elemento essencial dessa prática, contribui com suas competências únicas para assegurar que os procedimentos de contratação e aquisição sejam conduzidos de maneira eficaz e em conformidade com as diretrizes estabelecidas.

Figura 10 – Fluxo de trabalho da CLCP



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A CLCP emprega esse fluxo operacional estruturado que se baseia na divisão do trabalho para conduzir com sucesso os processos de contratação e aquisição. Para reforçar esse entendimento, o Quadro 5 foi elaborado com base nas falas dos entrevistados, esse fluxo de

trabalho delinea de forma clara a divisão de responsabilidades entre as quatro subunidades da coordenação. Esse mapeamento é essencial para uma compreensão mais profunda de como a CLCP opera e como as práticas relacionadas à contratação e compras são gerenciadas de maneira organizada.

Quadro 5 – Divisão de trabalho da CLCP

ETAPAS DO PROCESSO	SUBUNIDADE RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTOS	CITAÇÕES (grifo nosso)
<b>Planejamento da contratação</b>	Divisão de Apoio e Acompanhamento do Planejamento das Contratações Comuns (DAPC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A etapa de planejamento é considerada a fase interna da licitação.</li> <li>• Tal etapa começa com a formalização da demanda por parte do setor responsável.</li> <li>• Será determinado com base na legislação qual será a forma de contratação a ser utilizada: dispensa de licitação; ou a licitação.</li> <li>• O planejamento é concluído com a finalização da elaboração dos documentos obrigatórios para a contratação, tais como Termo de Referência, Mapa de Preços, entre outros.</li> </ul>	<p>E2: “A <u>DAPC</u>, ela <u>recepciona os demandantes na etapa de planejamento dos processos de contratação</u>”.</p> <p>E2: “<u>A gente vai, dentro do planejamento, até onde é necessário</u>. Por exemplo, a gente pode construir os artefatos. A gente pode escrever os artefatos? Pode. Por exemplo, em termos de referência, que é um dos artefatos que são construídos. Eu posso auxiliar o demandante, informando qual é o fluxo de construção desse documento, o que é que ele precisa informar de forma bem clara, <u>tanto os aspectos técnicos, jurídicos e administrativos</u>”.</p> <p>E2: “A gente está ali para <u>auxiliar o demandante a construir o processo. Mas quem tem que construir o processo é o demandante</u>”.</p>
<b>Elaboração do edital</b>	Divisão de Licitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizado pela Seção de Elaboração de Editais e Apoio Administrativo.</li> <li>• Elaboração da minuta de edital e seus anexos, além de torná-lo público por meio de divulgação em diário oficial ou meios eletrônicos de comunicação.</li> <li>• O edital é o documento que estabelece as regras e condições da licitação.</li> <li>• A Seção elabora o edital com base exclusivamente nas informações contidas no Termo de Referência, elaborado pelo setor demandante.</li> <li>• Elaboração e divulgação das Dispensas de licitações.</li> </ul>	<p>E8: “Resumidamente, fazemos: <u>Elaboração do edital do pregão; publicação do aviso</u> desse pregão no Diário Oficial; SRPs e Dispensas”.</p> <p>E11: “A gente não só elabora editais, a gente <u>também elabora aviso de dispensa eletrônica</u>.”</p> <p>E8: “Então, nosso serviço é esse, <u>analisar o processo</u>, não tanto quanto a DAPC, mas os <u>elementos essenciais, que vão impactar diretamente na elaboração do edital</u>”</p>

<b>Seleção de fornecedores</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• A seleção do fornecedor é chamada de fase externa da licitação.</li> <li>• Conduzir a fase competitiva da licitação que em linhas gerais, englobam: recebimento e análise das propostas; verificação da documentação para habilitação dos fornecedores; análise e decisão dos recursos impetrados pelos licitantes; homologação do resultado; e a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.</li> </ul>	<p>E5: “Eu <u>trabalho basicamente operando os pregões eletrônicos.</u>”</p> <p>E5: “Eu <u>recebo o processo da área de elaboração de editais.</u> Eu leio todo o processo.”</p> <p>E3: “Eu <u>respondo os pedidos de esclarecimento</u> e as <u>impugnações</u>. E, caso não apareça nenhum, ou caso seja respondido todos esses documentos, é aberto o <u>pregão, faço aquela a sessão pública, né? A fase de lance.</u> Depois, tem a habilitação, Aí tem a fase de recurso. Encerrando tudo, mando o processo pró-reitor de administração”.</p>
<b>Assinatura do contrato</b>	Divisão de Controle de Contratos Administrativos (DCCA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prover assinaturas do instrumento contratual e publica por meio de divulgação em diário oficial ou meios eletrônicos de comunicação.</li> <li>• Envio da documentação para os fiscais e gestor do contrato para início da fiscalização.</li> </ul>	<p>E9: “A maior parte das coisas que a gente faz está relacionada a esses <u>procedimentos da contratação e pós e, também, sanção.</u>”</p> <p>E9: “a gente tem, como posso dizer, vários tipos de processos que a gente recebe, né? Desde <u>prorrogação, assinatura de contrato, contratação, né? Reajuste, repactuação.</u> Então a gente recebe essas demandas via sistema SEI.”</p>
<b>Recepção do objeto comprado</b>	Divisão de Patrimônio (DP)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recepção do produto quando o fornecedor realiza a entrega na Unilab.</li> <li>• Notificação dos fiscais e gestor do contrato para conferência e recebimento do produto entregue.</li> </ul>	<p>E1: “O nosso pessoal <u>vai receber e faz um recebimento provisório</u>, que é também chamado de recebimento cego. O recebimento cego, você só pega a nota que a transportadora traz e olha o que ela está dizendo lá de volumes.”</p> <p>E1: “E aí sim o nosso pessoal convoca o gestor e o fiscal daquele material.”</p> <p>E6: “A gente aqui faz a <u>movimentação de bens...</u> faz a <u>aquisição dos bens...</u> A gente tem que fazer o <u>inventário</u> necessário pra saber onde esses bens estão”</p> <p>E7: “O meu dia é <u>receber coisas</u>, avisar que chegou pros demandantes. Aqui, quando chegam as nossas coisas, né? .... A gente tem que <u>colocar no sistema</u>. E, também, tem muita coisa que</p>

			fazemos. Por exemplo, <u>atender os pedidos, chamar o carro para levar, né?</u>
--	--	--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP) mantém uma página no site da Unilab e no sistema SEI para a divulgação dos procedimentos a serem realizados pela unidade demandante para a realização de aquisição de bens ou contratação de serviços. Após análise dessas páginas, foi constatado que o processo de compras na Unilab tem um fluxo pré-estabelecidos que é utilizado para tramitação do processo da demanda pelos setores responsáveis da universidade. Esse fluxo para aquisição de bens ou contratação de serviços consiste em um conjunto de etapas que devem ser cumpridas, sendo apresentado a seguir:

- 1) Unidade demandante: requisitante formaliza a necessidade da demanda;
- 2) Coordenação de orçamento: detalhamento do orçamento;
- 3) Unidade demandante: elaboração de documentos, como Termo de Referência, Mapa de Preços, entre outros;
- 4) Divisão de apoio e acompanhamento do planejamento das contratações comuns (DAPC): análise da instrução processual e assessora o demandante na elaboração da documentação para instrução processual;
- 5) Unidade demandante: indicação do gestor e fiscais para designação futura;
- 6) Reitoria: autoriza a realização da licitação;
- 7) Seção de elaboração de editais: elaboração da minuta de edital e seus anexos;
- 8) Procuradoria jurídica: emitir parecer jurídico aprovando o processo;
- 9) Seção de elaboração de editais: realiza ajustes solicitados pela procuradoria, publica o edital e marca a data da sessão pública;
- 10) Divisão de licitação (DILIC): operacionaliza a fase externa da Licitação;
- 11) Reitoria: homologa a licitação e emite a portaria dos fiscais da contratação;
- 12) Coordenação de orçamento: ajustar a dotação orçamentária;
- 13) Coordenação financeira: emitir nota de empenho;
- 14) Divisão de controle de contratos administrativos (DCCA): prover assinaturas do contrato e publica;
- 15) Divisão de Patrimônio (DP): Recepciona a chegada do produto comprado, em caso de compras;
- 16) Unidade demandante: início da fase de gestão e fiscalização do contrato.

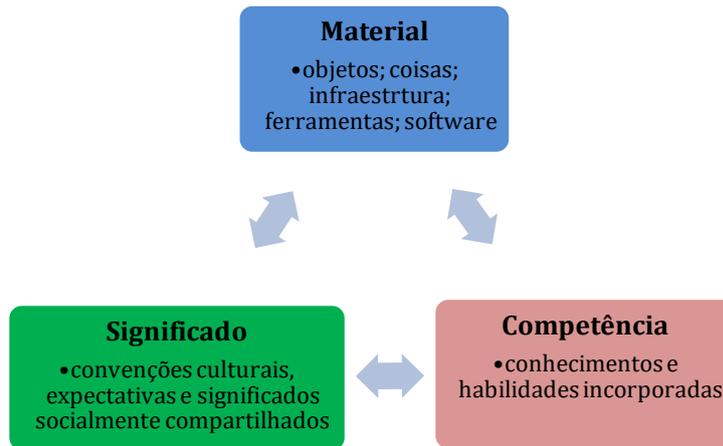
Diante do exposto, surge uma compreensão mais profunda das dinâmicas subjacentes à organização das compras públicas sustentáveis na CLCP. Os principais agentes envolvidos nesse processo são os servidores de cada subunidade da Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP) e os demandantes responsáveis pelas solicitações de contratações da instituição. A figura do coordenador da CLCP destaca-se como um elo nessa engrenagem, cumprindo um papel na orientação dos demandantes quanto às condutas gerais que devem ser adotadas e no acompanhamento minucioso das atividades desenvolvidas por cada subunidade durante o processo de contratação e aquisição. Desta forma, cada servidor da CLCP pode ser considerado os portadores da prática, pois são os responsáveis por produzir as práticas a partir dos elementos pelos quais estão envolvidos (Shove; Pantzar; Watson, 2012).

A Teoria da Prática se revela como uma lente analítica para a compreensão da estruturação da prática organizacional da CLCP. Reckwitz (2002) nos ensina que uma prática é um bloco, uma entidade cuja existência depende intrinsecamente da interconectividade de seus elementos constituintes. De maneira complementar, as palavras de Shove, Pantzar e Watson (2012) reforçam a ideia de que a prática emerge e persiste quando esses elementos - material, competência e significado - são cuidadosamente integrados e reproduzidos pelos indivíduos em seu cotidiano. Assim, sob a ótica da Teoria da Prática, percebemos que as práticas não são meramente o resultado de intenções individuais, mas sim estruturas complexas que surgem da interação dinâmica de seus elementos, os quais serão abordados nas próximas seções deste trabalho.

## **4.2 ELEMENTOS DA PRÁTICA**

As subseções a seguir apresentam os elementos identificados da análise da prática das compras públicas sustentáveis. Na presente pesquisa foram utilizados os entendimentos dos autores Shove, Pantzar e Watson (2012) de que a prática é definida como um comportamento rotinizado que consiste em três elementos interdependentes entre si: materiais, competências e significados. A figura 11 mostra os elementos que definem a prática e que serão abordados nas subseções a seguir.

Figura 11 - Elementos da prática

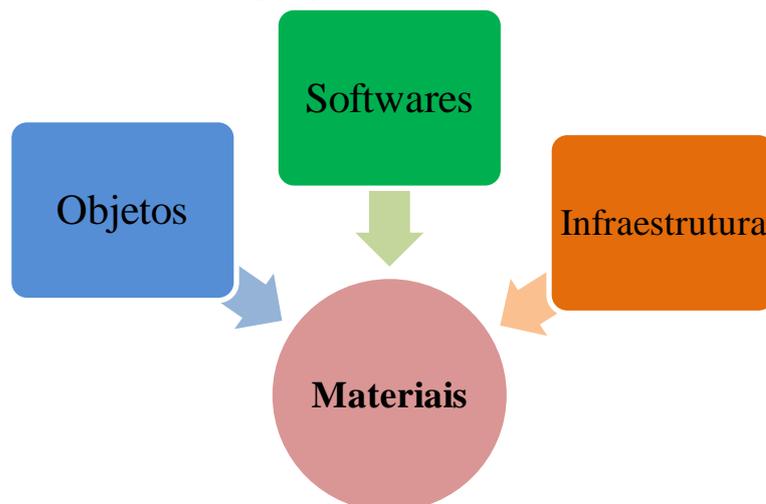


Fonte: Elaborado pela autora com base em Shove, Pantzar e Watson (2012).

#### 4.2.1 Materiais: objetos, software e infraestrutura

Um dos três elementos que compõem a prática de compras públicas sustentáveis é o material e, segundo Shove, Pantzar e Watson (2012), os materiais englobam objetos, infraestrutura, ferramentas, hardware e o próprio corpo, ou seja, são os recursos tangíveis utilizados pelo indivíduo (Medeiros, 2020; Shove; Pantzar; Watson, 2012). Identificou-se para essa pesquisa que o elemento material é, resumidamente, constituído por objetos, software, infraestrutura (Figura 12).

Figura 12–Materiais identificados na pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os resultados indicaram que tanto os elementos que já são comuns em escritórios de caráter administrativos, como cadeira, impressora, mesa e computador; quanto elementos mais peculiares, como softwares, manuais e minutas, ou seja, elementos diferenciais que acabam

impactando nos significados da prática das compras compartilhadas. Desta forma, quanto aos objetos e softwares elencados como componentes da prática foram os seguintes: agenda, cadeira, mesa, computador, e-mail, word, excel e os sistemas almoxarifado virtual, comprasnet, SUSEP, SEI, SIPAC, SIAPENET, SOUGOV. O quadro 6 apresenta o resumo dos relatos dos entrevistados sobre o elemento material.

Quadro 6 – Relatos sobre o elemento material

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CITAÇÕES SOBRE O ELEMENTO MATERIAL (grifo nosso)
E1	Material de escritório + Sistemas	<p>“Eu preciso do <u>material de um setor administrativo comum</u>.... Eu preciso de mesa, cadeira, computador”</p> <p>“Eu preciso também, e que é o que dá muito problema, é um <u>sistema do SIPAC</u> que funciona a qualquer tempo”</p> <p>“Por exemplo, nós aderimos a mais de um ano ao <u>Almoxarifado Virtual</u>. (...) Antigamente, eu fazia uma licitação de material de consumo, papel, caneta, pincel. Hoje, eu vou lá no <u>site do almoxarifado virtual que é uma plataforma</u>, vou lá no site, é como se eu estivesse comprando na ‘Americanas’, como se eu estivesse comprando em qualquer site de compra... Só vou lá, clico, vai para o carrinho, vou clicando e no final fecho o carrinho de compra.”</p>
E2	Material de escritório + Sistemas	<p>“A gente usa o que é geral também. <u>Computador, mesa, espaço físico, etc</u>. Em termos tecnológicos também não preciso de nada específico. Nem muito específico pra gente.... O que a gente ainda usa aqui, por exemplo, <u>seriam os sistemas de busca de preços</u>, que é o Painel de Preços”</p>
E3	Material de escritório + Sistemas	<p>“<u>agenda, uma caneta e o computador</u>”</p> <p>“Software eu preciso do próprio... Windows, né? Porque a gente não usa o Linux. <u>Word, Excel</u>, que é o pacote Office”</p> <p>“Eu entro no computador, ligo o <u>computador</u>, ligo os <u>três e-mails</u>, que é o meu e-mail pessoal, o e-mail institucional e o e-mail da divisão de licitações. Abro o <u>SEI, abrir o SUSEP</u>, que é o sistema que a gente gerencia as atividades do PGD. Abro o <u>Comprasnet</u>, porque às vezes tem uma comunicação de algum webinar ou alguma coisa. E pronto, aí eu vou começando...”</p>
E4	Material de escritório + Sistemas	<p>“<u>Mesa, cadeira, quer mais? Computador, né?</u> Claro que de <u>tecnologia</u>: computadores, internet. Eu acho que praticamente só isso, materiais de escritório em geral...”</p> <p>“Hoje em dia não utilizo nenhum software para <u>Licitação, mas uso os de fins administrativos, como o SEI, SOUGOV etc</u>”</p>

E5	Material de escritório + Sistemas	<p>“Eu preciso de um <u>computador</u> razoável. Não um computador muito bom... Um computador com token. Uma internet, que seja confiável. Não fica caindo direto porque vai gerar problema pra mim. Tem estrutura física. Eu acho que é isso. Celular? Não. Ligação de lado a lado é mais difícil. O restante é o básico. além, da mesa, cadeira e etc...”</p> <p>“No meu dia a dia, o que eu mais utilizo é o <u>e-mail</u>. Eu tenho o <u>SISGP</u>, que é um programa do teletrabalho, que trata do PGD que eu tenho usado muito. O Comprasnet (para realizar os pregões) e o SICAF (para retirar as certidões das empresas), também, né?”</p>
E6	Material de escritório + Sistemas	<p>“Eu preciso de <u>mesa, cadeira, computador, impressora, material de escritório mesmo...</u>”</p> <p>“Eu <u>utilizo vários sistemas, como o SEI, SIPAC, COMPRASNET, SIAPENET, SOUGOV.</u>”</p>
E7	Material de escritório + Sistemas	<p>“<u>Computador, mesa, cadeira.</u> E eu, também, trago a minha <u>câmera</u> de casa, né? Se eu precisar participar de uma reunião virtual, eu já estou com ela aqui”</p> <p>“Também, utilizo os <u>sistemas do SIPAC e do Almoarifado Virtual Nacional</u>”</p>
E8	Material de escritório + Sistemas	<p>“eu ainda sou adepta da minha agenda, eu ainda gosto de fazer anotações escritas, mas o material físico que eu utilizo hoje no trabalho é <u>computador, fones.</u> A minha agenda e a caneta”</p> <p>“Sistemas Eu utilizo o Comprasnet e o SEI”</p>
E9	Material de escritório + Sistemas	<p>“<u>Utilizo um computador,</u> porque basicamente faço todo o meu serviço na internet. O sistema já é online... A gente <u>usa muitos sites</u> para pegar certidões das empresas como, por exemplo, o <u>SICAF, CADIN</u> (que é o dentro do Sicaf), <u>Siafi.</u> Além, do <u>SEI da Unilab e o Susep</u> (que é do PDG)”</p>
E10	Material de escritório + Sistemas	<p>“Uso material de escritório de modo geral: caneta, agenda, computador etc.”</p> <p>“Usamos <u>os sistemas de busca de preços,</u> que é o Pannel de Preços e pronto”</p>
E11	Material de escritório + Sistemas	<p>Hoje material físico eu utilizo muito pouco... <u>só o notebook</u>”</p> <p>“Digital, utilizo o word e a gente utiliza <u>os sistemas do Comprasnet e do SEI</u>”</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No relato dos entrevistados e na observação direta, percebe-se que para a prática das compras públicas sustentáveis são necessários objetos comuns em escritórios de caráter administrativos, como: mesa, cadeira, agenda, bloco de anotações, caneta, café, bebedouro de água, ar-condicionado, impressora e computador. A Figura 13 exemplifica os objetos de escritórios mencionados e tais objetos são utilizados com o propósito de proporcionar conforto

aos servidores (praticantes) que atuam no setor da CLCP e dos setores demandantes, que esporadicamente dirigem-se ao setor para retirar dúvidas.

Figura 13 - Objetos de escritório



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

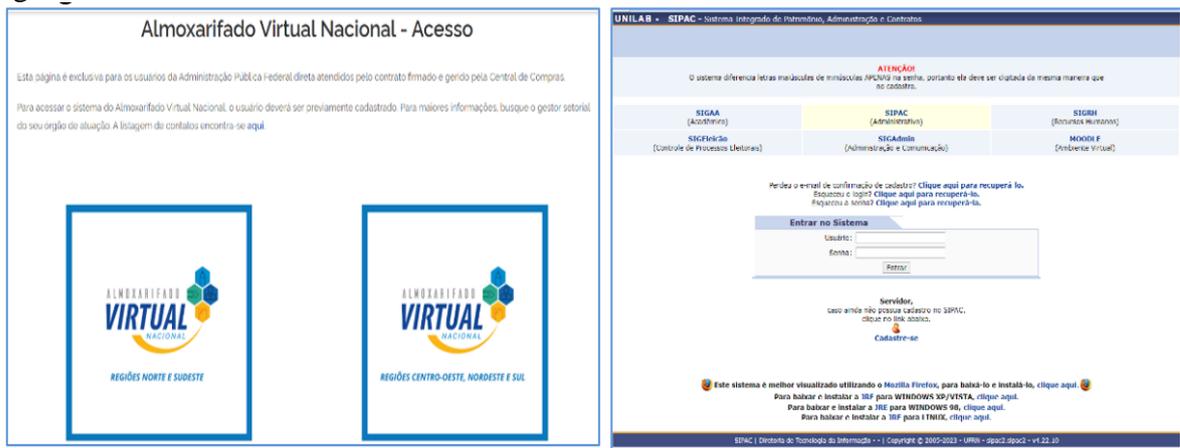
Outro ponto de destaque é que os entrevistados mencionaram, que dentre os materiais citados, os softwares são de grande relevância e que os utilizam diariamente durante sua prática de compras públicas sustentáveis, sendo que desses sistemas e plataformas cada setor informou utilizar prioritariamente um (uns) sistema (s) específico (s) no desempenho de suas funções. De forma generalizada, todas as divisões informaram que utilizam o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) (Figura 14), pois é uma plataforma eletrônica que utilizam para a tramitação de documentos e processos dentro da Unilab, sendo um sistema que oferece uma maneira eficiente de gerenciar documentos, promovendo a agilidade, economia de recursos e segurança na gestão de informações (UNILAB, 2023b).

Figura 14 - Sistema Eletrônico de Informações

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os entrevistados da Divisão de Patrimônio explicaram que utilizam o Almoarifado Virtual Nacional e o SIPAC (Figura 15), sendo que o Almoarifado Virtual é uma plataforma online utilizada para o gerenciamento de estoques e materiais do governo federal, permitindo o controle, registro e aquisição de itens utilizados pelos órgãos públicos, tornando o processo de aquisição e gestão de estoques mais eficiente e transparente (Economia, 2023). O SIPAC é utilizado para a gestão do patrimônio, contratos, sendo que permite o registro, acompanhamento e controle de bens (UFC, 2023).

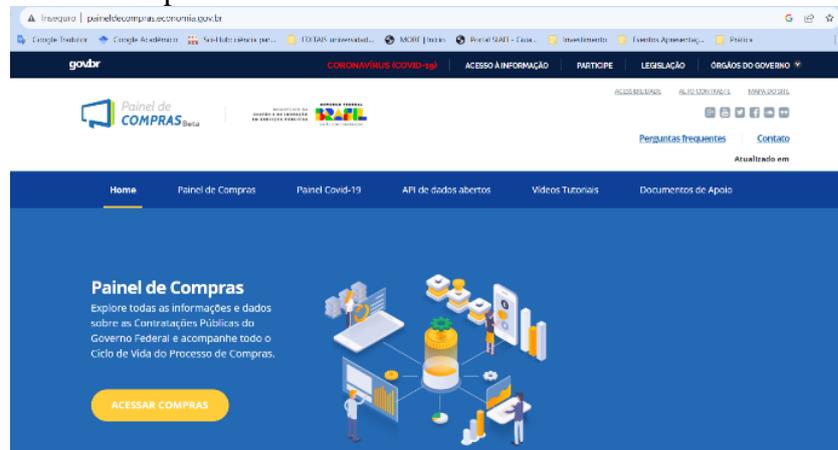
Figura 15 - Almoarifado Virtual e SIPAC



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Os servidores da Divisão de Compras citaram que utilizam corriqueiramente o Painel de Compras (Figura 16). O Painel de Compras é uma ferramenta que fornece informações e métricas sobre os processos de compras públicas realizados pelos órgãos governamentais, permitindo o acompanhamento e a análise de dados relacionados a compras governamentais, auxiliando na tomada de decisões e na avaliação da eficiência desses processos (Economia, 2021).

Figura 16 - Painel de Compras



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Já os servidores da Divisão de Licitação e da Divisão de Contratos mencionaram que utilizam prioritariamente no seu dia a dia o sistema Comprasnet (Figura 17). O Comprasnet é o sistema utilizado pelo governo federal para realizar processos de compras e licitações online. Ele promove a transparência, a concorrência justa e a economia de recursos públicos ao possibilitar a participação de fornecedores de todo o país em processos licitatórios. Além disso, simplifica a gestão de contratos e aquisições governamentais (Planejamento, 2023).

Figura 17 - Comprasnet



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

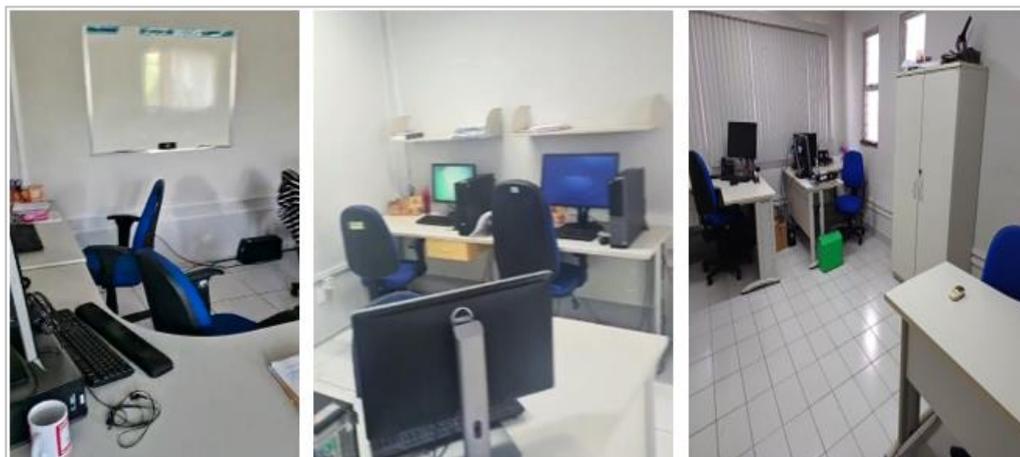
A relevância na identificação dos softwares utilizados pela equipe da CLCP foi apoiada no entendimento de Orlikowski (2000) no qual destaca a importância de observar como as pessoas utilizam e incorporam a tecnologia às práticas organizacionais, destacando como essa utilização é moldada pelas regras e recursos envolvidos em suas ações contínuas. A autora Orlikowski (2000) argumenta que a tecnologia não é apenas uma ferramenta neutra usada pelas organizações, mas desempenha um papel fundamental na constituição das estruturas e das práticas organizacionais.

Magaudda e Piccioni (2019) explicam que inicialmente a teoria da prática tinha a limitação de compreender a tecnologia apenas como uma relação "usuário-dispositivo", no entanto, mostrou-se a necessidade de considerar como as tecnologias atuais estão cada vez mais incorporadas e integradas em conjuntos mais amplos de infraestruturas digitais. Segundo os autores, um olhar mais atento às infraestruturas tecnológicas pode ajudar a esclarecer como práticas sociais distintas se difundem e como podem contribuir para explicar a obstinação e a flexibilidade das práticas (Magaudda; Piccioni, 2019).

Os elementos materiais apresentados anteriormente, especificamente objetos e softwares, oferece uma base sólida para compreender o que envolve a prática de compras públicas sustentáveis. No entanto, como Schatzki (2002) compreende as práticas como um conjunto de ações organizadas no tempo e no espaço, é importante destacar que há um

componente material adicional de fundamental relevância para a sua prática: a infraestrutura da sala (Figura 18). A pesquisadora visualizou, por observação direta, que as disposições das estações de trabalho foram planejadas para que cada integrante de uma mesma subunidade fosse alocado próximos, tendo o layout da sala contribuído em vários momentos para que facilitasse a realização de micro reuniões setoriais, a comunicação entre os pares e promovesse uma interação mais fluída e eficaz, o que mostrou ser crucial para o bom desempenho das atividades realizadas.

Figura 18 - Infraestrutura da sala



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

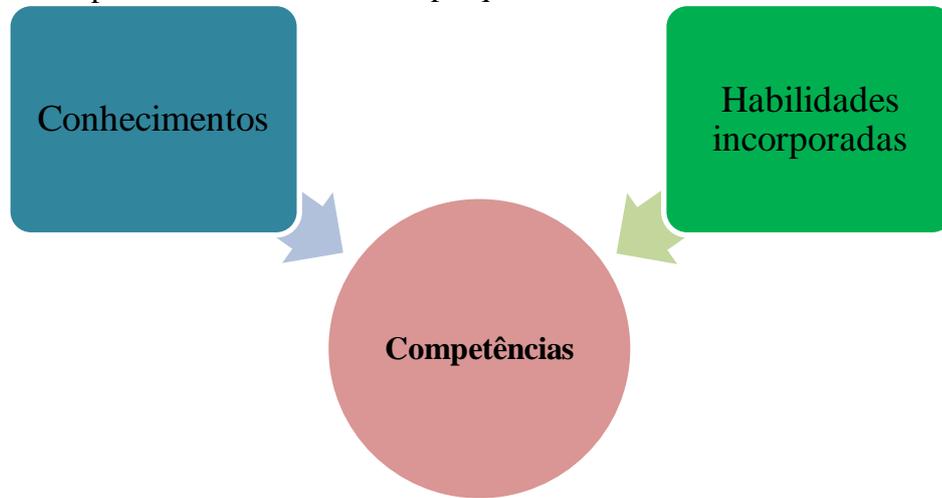
Diante do exposto, verificou-se que, embora os processos de contratação e aquisições ocorram de maneira virtual, é necessário dispor de uma infraestrutura para a manutenção da prática. Tal achado está em consonância com a argumentação apresentada por Shove, Pantzar e Watson (2012) no que tange à relevância do componente material, enfatizando a relação de interdependência entre os materiais e os demais elementos.

#### 4.2.2 Competências: conhecimentos e habilidades incorporadas

As competências são constituídas por conhecimentos, know-how, compreensão e habilidades incorporadas, sendo tudo que o indivíduo compreende sobre o que faz (Shove; Pantzar; Watson, 2012). Os autores Shove, Pantzar e Watson (2012) explicam que o know-how, conhecimento e compreensão são elementos decisivos na realização da prática, seja na forma do que Giddens (1984 apud Shove, Pantzar e Watson, 2012) categoriza como consciência prática ou habilidade cultivada deliberadamente ou, de forma mais abstrata, como entendimentos compartilhados de bom desempenho ou adequação, os quais servem como critérios para avaliar atuações específicas. Desta forma, identificou-se nessa pesquisa que as

competências envolvidas na prática das compras públicas sustentáveis são, resumidamente, constituídas por conhecimentos e habilidades incorporadas, como representado na figura 19.

Figura 19 - Competências identificados na pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

As competências compreendem habilidades que são desenvolvidas para a execução de uma prática específica, seja ela desempenhada como performance ou experimentada como uma entidade distinta (Shove; Pantzar; Watson, 2012). No presente estudo, os entrevistados apontaram, detalhadamente, que essas competências adquiridas e envolvidas na sua prática das compras públicas sustentáveis são: conhecimento em tipo de materiais; conhecimento de legislação, acordos do TCU e normas específica da licitação; habilidade de buscar conhecimento (autodidata), de passar essas informações para os outros e de sistematizar conhecimento; habilidade de realizar análise estratégica de outras instituições, gestão de equipe e promover a proatividade da equipe. O quadro 7 apresenta os relatos dos entrevistados sobre o elemento competência.

Quadro 7 – Relatos sobre o elemento competência

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CITAÇÕES SOBRE O ELEMENTO COMPETÊNCIA (grifo nosso)
E1	Conhecimento em tipos de materiais e legislação + Habilidade de ser autodidata	<p>“<u>O diferencial é o conhecer material</u>. Porque, às vezes, a pessoa chega aqui e não sabe nem o que é um, sei lá, por exemplo um tipo de papel”</p> <p>“<u>Outra coisa é o conhecimento das normas</u>, porque você sabe que as normas em relação à licitação, a patrimônio, a mudança é quase mensal, né?”</p> <p>“<u>Tive que fazer cursos</u> como: material, a diferença entre material de consumo e permanente; recebimentos; saída; controle de</p>

		estoque; arrumação no almoxarifado; tipo de ambiente; temperatura”
<b>E2</b>	Conhecimento de legislação + Habilidade de ser autodidata	<p>“Eu precisei fazer <u>os cursos voltados para o planejamento mesmo</u>. Então, os cursos de eram voltados para a construção dos artefatos, acho que eu fiz <u>dois ou três cursos só de termos de referência</u>”</p> <p>“a gente acaba precisando ter conhecimento, <u>mesmo que superficial, de todas as legislações para conseguir executar o trabalho.</u>”</p> <p>“Eu preciso estudar, a gente precisa <u>estudar bastante até hoje</u>”</p> <p>“A gente combinou com a equipe inteira de separar toda semana um <u>período pra estudo individual</u> e um período pra <u>estudo coletivo</u>. Para estudar legislação, instruções, leitura de diário oficial, relatório de CGU”</p>
<b>E3</b>	Conhecimento sobre acordos do TCU, normas específicas da licitação. + Habilidade ser autodidata, de passar essas informações para os outros e de sistematizar o conhecimento.	<p>“E assim, eu tinha que me esforçar em compreender sobre <u>contratações, contratos</u>. Mas a maior capacitação foi a prática. (risos)”</p> <p>“A gente tem aquilo na teoria, né? Agora quando a gente vai passar para a prática, para os dilemas do dia a dia de um pregoeiro, para aceitar ou não aceitar, para julgar a vinculação do edital, ou a proposta mais vantajosa, qual o princípio que você vai analisar como mais assertivo, mais vantajoso para a administração, esse tipo de dilema...<u>Era principalmente antes. Agora eu estou com um maior embasamento de acordos...</u> Era muita preocupação em relação a isso. <u>Agora ainda é, mas bem mais brando...</u>”</p> <p>“Eu acho que a capacidade de <u>buscar conhecimento é a principal delas</u>. Eu acho que é uma habilidade. E não só disso, mas a <u>capacidade de passar essas informações pros outros, né?</u> Porque não adianta nada a gente saber e ficar aí pra gente. Então acho assim, como eu fui professora, né? Tem isso. Outra coisa também que eu acho superimportante é a <u>capacidade de sistematizar</u>. Então assim, sempre que eu vejo alguma coisa nova, eu coloco num documento, eu tento fazer um guia, um bornozinho, assim, com vários procedimentos, tento fazer um tutorial</p>
<b>E4</b>	Conhecimento geral em contratações e patrimônio (pouca ênfase). + Habilidade de ser autodidata, de realizar análise estratégica de outras instituições, gestão de equipe e promover a proatividade da equipe.	<p>“<u>Fiz cursos específicos</u> na ENAP, mas geralzão”</p> <p>“Nos momentos de dificuldades <u>a gente tem que estudar</u>, as leis, os acordões, as jurisprudências etc.”</p> <p>“Também, a gente tem o famoso grupo do WhatsApp (...) Se eu não encontrar solução quando estudo <u>Eu pergunto pros meus amiguinhos do ZapZap.</u>”</p> <p>“Eu vejo que eu tive que desenvolver foi <u>gestão de equipe. Gestão de equipe e valorizar e promover a proatividade</u>”</p>

E5	Conhecimento em legislação e normas técnicas + Habilidade de ser autodidata, de lidar com situações de estresse	“Eu acho que foi a <u>parte de legislação</u> (...) Nunca tive nenhuma capacitação desse tipo, aprendi com os servidores mais experientes...” “Eu tive que ser <u>autodidata</u> , ir atrás dos conhecimentos para desenvolver bem meu trabalho. Também, tive que desenvolver a calma diante das situações de estresses.. pedir ajuda e comunicação né? precisa saber se comunicar bem...”
E6	Conhecimento em legislação + Habilidade ser autodidata	“Conhecimento <u>nas legislações da área</u> ... mas eu aprendi na prática mesmo, porque curso... curso mesmo eu não fiz nenhum” “Eu acho que a capacidade de <u>buscar conhecimento sozinho</u> ”
E7	Conhecimento em normas técnicas + Habilidade de ser autodidata, facilidade de aprendizagem e humildade	“Conhecimento de <u>normas</u> para solicitação de material” “Penso que a capacidade de <u>buscar conhecimento</u> é a principal. Depois, a <u>facilidade de aprendizagem e a humildade</u> ... porque eu trabalhava em outro setor bem diferente do que eu faço hoje aqui”
E8	Conhecimento em legislação e normas + Habilidade de ser autodidata, de concentração e visão sistêmica	“Conhecimento em <u>normativos</u> na área e conhecimento do <u>processo de contratação pública</u> ” “Primeiro, tem que pensar muito na questão de <u>procurar sempre estudar</u> . Então, assim, se for aquele servidor que tem preguiça de estudar, vai ficar muito difícil porque a gente passa por atualizações de legislações constantes.” “A pessoa tem que se <u>ter muita atenção</u> , principalmente em todas as fases do processo” “tem que ter uma <u>visão macro</u> , também... Se verificar que tem alguma informação, mesmo que não seja do seu conhecimento, não custa nada perguntar”
E9	Conhecimento em Contatos e Normativos, de redação oficial e pacote office + Habilidade de ser autodidata, de concentração.	“Conhecimento em <u>contatos e normativos</u> ” “Um conhecimento que acho também é o de <u>fazer despacho</u> , porque antes eu não tinha” “Só mais uma coisa, também <u>preencher planilhas e escrever textos no word</u> , que era uma outra coisa que eu não fazia”  “ <u>Habilidade de ser autodidata</u> , pois ninguém vai pegar na sua mão e te dar as respostas” “A <u>concentração para analisar com calma todas essas documentações</u> , cálculos para, por exemplo, reajuste, repactuação, saber se tá ok.”
E10	Conhecimento em legislação + Habilidade de ser autodidata, de lidar com situações de estresse	“Ter conhecimento em <u>legislação</u> é fundamental”  “ <u>Habilidade não esperar ninguém pra buscar conhecimentos</u> e de saber <u>lidar com situações de estresse</u> , no qual estamos diante das situações que não sabemos”
E11	Conhecimento em normativos +	“Sem dúvida, conhecimento em <u>normativos</u> na área e conhecimento do <u>processo de contratação pública</u> ”

	Habilidade de ser autodidata	“Pra trabalhar com contratações, você tem que estar disposta a <u>sempre estudar</u> ”
--	------------------------------	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os relatos apresentados no quadro 7 proporcionaram a identificação de que tais competências repousam, principalmente, na compreensão aprofundada das legislações e jurisprudências que regem as contratações e aquisições, bem como a habilidade de ser autodidata nesse cenário complexo das compras públicas. A análise permitiu inferir que os entrevistados consideram que a eficácia nas práticas das compras públicas sustentáveis está intrinsecamente ligada à aquisição e ao domínio dessas competências específicas, estando associadas ao propósito de realizar uma contratação/aquisição em conformidade com a legislação e que atenda de forma satisfatória às demandas da universidade.

Vale ressaltar que, quando os entrevistados mencionavam da necessidade de ter "conhecimento de legislação" na realização das práticas, estavam, se referindo a um amplo conjunto de normativos jurídicos específicos da área de licitações. Isso abrange não apenas leis e decretos, mas também instruções normativas, acórdãos do Tribunal de Contas da União e jurisprudências que permeiam o âmbito das licitações. A importância desse "conhecimento de legislação" apontada pelos servidores é tão acentuada que eles consideram um risco para a administração pública, no caso a Unilab, a possibilidade de não estarem informados acerca de qualquer legislação relevante na área, como relatado a seguir:

E2: “Quando chega um processo lá na minha mesa, ele não quer saber se eu sei qual a legislação que é ou se eu sei o acórdão X ou Y. Eu tenho que agir e ponto final. Se a legislação não é atendida e a bomba explodir, vai “encher” durante a licitação de pedidos de impugnação ou processos judiciais. É um retrabalho imenso... Não gosto nem de pensar”.

E5: “Eu me planejo para todo ano fazer um curso ou um webinar de reciclagem em legislação... Já aconteceu de advogado vir de São Paulo, chegar aqui na minha frente me falando de leis específicas e exigindo uma resposta minha... Imagina se eu não soubesse do assunto? Podia até ter gerado um recurso ou um processo”. (grifo nosso)

Todos os servidores envolvidos no processo reconhecem a obrigação de manter-se atualizados, sendo que este compromisso com a atualização reflete o empenho em garantir a conformidade e a legalidade das práticas de compras públicas sustentáveis. Segundo Rabello (2022), cursos e treinamentos têm o propósito de aprimorar o conhecimento técnico dos servidores, bem como desenvolver suas competências relacionadas à gestão de processos licitatórios e contratações administrativas. Desta forma, para que as licitações e contratações públicas sejam eficientes e eficazes, é crucial que os agentes públicos estejam devidamente

qualificados e preparados para lidar com os desafios que surgem nesse contexto (Rabello, 2022).

A preocupação com a capacitação dos servidores que atuam com contratações públicas é percebida na legislação da área, como por exemplo na Nova Lei de Licitação (NLL) nº 14.133/2021, que determina que a autoridade máxima do órgão promova a gestão por competências (artigo 7º, caput) na designação de agentes públicos (Brasil, 2021; Justen Filho, 2021; Rabello, 2022). Justen Filho (2021) explica que apesar da autoridade superior ter a competência (em sentido jurídico) de designar o servidor responsável por conduzir as licitações, a NLL traz requisitos mínimos a serem preenchidos na designação desse agente público e que devem ser observados através da gestão de competência para que as escolhas adotadas sejam validadas. Tais requisitos são apresentados nos incisos I a III do artigo 7º (Brasil, 2021), como:

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I – sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II – tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III – não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil (grifo nosso).

A NLL utiliza a palavra competência, segundo o Tribunal de Contas de São Paulo (2021), referindo-se a aptidão, sendo uma combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao trabalho e que afetam no seu desempenho. Já a gestão por competência, de acordo com Justen Filho (2021), é um método da gestão de pessoas que visa realizar a adequação entre as funções desempenhadas e a qualificação do profissional. Assim, Justen Filho (2021) afirma que a aplicação da gestão por competência no âmbito das licitações promove a necessidade de qualificação dos agentes envolvidos, pois como a forma de ingresso dos servidores é pelo concurso público, eles são avaliados apenas em questões teóricas mais abrangente, não sendo analisados em suas competências técnicas específicas.

Buscando aprofundar a percepção da pesquisadora acerca da forma de como os servidores construíram seu repertório de conhecimentos, os entrevistados foram questionados de suas experiências de aprendizagem na área de licitações. Conforme os relatos, percebeu-se três formas em comum de como construíram seus conhecimentos, tais como: *cursos de*

*capacitação*, geralmente realizados como primeiro contato na área e com enfoque geral da teoria, abordando as legislações e jurisprudências que regem as contratações e aquisições; *aprender-fazendo*, no qual os contextos da prática os auxiliaram a aprender a atuar de forma especializada na área de compras públicas; e, por fim, *a troca de experiências entre os servidores*, em que os mesmos repassam conhecimentos e habilidades que auxiliam na atuação das compras públicas sustentáveis. O quadro 8 apresenta algumas verbalizações dessas três fontes de conhecimentos relatados pelos entrevistados.

Quadro 8 - Fontes de conhecimentos relatadas

FONTES	CITAÇÕES (grifo nosso)
<b>Cursos de Capacitação</b>	E4: " <u>Fiz alguns cursos...</u> Só que os cursos que a gente encontra por aí são <u>teóricos, com prática, quase nula, são só falando de legislação...</u> "; E5: "Antes de atuar, a minha formação foi essa: Eu fiz um <u>curso da ENAP</u> , que apesar de ser um curso bom, é muito corrido. Eu passei uma semana lá na ENAP, sendo que a <u>metade da carga horária era de elaboração de edital e a outra metade era de pregoeiro</u> ";
<b>Aprender-fazendo</b>	E3: "O que <u>me fez mesmo aprender foi a minha prática do dia a dia</u> . Os conhecimentos são variados e a gente não consegue aprender tudo de uma vez. A gente vai internalizando com o tempo... Eu pegava o processo e ia estudando"; E5: "...na minha formação, também, teve <u>o principal que foi o aprender fazendo</u> . Chegou uma hora que eu estava sozinho conduzindo todos os pregões da universidade e pronto. Então, foi na <u>prática mesmo de vai lá e faz...</u> "
<b>Troca de experiências entre os servidores</b>	E4: "A gente tem o famoso <u>grupo do WhatsApp...</u> Estou no grupo dos gestores do Ceará, no grupo do Nordeste e no grupo do Brasil. Assim, quando eu pego <u>um cenário aqui na UNILAB, que tenho dúvidas...</u> Eu pergunto pros meus colegas dos grupos de WhatsApp... <u>Aí eu consigo construir uma metodologia de ação a partir das experiências das outras universidades</u> "; E5: "A pessoa que era <u>meu chefe na época, parou tudo para me ensinar</u> por um período. Me mostrou como utilizar os sistemas, como era a rotina de um pregoeiro, os modelos de recursos etc.".

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

As três fontes de conhecimentos mencionadas anteriormente (quadro 8) demonstram que a construção do conhecimento na área de licitações é multifacetada, combinando abordagens formais e informais. De acordo com os entrevistados, embora os cursos de capacitação tenham sido a primeira opção de estudo na área de licitação, não foram considerados como tendo o maior impacto na sua formação, no entanto consideraram o aprender-fazendo como o mais significativo, seguido pela troca de experiências entre os servidores, como é retratado na fala do entrevistado 8:

E8: "Embora no início a gente tenha procurado o conhecimento formal, como por exemplo, alguns cursos de capacitação... Muita coisa a gente só aprendi na prática, mesmo... Os cursos de capacitação são mais para a gente se situar das novidades na área de licitações e fazer um *network* com os outros servidores, porque a gente aprende mesmo é no dia a dia, com a repetição das análises nos processos, as peculiaridades de cada contratação etc (...) Outra coisa que ajuda muito nessa aprendizagem e nas horas das dificuldades durante as licitações é essa troca de experiências com outros servidores que já

passaram por aquela situação, seja os servidores lá da Unilab ou até mesmo de outras instituições”.

O aprender-fazendo (quadro 8) aconteceu por meio da atuação do servidor nos processos licitatórios, no qual tomava suas próprias decisões e era responsável pelos resultados obtidos. A ênfase no aprender-fazendo, dada pelos servidores, para desenvolver as competências necessárias para atuar em compras públicas sustentáveis, corrobora com Takeuchi e Nonaka (2008) que explica que o aprender-fazendo é responsável pela internalização do conhecimento e pela obtenção do know-how do indivíduo. David Kolb (1984) em seu modelo do ciclo de aprendizado experiencial, destaca essa abordagem de "aprendendo fazendo" e explica que a experiência direta e a reflexão sobre essa experiência são elementos cruciais no processo de aprendizagem, assim, engajar-se ativamente em tarefas práticas, projetos ou simulações solidifica o conhecimento adquirido (Kolb, 1984).

A troca de experiência entre os servidores (quadro 8) foi considerada a segunda de maior relevância na sua formação e, conforme os entrevistados, acontece principalmente nos momentos de dificuldades nas práticas das licitações e configura como uma forma de verificar como os outros servidores e/ou instituições públicas atuam em situações semelhantes, além de ser um momento para aprofundamento dos conhecimentos. Percebeu-se, nas análises dos relatos sobre essas trocas de experiências, que ela se enquadra no conceito de Comunidade de Prática, desenvolvido por Jean Lave e Etienne Wenger (1991), que a conceitua como grupos de pessoas que compartilham interesses, objetivos e um domínio comum de conhecimento, reunindo-se regularmente para colaborar, trocar experiências e construir significado coletivo. Desta forma, a citada troca de experiências revela-se uma manifestação da Comunidade de Prática, fortalecendo a colaboração e a partilha de conhecimentos no contexto das práticas de licitações (Lave; Wenger, 1991).

A importância dada pelos entrevistados a troca de experiência na sua formação corrobora com o que afirma Bispo (2013b) no qual destaca a relevância das comunidades de prática na construção e transmissão do conhecimento, bem como na facilitação do processo de aprendizagem. Outra importância, acrescentada por Souza-Silva (2009), é que as comunidades de prática representam meios potenciais para a disseminação do conhecimento, pois utilizam diversos recursos, como narrativa, analogia, metáfora, experimentação e observação; os quais auxiliam os membros a discutirem questões cotidianas e a refletirem, possibilitando a criação de soluções inovadoras para determinados desafios sociais (Souza-Silva, 2009).

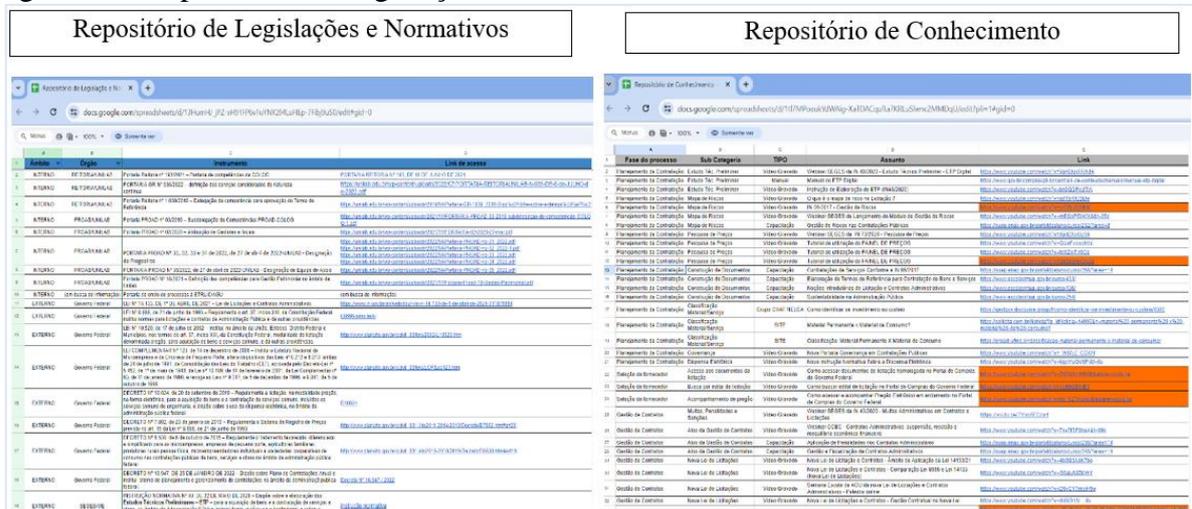
O relato dos servidores pela busca de diferentes formas de construir seus conhecimentos na área de licitações, apoia com o que Rabello (2022) explica de que os

servidores entram no serviço público com conhecimentos gerais, o que implica na necessidade de que sejam capacitados nas áreas em que irão desempenhar suas funções, como é o caso dos que atuam no âmbito das compras públicas. O referido autor constatou em sua pesquisa que é imprescindível a capacitação e treinamento dos agentes de contratação para uma boa condução de todo o processo licitatório, desde a construção dos documentos norteadores da contratação até a avaliação das propostas dos licitantes (Rabello, 2022).

Silva *et al.* (2018) ressalta que mais do que meramente adquirir habilidades e conhecimentos estáticos, esses indivíduos devem ser preparados para atuar como multiplicadores do saber, de modo a disseminar as melhores práticas e informações relevantes entre o maior número possível de servidores da sua organização. Nesse contexto, durante o levantamento documental, constatou-se que a Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP), buscando promover a disseminação eficiente de informações, desenvolveu e compartilha no site da própria coordenação um repositório de conhecimento e de legislações (UNILAB, 2023c).

O repositório de conhecimento e de legislações, conforme evidencia a figura 20, é constituído por duas planilhas que apresentam o compêndio organizado de documentos relevantes no contexto das contratações públicas, no qual apresenta diversos links que direcionam a usuários aos documentos interessados. Sob o título “Leis e Normativos”, a CLCP disponibiliza o repositório das principais leis, decretos, instruções normativas, portarias normativas e outros dispositivos da base legal para a condução dos processos de contratações. Paralelamente, no “Repositório de Conhecimento” é disponibilizado links de materiais de conhecimentos práticos e teóricos que visam otimizar as práticas operacionais das contratações públicas.

Figura 20 - Repositório de Legislações e Conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Outra competência destacada por todos durante as entrevistas, foi a habilidade de ser autodidata. O autodidatismo é definido no dicionário Michaelis (2023) como o “ato ou prática de instruir-se sem o auxílio de professores, à margem do processo educativo formal e institucionalizado”. Assim, o autodidatismo foi considerado pelos entrevistados como uma habilidade essencial na construção dos seus conhecimentos sobre licitações e de suma relevância em um ambiente dinâmico como o das compras públicas, o qual frequentemente demanda adaptação a novas legislações e alterações procedimentais, como é exemplificado nos relatos dos entrevistados:

E2: “Quando eu fui lotado no setor, eu precisei estudar sobre licitações... aliás, a gente precisa estudar bastante até hoje, mesmo trabalhando com isso há anos. Acredito que para eu atuar nessa área e ser bem-sucedido nas licitações, eu tenho que ter a habilidade de ser autodidata. A área de licitação é um desafio constante (risos)... Eu digo isso porque a área de licitação tem sempre uma atualização na legislação; ou um Acórdão do TCU com novo entendimento; ou uma mudança no sistema do governo federal etc... Eu vejo que, por essa característica mesma da área, é imprescindível que o servidor que nela atue seja autodidata”. (grifo nosso)

E8: “Por exemplo, com a nova lei, teve uma época que eu estava fazendo tanto curso, assistindo tanto webinar; que eu até brinquei com a minha gerente, que eu não aguentava mais (risos)... A gente tem que ser autodidata e procurar sempre estar estudando. Acho que nesse setor de Licitação, se vier trabalhar aquele servidor que tem preguiça de estudar, vai sofrer muito... Na área de licitações, a gente acompanha atualizações de legislação constantemente. E a pessoa precisa ter mais aquele perfil de ir atrás dessa constante atualização e dessa busca constante pelo conhecimento.” (grifo nosso)

A relevância do autodidatismo, destacada por todos os entrevistados, encontra sua explicação nas palavras dos autores Ranzini e Bryan (2017, p.434), no qual afirmam que a eficácia das iniciativas de capacitação e formação no setor público é alcançada quando essas ações estão “efetivamente vinculadas às demandas identificadas”. Assim, essa conexão direta com as necessidades identificadas possibilita a redução das lacunas de qualificação, impulsionando melhorias tanto no desempenho individual dos colaboradores quanto na eficiência global da organização (Ranzini; Bryan, 2017). Devido a isso, percebeu-se que o autodidatismo possibilitou que os entrevistados se apropriassem ativamente do seu processo de aprendizado, alinhando-se de maneira mais específica às demandas do ambiente de trabalho e contribuindo, assim, para o fortalecimento do capital humano e o aprimoramento contínuo das práticas de compras públicas.

Os cursos mencionados pelos servidores que eram selecionados durante sua autocapacitação, apresentaram variações entre modalidades de ensino online e presencial, assim

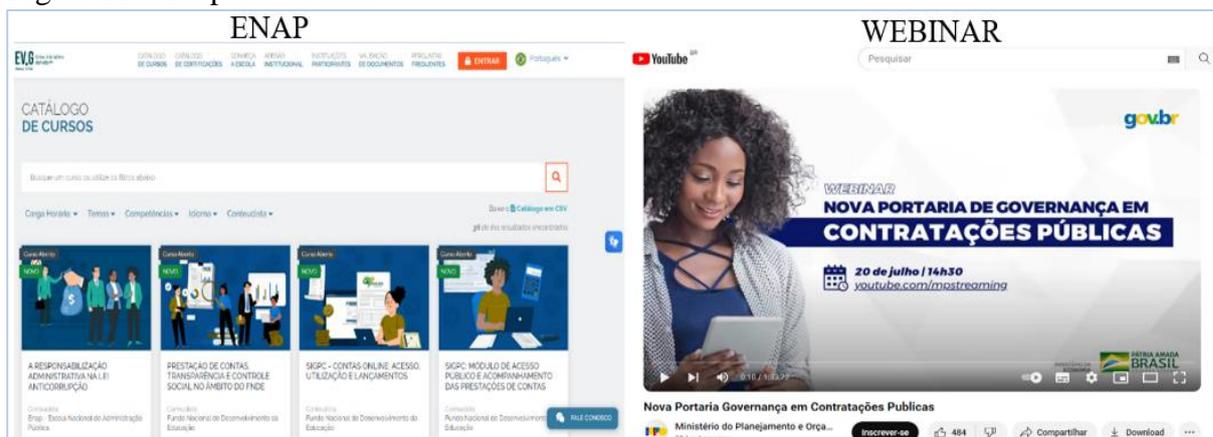
como entre opções gratuitas e pagas. Contudo, todos manifestaram ter preferência por cursos online e gratuitos, como exemplo os cursos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e os Webinários, atribuindo tal predileção à facilidade de acesso e à celeridade entre a identificação da lacuna na formação e a realização da referida capacitação. Segundo os depoimentos, a seleção dos cursos e webinários é fundamentada no tema a ser abordado, e essa escolha está intrinsecamente relacionada à identificação de alguma dificuldade percebida pelo servidor em sua prática profissional. Os relatos a seguir, apresentam tais fatos:

E2: “Os cursos, eu fiz por conta própria. Eu utilizei as escolas de governo, que são gratuitas, como a ENAP, por exemplo. Por isso a gente tem que buscar o conhecimento. Existe, também, os webinários que o próprio governo possibilitou essa capacitação. Por ser iniciativa do próprio governo federal, o webinário virou ponto quase que obrigatório para quem trabalha na área de licitações assistir todos. Quase todos os assuntos que a gente precisa dominar para executar o trabalho, tem um webinar disponível já.”

E3: “Hoje em dia, eu gosto mais é de fazer os cursos online e sem pagamento, como os da Enap e os Webinários. (...) Eu gosto muito dos webinários porque eu estudo direto da fonte. Eu geralmente assisto os webinários do próprio ministério e os que o pessoal da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento. Esse pessoal é o que emite as portarias, as Instruções Normativas que conduz esses procedimentos de licitação.”

A Escola Nacional de Administração Pública é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Economia desde 1986 que desempenha um papel crucial na formação contínua e desenvolvimento dos servidores públicos, alinhada com a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), enquanto também contribui para a produção e disseminação de conhecimentos sobre gestão e políticas públicas (ENAP, 2014). Paralelamente, o Webinário, termo derivado da combinação de "web" e "seminar", representam uma forma inovadora e eficaz de conduzir conferências, reuniões e seminários por meio da Internet (Rebelo, 2022); tendo como propósito central, facilitar a comunicação em tempo real e ao vivo, empregando recursos audiovisuais para transmitir palestras, discussões, apresentações e aulas para um público significativo (Rebelo, 2022; Rez, 2016). A figura 21 apresenta esses dois meios utilizados para a autocapacitação, relatada pelos entrevistados.

Figura 21 - Enap e Webinários



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Analisando alguns trabalhos presentes na literatura (Knowles, 1975; Brookfield, 2009; Antonello; Godoy, 2011; Camillis, 2011; Souza, 2014) verificou-se que ao invés de utilizar o termo autodidata/autodidatismo, os autores utilizaram o termo aprendizagem autodirigida para descrever o mesmo fenômeno. O termo "aprendizagem autodirigida" tem suas raízes na teoria da aprendizagem humanista de Malcolm Knowles, educador americano conhecido como defensor da andragogia – a arte e a ciência de orientar adultos a aprender (Brookfield, 2009; Souza, 2014). Para Knowles (1975), a aprendizagem autodirigida é um fenômeno, também denominada Self-Directed Learning (SDL), no qual o indivíduo assume a responsabilidade de sua aprendizagem, com ou sem a ajuda de outras pessoas, tomando iniciativas na identificação de suas necessidades de aprendizagem, além de planejar, executar e avaliar seu próprio aprendizado.

Brookfield (2009) propõe que o aprendiz autodirigido se empenha na superação de novos desafios com o objetivo de orientar autonomamente seu próprio processo de aquisição e reflexão do conhecimento. Essa abordagem implica na habilidade de estabelecer conexões entre suas próprias experiências e as vivências de outros aprendizes, sendo que os efeitos resultantes dessa interação são significativamente moldados pela configuração dos ambientes colaborativos nos quais ocorrem (Brookfield, 2009). Adicionalmente, Brookfield (2009) sustenta que, à medida que a educação online se estabelece como uma prática cada vez mais difundida, a ênfase na aprendizagem autodirigida permanecerá de extrema relevância. Tal fato, decorre de que os ambientes de aprendizagem online caracterizam-se pela promoção do controle exercido pelos alunos sobre o ritmo e a direção de seu próprio processo educativo.

No contexto da aprendizagem autodirigida, os achados do presente estudo sobre a 'habilidade de ser autodidata' corroboram com os da literatura, como no estudo de Camillis (2011) que pesquisando trabalhadores que não desempenham papéis gerenciais, verificou que

os processos de aprendizagem mais percebidos por eles foram aprender pela prática, aprender pela interação e a *aprendizagem autodirigida (vontade própria)*. Já na dissertação de Souza (2014), ao identificar e compreender como ocorre o processo de aprendizagem organizacional em setores de licitações na Universidade Federal Fluminense, verificou que os processos de aprendizagem considerados mais relevantes pelos próprios entrevistados foram aprender pela prática/fazendo e *aprender por vontade própria (autodirigida)*. Ambos os estudos destacaram que os participantes reconheceram a relevância da aprendizagem autodirigida, reforçando assim a importância dessa competência na prática das compras públicas.

Diante do exposto, a aprendizagem autodirigida (ou 'habilidade de ser autodidata') emerge como uma competência fundamental para estimular transformações da prática, uma vez que proporciona aos profissionais a identificação de oportunidades de aprendizado, promovendo a adaptação e o aprimoramento das estratégias (Knowles, 1975; Brookfield, 2009; Camillis, 2011; Souza, 2014). As práticas são definidas, conforme Shove, Pantzar e Watson (2012), por relações interdependentes entre materiais, competências e significados e passam por três estágios que emergem, estabilizam e finalmente desaparecem, à proporção que a ligação entre seus elementos é feita e/ou quebrada (proto-prática, prática e ex-prática). Logo, no presente estudo, constatou-se que a aprendizagem autodirigida influencia na evolução da prática das compras públicas, possibilitando que novas ligações entre seus elementos sejam feitas e/ou quebradas, pois tem o potencial de catalisar o surgimento de novos métodos, aprimorar práticas existentes e até mesmo extinguir abordagens.

#### *4.2.3 Significados: identificação pessoal, importância ao trabalho realizado e o uso racional dos recursos públicos*

Um outro elemento essencial envolvido na prática é a atribuição de múltiplos significados subjetivos a esta prática, sendo definido este significado, como as convenções culturais, expectativas e entendimentos socialmente partilhados, ou seja, refere-se à importância que o indivíduo confere à sua participação (Shove; Pantzar; Watson, 2012). Para Schatzki (1996), o significado transcende para as estruturas teleoafetivas, abrangendo finalidades, projetos, tarefas, objetivos, crenças, afetos, emoções e humores. Nesse contexto, analisando as falas dos entrevistados da presente pesquisa, identificou-se que o significado envolvido na prática das compras públicas sustentáveis é, resumidamente, constituído por identificação pessoal, importância ao trabalho realizado e o uso racional dos recursos públicos, como representado na figura 22.

Figura 22 - Significados identificados na pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ao analisar os relatos dos entrevistados sobre os significados de suas práticas nas compras públicas percebe-se que a identificação pessoal com o trabalho vai além da simples execução de tarefas diárias, tratando-se de um elo entre seus gostos, suas aptidões individuais e suas responsabilidades laborais. Já, a importância atribuída ao trabalho realizado, mostra a conscientização acerca do impacto de suas atividades na organização, pois entendem que o trabalho desempenhado contribui para o bem-estar coletivo e o funcionamento eficiente da universidade. E, por fim, os servidores relataram que através de sua atuação veem impacto no uso racional dos recursos públicos (pela universidade), pois asseguram que cada investimento do dinheiro público seja direcionado de maneira eficaz para atender às demandas da universidade, evitando os desperdícios ou superfaturamentos nas compras e/ou contratações.

A identificação pessoal, importância ao trabalho realizado e o uso racional dos recursos públicos (figura 13) são os significados verificados pela pesquisadora que foram relatados por todos os entrevistados. Ressalta-se, no entanto, que esses foram os principais, mas não os únicos significados identificados na prática das compras públicas sustentáveis, sendo detalhadamente: identificação pessoal com o trabalho realizado; importância ao trabalho realizado; uso racional dos recursos públicos; expectativa de resolução de problema antigo do setor; expectativa de amadurecimento dos demandantes; expectativa do reconhecimento com uma gratificação para pregoeiros; expectativa de uma gestão máxima mais eficiente; expectativa por novas capacitações. O quadro 9 apresenta o resumo dos relatos dos entrevistados sobre o elemento significado.

Quadro 9 – Relato sobre o elemento significado

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CITAÇÕES SOBRE O ELEMENTO SIGNIFICADO (grifo nosso)
<b>E1</b>	Identificação pessoal + Importância ao trabalho realizado + Uso racional dos recursos públicos + Expectativa de resolução de problema antigo	<p>“Eu gosto do trabalho, do ambiente de trabalho e da universidade. <u>A palavra patrimônio eu gosto... Sempre eu gostei desse tipo de trabalho</u>”</p> <p>“Eu vejo que <u>o nosso trabalho é importante para a universidade</u>, já que nosso trabalho dar suporte pra toda a universidade”</p> <p>“Estruturamos o setor pra evitar <u>perdas de material por mau armazenamento e não ter o desperdício do dinheiro público</u>”</p> <p>“Expectativas é tirar essas <u>pendências que tem de inventário estão desde o início da Unilab</u>”</p>
<b>E2</b>	Identificação pessoal + Importância ao trabalho realizado + Expectativa de amadurecimento dos demandantes + Uso racional dos recursos públicos	<p>“<u>Gosto do que eu faço lá no setor, é interessante a possibilidade de você construir algo.</u>”</p> <p>“Quem consegue enxergar, sabe que <u>o nosso trabalho ali é de extrema importância e relevância para a instituição</u>”</p> <p>“Espero que com o tempo, a Unilab de um todo, e <u>os demandantes amadureçam juntos</u>. A ponto de <u>entenderem o papel deles e o nosso papel, e saber diferenciar um do outro.</u>”</p> <p>“A gente está ali para auxiliar o demandante a construir o processo, dentro de toda a formalidade da lei e <u>não ter desperdício do dinheiro público.</u>”</p>
<b>E3</b>	Identificação pessoal + Importância ao trabalho realizado + Uso racional dos recursos públicos + Expectativa de reconhecimento	<p>“Eu <u>gosto de trabalhar com licitações, é um setor que a gente tá sempre aprendendo e eu vejo os frutos do meu trabalho, me sinto feliz quando eu vejo que eu fiz algum tipo de contribuição pra universidade com qualidade e com boa economia.</u>”</p> <p>“<u>Eu tenho muita expectativa de o governo um dia colocar uma função gratificada para os servidores que são pregoeiros</u>, pela alta responsabilidade que a função tem.”</p>
<b>E4</b>	Identificação pessoal + Importância ao trabalho realizado + Uso racional dos recursos públicos + Expectativa de uma gestão máxima mais eficiente	<p>“No setor, <u>a gente ajuda as pessoas e a universidade, através das contratações... E eu me identifico com esse tipo de trabalho em que eu consigo ver que estou ajudando as pessoas.</u>”</p> <p>“<u>Eu consigo ver resultados do meu trabalho e da minha equipe</u>. Além, da contribuição que a gente dar a sociedade, <u>realizando contratações que respeitem o dinheiro público</u>”</p> <p>“Minha <u>expectativa</u> de uma gestão mais trabalhada na governança, <u>uma gestão trabalhada mais no princípio da eficiência</u>, que é um pouco complicado, porque por mais que a gente tenha uma gestão ‘docentista’, é uma gestão política.”</p>
<b>E5</b>	Identificação pessoal +	<p>“Eu gosto de estudar <u>licitações (risos)</u>, a gente estuda o que <u>acontece na prática</u>. E o trabalho</p>

	<p>Importância ao trabalho realizado + Uso racional dos recursos públicos + Expectativa por novas capacitações</p>	<p>tem seu estresse, como qualquer outro, mas é <u>um estresse que mais que me estimula</u>”  “Eu vejo o trabalho do setor, como um <u>trabalho muito relevante</u>, como a gente tá envolvido em várias partes do processo de compra <u>tem muito a fazer na questão de fazer bom uso do dinheiro público</u>”  “As <u>expectativas atuais são de me aperfeiçoar</u> nessa lei nova e nesse mundo de regramentos que vão surgir”</p>
<b>E6</b>	<p>Identificação pessoal + Importância ao trabalho realizado + Uso racional dos recursos públicos</p>	<p>“Eu <u>gosto do trabalho aqui</u>, a nossa rotina aqui, ela não é uma rotina estressante que você precisa estar 24 horas ligado. Eu gosto porque <u>eu posso trabalhar com qualidade e não com velocidade</u>”  “Nosso trabalho no setor, <u>evitamos desperdícios, excessos e garantimos que os recursos estejam disponíveis</u> quando necessários. Isso não apenas <u>promove a economia</u>, mas também <u>otimiza a utilização dos recursos públicos</u>”  “O <u>nosso trabalho foca em garantir que o patrimônio da universidade seja utilizado da melhor maneira possível além de minimizar os riscos, reduzir os gastos etc...</u>”</p>
<b>E7</b>	<p>Identificação pessoal + Importância ao trabalho realizado + Uso racional dos recursos públicos</p>	<p>“O trabalho para mim é uma realização pessoal e profissional. Aqui <u>eu encontro satisfação, porque o setor aqui tem organização</u>. E, também, <u>aqui as pessoas são honestas...</u> Já tive problemas no outro órgão em que trabalhei, que eu via muita coisa errada e hoje eu convivo só com pessoas honestas.”  “<u>Nosso trabalho é importante para a eficiência operacional</u>, na gestão de recursos da universidade e <u>no bom uso dos recursos públicos</u>, pois somos responsáveis pelo controle e organização dos materiais.”</p>
<b>E8</b>	<p>Identificação pessoal + Importância ao trabalho realizado + Uso racional dos recursos públicos + Expectativa por novas capacitações</p>	<p>“Eu gosto muito da natureza das atividades da <u>CLCP e da flexibilidade de trabalho que minha chefia do setor me proporciona</u>”  “Trabalhando com licitações, <u>eu me vejo parte de algo maior e de grande relevância pra universidade</u>”  “O produto tem que estar bem descrito no processo, <u>para não ter o gasto e não atender a demanda do setor. Ai só terá desperdiçado o dinheiro público</u>”  “Eu não me vejo fora da CLCP, embora às vezes seja cansativo e às vezes tenha situações que não nos agradam... Mas, <u>quero me capacitar mais e mais e evoluir em conhecimento nessa área...</u>”</p>
<b>E9</b>	<p>Identificação pessoal + Importância ao trabalho realizado + Uso racional dos recursos públicos</p>	<p>“Eu <u>estou gostando de trabalhar nessa área. Depois que a gente adquire os conhecimentos, o trabalho lá nos contratos fica muito bom de fazer</u>”  “Eu <u>vejo que meu trabalho é importante</u>, pois a universidade precisa de muita coisa para funcionar e isso ela consegue através dos</p>

		<p>contratos. <u>O nosso trabalho a gente conseguiu minimizar os riscos legais e financeiros, garantindo que os contratos tenham o que a lei exige.</u>”</p> <p>“Ao lidar com a gestão de contratos, tenho o compromisso de assegurar que a empresa execute o que foi acordado, evitando desperdícios e <u>contribuindo para um uso responsável dos recursos públicos.</u>”</p>
<b>E10</b>	<p>Identificação pessoal + Importância ao trabalho realizado + Uso racional dos recursos públicos + Expectativa por novas capacitações</p>	<p>“Eu <u>gosto do setor, da tranquilidade</u> que a gente tem de trabalhar lá e quando a gente tem alguma dificuldade em alguma questão, <u>as pessoas se ajudam</u>”</p> <p>“<u>Eu vejo a relevância de uma compra bem realizada e o impacto positivo que ela gera na universidade.</u> E ver que eu contribuí nesse processo <u>é muito gratificante</u>”</p> <p>“O setor de licitações é crucial para <u>garantir a eficiência na utilização dos recursos públicos.</u> Contribuímos para a obtenção de bens e serviços com o melhor custo-benefício, assegurando que <u>o dinheiro do contribuinte seja empregado da maneira mais racional possível.</u>”</p> <p>“Gosto de estar atualizado e espero que consiga manter de sempre estar buscando <u>novos conhecimentos</u>, maneiras de otimizar as compras públicas e contribuir.”</p>
<b>E11</b>	<p>Identificação pessoal + Importância ao trabalho realizado + Uso racional dos recursos públicos + Expectativa de amadurecimento dos demandantes</p>	<p>“Eu <u>gosto de trabalhar lá no setor de licitações. O trabalho não é monótono e a equipe é unida.</u> O trabalho é focado na qualidade e não na quantidade”</p> <p>“<u>Vejo que o nosso trabalho é muito importante, pois a gente contribui diretamente diminuindo os riscos nas contratações</u>”</p> <p>“No setor de licitações, desempenhamos um papel estratégico na promoção do <u>uso racional dos recursos públicos.</u> Ao avaliar propostas, ao buscar a melhor relação custo-benefício e garantir a conformidade legal, <u>contribuímos para a eficácia dos investimentos do dinheiro público.</u>”</p> <p>“Gostaria que <u>a universidade passasse a ter um melhor entendimento da importância do processo de contratação</u> e as pessoas se envolvam mais e mais... não fiquem só tentando colocar a responsabilidade na gente.”</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os significados identificados pela pesquisadora (quadro 9) são aspectos que demonstram à importância que o indivíduo confere à sua participação, conforme explicado por Shove, Pantzar e Watson (2012). Analisando os relatos percebe-se que para os praticantes da prática, a sua participação na prática de compras públicas apresenta uma característica motivacional e de satisfação através da sua atuação no serviço público, conforme os relatos a seguir:

E2: “Em relação as licitações, o que mais me motiva é a possibilidade de você construir algo. Por exemplo, quando a gente atua nos processos de licitação, você sabe que está promovendo os meios necessários para que a instituição funcione. Você pode estar atuando desde o início no planejamento, passando pela licitação propriamente dita, chegando lá na execução do contrato; logo é a gente que está provendo os meios necessários para que a instituição funcione. Porque se acontece alguma coisa, por exemplo, com a equipe e aí desaparece todo mundo, até que a instituição consiga recuperar o andamento dos processos, ele vai paralisar todas as atividades... Então, quem consegue enxergar isso, sabe que o nosso trabalho ali é de extrema importância e relevância para a instituição.”

E3: “Quando a gente vê um laboratório adquirido pela universidade e que está funcionando bem... Quando a gente vê um curso que foi bem conceituado, pela universidade ter montado uma boa estrutura... Quando a gente vê as pessoas indo à cantina e elogiando o serviço... Então, esses tipos de exemplos, são coisas que nutrem essa vontade de estar fazendo um bom trabalho. Como servidora pública atuando diretamente com licitações, eu fico satisfeita e me sinto feliz quando eu vejo que eu fiz algum tipo de contribuição para a universidade alcançar esses objetivos. Mesmo que minha contribuição seja pequena na contratação disso ou na contratação daquilo. Eu acredito que isso me move” (grifo nosso).

A motivação e a satisfação do trabalho percebida nos relatos dos entrevistados são requisitos fundamentais para a eficiência e eficácia organizacionais, resultando em desdobramentos positivos, tais como cooperação entre equipes, inovação, além da significativa redução de absenteísmo e rotatividade (Bichett; Vargas, 2021; Klein; Mascarenhas, 2016; Medeiros, 2014). Deve-se a isso, pela motivação ser uma força propulsora que incita os indivíduos a ação, caracterizando-se pela disposição do trabalhador para realizar esforços contínuos em prol da empresa no qual trabalha, desde que esses esforços também concorram para a satisfação de necessidades pessoais (Bergamini, 2018; Bichett; Vargas, 2021).

Cabe ressaltar que motivação é um constructo que se distingue da satisfação, no entanto, existe uma correlação entre elas (Dinham; Scott, 1998). A correlação entre as duas acontece, pois, sendo a satisfação no trabalho um conglomerado de experiências organizacionais prazerosas (Siqueira, 2008), acaba por proporcionar no profissional um panorama global de contentamento com seu ambiente profissional, o que é importante para influenciar a propensão do indivíduo em se manter motivado ao longo do tempo (Medeiros, 2014). Nessa perspectiva, a satisfação no trabalho desenvolvido emerge não apenas como um fim em si mesma, mas como um meio estratégico para fomentar e sustentar patamares elevados de motivação.

A motivação no setor público, também conhecida como Public Service Motivation (PSM), tem sido amplamente estudada no mundo todo, no entanto percebeu-se que os valores

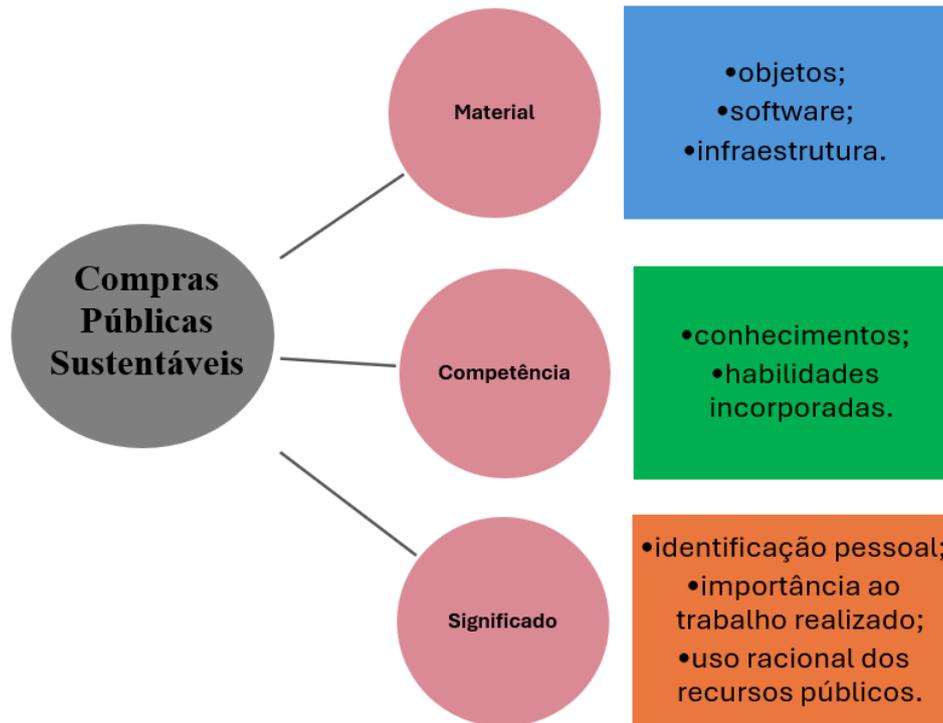
associados ao serviço público são muito diferentes em todo o mundo (Perry; Hondeghem; Wise, 2010). No âmbito do serviço público brasileiro, por exemplo, Klein e Mascarenhas (2016), pesquisando sobre os fatores motivacionais afetam a evasão e a satisfação na carreira de gestores governamentais, concluíram que a satisfação está relacionada, principalmente, a fatores intrínsecos ligados à natureza do trabalho, como relevância das atividades desempenhadas e a compatibilidade das atividades de trabalho com o cargo ocupado. Já Brandão *et al.* (2014), ao buscarem identificar os fatores motivacionais que promovem mais satisfação no trabalho na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/CE), concluíram que são realização profissional, as atividades desempenhadas e a responsabilidade atribuída.

Os estudos sobre a motivação no serviço público mostram que os fatores motivacionais que influenciam os servidores públicos são diferentes dos que motivam os profissionais do setor privado, conforme Perry, Hondeghem e Wise (2010). Os autores analisando 20 anos de pesquisas empíricas sobre PSM concluíram que a essência do construto reside na convicção de que o comportamento dos servidores públicos é fundamentalmente orientado para promover o bem aos outros e à sociedade, e não apenas pela preocupação consigo mesmo e pelo interesse próprio (Perry; Hondeghem; Wise, 2010). Tais evidências encontradas por esses autores, corroboram o achado da presente pesquisa, no qual os entrevistados, também, acreditam que através da sua atuação nas compras pública conseguem promover o bem à comunidade universitária da Unilab e a sociedade como um todo.

#### **4.3 CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS DE COMPRAS PÚBLICAS NA UNILAB PARA A SUSTENTABILIDADE**

Os elementos constituintes das práticas de compras públicas sustentáveis na Unilab foram identificados na seção anterior empregando a abordagem da Teoria da Prática delineada pelos autores Shove, Pantzar e Watson (2012), que consideram a prática como um comportamento rotinizado que se compõe dos elementos materiais, competências e significados interdependentes. Os elementos identificados na presente pesquisa incluem o material, constituído por objetos, software e infraestrutura; a competência, englobando conhecimentos e habilidades incorporadas; e o significado, que envolve a identificação pessoal, a importância ao trabalho realizado e o uso racional dos recursos públicos. A Figura 23 representa o resumo desses elementos identificados na pesquisa.

Figura 23 - Resumo dos elementos da prática



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Diante de todo exposto, na presente seção avançamos para analisar as contribuições das práticas de compras públicas na Unilab para a sustentabilidade. Vale lembrar que as Compras Públicas Sustentáveis (CPS) são definidas como a inclusão de critérios sustentáveis nas aquisições de órgãos públicos, priorizando produtos e serviços que apresentem menor impacto ambiental, respeitem direitos trabalhistas, promovam a igualdade social e contribuam para a economia local (BETIOL *et al.*, 2012). Governos em todo o mundo estão reconhecendo o poder transformador das CPS como uma ferramenta para atingir seus objetivos de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que demonstram liderança na busca por soluções sustentáveis (Cavalcanti *et al.*, 2017).

A implementação das CPS no contexto da Administração Pública brasileira encontra como fundamento jurídico no artigo 3º, da Lei nº 8.666/93, que estipula que as licitações devem assegurar diversos aspectos, dentre eles a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. O enfoque na sustentabilidade, também, é dada pela Instrução Normativa nº 1/2010 que estabelece os critérios a serem considerados na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras no âmbito da administração pública federal; e pelo Decreto nº 7.746/2012 que determina critérios, práticas e diretrizes gerais a serem seguidos nas contratações sustentáveis realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como pelas empresas estatais dependentes (Valente, 2011).

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) está submetida ao ordenamento jurídico de compras públicas sustentáveis estabelecido no Brasil, o que implica na obrigação intrínseca de aderir aos princípios e regulamentos, além da inclusão dos critérios sustentáveis nas suas aquisições de bens e serviços. Nesse contexto, verificou no Relatório de Gestão da Unilab do ano de 2022 a afirmação do comprometimento da universidade em utilizar critérios de sustentabilidade nas etapas de planejamento da aquisição de bens e contratação de serviços. A universidade afirma, no seu Relatório de gestão, que realiza análise e ajuste do Termo de Referência e Edital, em conformidade com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, além de buscar conscientizar e incentivar as suas Unidades Demandantes para a inclusão de itens relacionados à sustentabilidade ambiental em suas solicitações (UNILAB, 2023a).

O Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, citado pelo Relatório de Gestão da Unilab, trata-se de um instrumento que tem como objetivo orientar os órgãos da administração pública federal a incorporar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica em seus processos de licitação e contratação (Barth *et al.*, 2022). A utilização desse Guia é amplamente recomendada pelos órgãos como o Tribunal de Contas da União e pela Consultoria-Geral da União, como apresentado abaixo respectivamente:

204. A obra tem como objetivo oferecer segurança jurídica aos gestores públicos na implementação de práticas socioambientais, de acordo com o art. 3º da Lei 8.666/1993 (Brasil, 1993). O guia apresenta critérios, práticas e diretrizes de sustentabilidade e traz orientações sobre planejamento e avaliação da necessidade de contratação. (Acórdão nº 1056/2017-Plenário-TCU) (Brasil, 2017)

A atuação consultiva na análise de processos de contratação pública deve fomentar a utilização das listas de verificação documental (checklists), do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e das minutas de editais, contratos, convênios e congêneres, disponibilizadas nos sítios eletrônicos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. (CGU, 2016, p.30).

A fim de aprofundar as informações apontadas no Relatório de Gestão da Unilab de 2022 (UNILAB, 2023a), os servidores foram questionados durante a entrevista sobre a utilização dos critérios de sustentabilidade e sobre sua prática nas CPS. Os entrevistados confirmaram a utilização dos critérios de sustentabilidades e do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU:

E4: “Critérios de sustentabilidade aqui na Unilab a gente usa como regra, nos nosso termo de referência e nos nossos estudos técnicos preliminares. Existem campos específicos para isso. Então não tem nenhuma licitação que esqueça

de pelo menos citar os critérios de sustentabilidade daquela contratação. Pode ter contratações que não seja identificado um critério de sustentabilidade. E aí ele escreve lá no termo dizendo que não foi identificado um termo. Mas hoje a gente tem vários guias na internet, a gente usa muito o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU. Existe esse Guia de licitações sustentáveis da AGU que lá tem exemplos práticos mesmo, entendeu?”

E8: “(...) a pessoa coloca alguns critérios de sustentabilidade, até porque tem uma seção no termo de referência que fala sobre critérios de sustentabilidade (...). (...) tem um Guia da AGU. Que é um Guia de licitações sustentáveis do governo federal. Esse guia tem quadros de alguns tipos de produto que aceitam critérios de sustentabilidade” (grifo nosso).

A inserção dos critérios de sustentabilidade narrado pelos entrevistados E4 e E8 ocorre na fase interna da licitação, mas especificamente nas especificações técnicas do objeto no termo de referência/ estudo técnico preliminar. Conforme estabelecido por Justen Filho (2012), a licitação é composta por uma fase interna e outra externa, sendo a etapa interna o momento do planejamento da contratação no qual são delineados os parâmetros que orientarão todo o processo licitatório. É durante a etapa interna que ocorre a identificação das quantidades e a especificação adequada dos bens e serviços a serem contratados, formando o objeto da licitação. A escolha da modalidade de licitação e a elaborações do edital convocatório também ocorrem nesse estágio, influenciando todo o processo subsequente (Alencastro, 2014; Justen Filho, 2012).

Silva (2016) explica que a fase interna de uma licitação é um fator de extrema importância para o êxito da contratação. É recorrente observarmos falhas significativas no processo de planejamento da contratação, quando a fase interna não é bem executada devido os gestores terem que atender às demandas emergenciais da Administração. Estas falhas se manifestam sob várias formas, incluindo, mas não se limitando a, equívocos nas especificações do objeto, dimensionamento das quantidades que não condizem com a real necessidade, e problemas nas exigências contidas no edital. Tais equívocos e deficiências, infelizmente, são obstáculos frequentes no cotidiano do gestor de compras, e é imperativo que sejam devidamente abordados e superados (Silva, 2016).

O inciso I do artigo 40 da Lei nº 8.666/1993 determina que o edital deve conter uma descrição sucinta e clara do objeto, o que permite a inclusão dos requisitos de sustentabilidade de forma transparente e objetiva (Brasil, 1993). Alencastro (2014) afirma que essa abordagem possibilita que os licitantes compreendam as expectativas da Administração pública em relação aos aspectos sustentáveis da contratação. É importante destacar que, de acordo com Meneguzzi (2011), a inserção de critérios de sustentabilidade deve ocorrer nas especificações técnicas do edital, e não como requisitos de habilitação, pois tais critérios devem estar relacionados

diretamente com as características e qualidades dos produtos ou serviços a serem contratados, de modo a promover a efetiva incorporação de práticas sustentáveis na execução do contrato.

Os entrevistados detalharam que quando os processos de contratações são formalizados e chegam na Divisão de Apoio e Acompanhamento do Planejamento das Contratações Comuns (DAPC) através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), é feita uma análise do que será licitado e neste momento é verificado a possibilidade da inclusão dos critérios de sustentabilidade junto ao setor demandante. O setor demandante citado é o setor responsável pelas especificações técnicas que serão inclusas no edital, conforme aponta Meneguzzi (2011), e pela verificação da possibilidade de inclusão ou não dos critérios de sustentabilidade no processo de contratação. Nesse ponto, os entrevistados enfatizam que a decisão da inclusão ou não dos critérios de sustentabilidade é unicamente do setor demandante, como podemos verificar nas falas dos entrevistados, a seguir:

E2: “(...) a gente sempre perpassa pelos critérios de sustentabilidade quando está fazendo o planejamento. (...) Sempre que aparece um item que tem questões de sustentabilidade desenvolvida, a gente pontua, a gente aponta e informa.”;

E4: “(...) O foco durante o nosso trabalho é: aquela licitação, aquela contratação, tem item que abordam critérios de sustentabilidade? Se tem, então Ok e pronto. A gente se contenta com isso. A gente não critica o item de sustentabilidade. A gente aceita o que o demandante levantou, como ele é o técnico da área é ele quem vai dizer. (...) se o demandante julgar que na Unilab aquilo não se aplica, não se aplicará”;

E6: “O setor demandante utiliza o estudo técnico preliminar, onde terá que especificar as características do produto e, também, é feito nele a análise do possível impacto ambiental do produto, com a medida de tratamento. Só que isso é responsabilidade exclusiva do demandante” (grifo nosso).

Apesar da inclusão dos critérios de sustentabilidade ser feito nas especificações técnicas do edital pelo setor técnico, a pesquisadora verificou que os entrevistados não consideram que suas práticas na realização das compras públicas sustentáveis impactam significativamente na sustentabilidade. Tal percepção deve-se ao fato, segundo eles, de que mesmo com a inclusão dos critérios de sustentabilidade, que possuam capacitações sobre Compras Públicas Sustentáveis e saibam como atuar para exigir junto aos fornecedores que atendam tais critérios, consideram que as práticas desenvolvidas durante as licitações na área da sustentabilidade ainda são superficiais. Logo, mesmo as práticas atendendo as exigências estabelecidas em lei, os praticantes da prática não vêm impacto das suas ações sobre a sustentabilidade, sendo que no dia a dia culminam como “algo só para constar no checklist”, conforme consta nos relatos a seguir:

E2: “Eu acho que a gente ainda está muito imaturado na questão quando trata de sustentabilidade. A Unilab ainda está usando o cunho jurídico geral e bem generalista, assim vejo que o nosso trabalho não é de fazer a sustentabilidade acontecer. A gente aponta para o demandante quando vemos objetos que podem ser incluído os critérios de sustentabilidade. Mas, eu ainda acho muito superficial.”

E3: “Na prática, a gente não diz que vai ali fazer uma licitação sustentável (risos)... Então eu não posso nem dizer que alguma vez, que eu trabalhei numa licitação sustentável e que vi o resultado dela depois na universidade. A gente verifica no checklist se os critérios de sustentabilidade são atendidos e ponto final. Acho que fica algo só para constar mesmo no checklist, sem nenhuma análise se realmente vai impactar positivamente na sustentabilidade.”

E8: “Eu vejo que os critérios de sustentabilidade são colocados na maioria dos processos meio que um texto padrão. E, outra coisa, esses critérios de sustentabilidade é uma “leitura” tão superficial que eu não vejo mudança na organização como um todo, não vejo o impacto das nossas licitações para a sustentabilidade... Acho que a sustentabilidade nas licitações acaba que no dia a dia do operacional é como se fosse uma nota de rodapé, que está ali para constar, entendeu?” (grifo nosso).

A visão relatada pelos entrevistados de que suas práticas não impactam significativamente na sustentabilidade foi melhor detalhada por eles, pelo fato de já terem estudado sobre o assunto e por conhecerem o Modelo do Tripé da Sustentabilidade (do autor Elkington, 1997). Esse modelo de Elkington (1997), reconhece as dimensões econômica, social e ambiental; e sustenta que a difusão da sustentabilidade em uma entidade ocorre, primordialmente, por meio de seu *capital econômico*, agregando os capitais financeiro, físico, humano e intelectual; *capital social* que engloba iniciativas relacionadas à qualidade de vida e responsabilidade social; e *capital natural*, representando a riqueza que sustenta os ecossistemas e seus recursos, sejam estes renováveis ou não-renováveis. Segundo Marques, Santos e Aragão (2020), as dimensões ressaltadas por Elkington (1997) são interdependentes (não atuam de forma isolada) e constitui uma classificação de destaque na literatura, apesar do reconhecimento de outras dimensões sustentáveis.

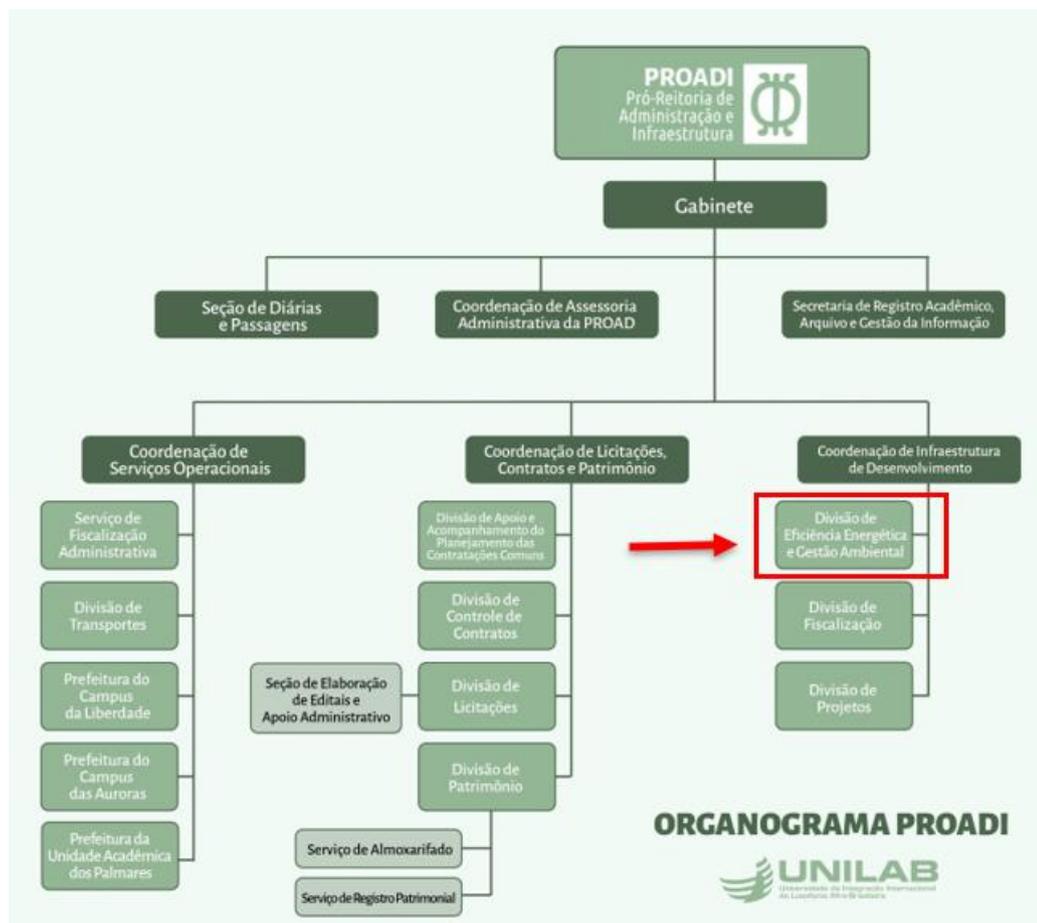
O enfoque atual da Unilab na área das compras públicas sustentáveis é da plena observação da legislação e jurisprudência, como o entrevistado E2 observa: “A Unilab ainda está usando o cunho jurídico geral e bem generalista”. Ressalta-se que os servidores entrevistados são funcionários experientes e que atuam em diferentes fases da contratação, ou seja, desde o planejamento até a fase da execução contratual; fato este, que permite aos mesmos terem um olhar mais analítico. Desta forma, considerando o entendimento proposto por Elkington (1997), os entrevistados analisam que durante as práticas das licitações acaba prevalecendo mais uma preocupação mecanizada em incluir ou não os critérios de sustentabilidade já pré-elaborados, o que acaba por negligenciar uma análise mais estratégica,

aprofundada e inovadora sobre novas formas de integração da sustentabilidade nos processos de contratação.

Verificou-se, através da análise documental, que a Unilab tem avançado no processo de absorção das dimensões da sustentabilidade, desenvolvendo diversas ações focadas na área da sustentabilidade (item 3.2.2 da presente pesquisa). No entanto, não foi observado ações de iniciativa da universidade de nível estratégico focadas na área das compras públicas sustentáveis, pautando suas três dimensões: econômica, social e ambiental. Segundo Marques, Santos e Aragão (2020), em seu estudo realizado na Universidade Federal do Ceará, é necessário a realização de uma gestão estratégica capaz de articular os objetivos estratégicos das organizações com as dimensões da sustentabilidade, além de ser indispensável desenvolver um sistema gerencial de controle e avaliação, como meio de manter um monitoramento contínuo entre o planejado e o executado.

A Unilab ainda não possui um setor a nível estratégico que apresente dentre suas atribuições planejar, articular, realizar e monitorar projetos que viabilizem a realização de uma gestão estratégica na área das compras públicas sustentáveis pautada nas três dimensões da sustentabilidade de Elkington (1997): econômica, social e ambiental. Tal realidade está em contrates, com a recomendação dos autores Gazzoni *et al.* (2018) que apontam que a política de desenvolvimento sustentável deve ser uma política de âmbito institucional, mas desenvolvida em nível operacional. Atualmente, a universidade possui apenas a Divisão de Eficiência Energética e Gestão Ambiental (DEEGEA) criada por meio da Portaria Reitoria nº 538, de 14 de julho de 2022, que atua em nível operacional e é subordinada a Coordenação de Infraestrutura e Desenvolvimento (CIED) e está representada no organograma da Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura (PROADI) abaixo na figura 24 (UNILAB, 2024a; UNILAB, 2023a):

Figura 24 - Organograma PROADI



Fonte: Unilab (2024a).

A DEEGEA tem como finalidade examinar e avaliar potencialidades para a diminuição de despesas relacionadas das edificações, bem como apresentar sugestões no âmbito das práticas ambientais, gestão de resíduos, regularização documental referentes a autorizações ambientais e procedimentos correlatos (UNILAB, 2023a). No entanto, analisando o rol de atribuições da DEEGEA nota-se que são voltadas apenas a dimensão ambiental da sustentabilidade (UNILAB, 2024b), contrariando o entendimento da interdependência entre as dimensões do Modelo do Tripé da Sustentabilidade de Elkington (1997). Outro ponto, é que a divisão conta com somente dois servidores atuando no setor; o que é um baixo quantitativo para a proporção da universidade e a multidisciplinaridade da sustentabilidade. Inclusive, a própria universidade comenta o baixo quantitativo de servidores em seu site (UNILAB, 2024c):

Perguntas Frequentes – PROADI

(...)

**A universidade possui em seu organograma unidade para tratar de questões relacionadas ao meio ambiente?**

Sim, a Divisão de Eficiência Energética e Gestão Ambiental – DEEGEA, porém a divisão tem as atividades limitadas pelo baixo efetivo, contando apenas com um engenheiro ambiental e um engenheiro electricista. (grifo nosso).

A nível de planejamento estratégico, através da análise documental, verificou-se que a Unilab ainda não tem instituído o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) que é uma ferramenta de governança que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão, levando em consideração os objetivos e ações relacionados aos critérios e a práticas de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural. A elaboração e a implementação do PLS é determinada pela Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021 e o define como instrumentos de governança nas contratações públicas, juntamente com outros instrumentos como: o Plano de Contratações Anual; a Política de gestão de estoques; a Política de compras compartilhadas; a Gestão por competências; a Política de interação com o mercado; a Gestão de riscos e controle preventivo; a Diretrizes para a gestão dos contratos; e a Definição de estrutura da área de contratações públicas (Brasil, 2021b).

A citada Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021 dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal. Nesse contexto, a portaria elenca os instrumentos de governança que, conforme relatado por alguns entrevistados, o único instrumento utilizado até o momento pela universidade no âmbito dos seus planejamentos estratégicos de compras públicas é o Plano Anual de Contratações. A utilização de apenas esse instrumento contraria a determinação da Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, de que a alta administração do órgão deve implementar e manter mecanismos e instrumentos de governança das contratações públicas, §1º do artigo 1º; e que tais instrumentos de governança devem estar alinhados entre si, parágrafo único do artigo 6º (Brasil, 2021b).

O Plano Diretor de Logística Sustentável deve estar vinculado ao planejamento estratégico do órgão e ao plano plurianual (art. 9º da Portaria 8.678/21) e nortear a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), dos estudos técnicos preliminares, dos anteprojetos, dos projetos básicos e termos de referência de cada contratação (art. 8º, § 1, I e II) (Brasil, 2021b). Enquanto instrumento de governança, o PLS desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento nacional sustentável, sendo capaz de instituir novos paradigmas na gestão interna e exercer influência sobre o mercado fornecedor (Brasil, 2023). Desta forma, no caso da Unilab, a ausência do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) e a utilização de apenas o Plano de Contratações Anual (PCA) coloca em risco a implementação da governança nas suas práticas de compras públicas sustentáveis, restringindo seus resultados na promoção do desenvolvimento nacional sustentável, nas dimensões econômica, social e ambiental.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas ao longo deste trabalho, fica evidente o papel crucial das Compras Públicas Sustentáveis no alcance do desenvolvimento nacional sustentável, pois a Administração Pública devido a seu grande volume de compras ao incluir os critérios de sustentabilidade nos processos de aquisições e contratações de bens e serviços, fomentam a criação de políticas públicas e não apenas incentivam a produção de bens e serviços sustentáveis no mercado, mas também servem de exemplo para outras organizações, estabelecendo um cenário propício à transformação do mercado em direção à sustentabilidade. Dentre os órgãos da administração pública, as universidades destacam-se, por através do desenvolvimento de suas funções regimentais de ensino, pesquisa e extensão, possuírem uma capacidade de influenciar a criação e a difusão de práticas sustentáveis.

As Universidades são destacadas por diferentes autores (Santana, 2015; Santos, 2018; Marcuz Junior *et al.*, 2020) como instituições fundamentais na promoção do desenvolvimento sustentável, tendo sua relevância destacada devido seu papel de formação de futuros profissionais e tomadores de decisão e no fornecimento de informações e conhecimentos, conseguindo promover ações de conscientização em diferentes níveis alcançando professores, funcionários, alunos, fornecedores e a sociedade em seu em torno. Percebendo a relevância da universidade nesse cenário, surgiu a necessidade do estudo da prática sustentável nas universidades, pois as compreender permite um novo direcionamento para políticas de práticas de consumo mais sustentáveis na Administração Pública.

A presente pesquisa realizou, inspirada na literatura, essa ligação das temáticas da prática sustentável nas universidades com as compras públicas, utilizando como base metodológica a Teoria da Prática do modelo de Shove, Pantzar e Watson (2012) que considera as práticas como performance e entidades coordenadas, e acreditam que elas são definidas pelas relações interdependentes entre os elementos materiais, competências e significados. A inovação em utilizar a perspectiva da teoria da prática nos estudos sobre a sustentabilidade é que se percebe que para tornar a sustentabilidade popular é preciso incorporá-la como uma prática social, ou seja, como algo intrínseco ao cotidiano, não tendo fundamento as ações que buscam apenas conscientizar as pessoas a tomarem decisões mais sustentáveis, através apenas pelo fator de persuasão e preço (Shove, 2003, 2010, 2012, 2014; Shove; Pantzar; Watson, 2012; Chappells; Medd; Shove, 2011).

A partir daí, destaca-se a relevância metodológica da presente pesquisa: as pesquisas na área da sustentabilidade utilizam predominantemente o modelo do Tripé da Sustentabilidade (Elkington, 1997), que tem uma visão empresarial e chamando a responsabilidade apenas as organizações para o desenvolvimento de ações mais sustentáveis (Silva; Almeida, 2016). Assim, a presente pesquisa apontou, em sua revisão teórica, uma ascensão da utilização da Teoria da Prática nos estudos da sustentabilidade e demonstrou a viabilidade da utilização da base teórica e metodológica da Teoria da Prática para estudos relacionados a compras públicas e práticas sustentáveis nas universidades.

O contexto relatado suscitou a pergunta que deu início à referida pesquisa: Como se configuram as práticas de compras públicas sustentáveis na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)? Através do levantamento teórico, definiu-se que para responder à questão de pesquisa seria fundamentada na Teoria da Prática de Shove, Pantzar e Watson (2012), com elementos da prática, como material, competência e significados. Logo, optou-se pela realização de um estudo de caso na Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP) da Unilab, com abordagem qualitativa, no qual foram utilizadas três fontes de dados, sendo: a análise documental dos arquivos e demais documentos oficiais disponibilizados referentes ao processo de compras sustentáveis da Unilab; as entrevistas com gestores, pregoeiros e servidores diretamente envolvidos em alguma das etapas do processo de compra, utilizando um roteiro semiestruturado de questões; e a observação direta, neste caso, tendo como foco as ações dos envolvidos na prática de compras sustentáveis.

Os resultados encontrados da pesquisa podem ser resumidos a partir da apresentação dos objetivos específicos desse trabalho. O primeiro objetivo específico foi mapear o fluxo das compras públicas sustentáveis na Unilab, no qual foi possível identificar que o fluxo utilizado está estruturado com base na divisão de trabalho entre as quatro subunidades da CLCP, sendo: a Divisão de Apoio e Acompanhamento do Planejamento das Contratações Comuns é responsável de forma geral pelo planejamento das contratações a serem realizadas; já a Divisão de Licitação é responsável pela elaboração de editais e seleção de fornecedores; a Divisão de Controle de Contratos Administrativos é responsável pelo acompanhamento e controle dos contratos; e a Divisão de Patrimônio pela gestão patrimonial. Assim, cada subunidade é detentora de atribuições específicas que contribui para a prática como um todo, garantindo que os processos de contratação e aquisição transcorram de modo eficiente e em consonância com as diretrizes estabelecidas.

O segundo objetivo específico do presente estudo foi identificar os elementos constituintes das práticas das compras públicas sustentáveis na Unilab. A fim de alcançar o objetivo estabelecido utilizou-se como abordagem a Teoria da prática dos autores Shove, Pantzar e Watson (2012) que consideram a prática definida como um comportamento rotinizado que consiste em três elementos interdependentes entre si: materiais, competências e significados. Quanto os elementos identificados são: o elemento material é, resumidamente, constituído por objetos, software, infraestrutura; o elemento competência é, resumidamente, constituído por conhecimentos e habilidades incorporadas; e, o elemento significado, resumidamente, constituído por identificação pessoal, importância ao trabalho realizado e o uso racional dos recursos públicos.

A análise do elemento material identificou-se como principais os objetos, software e infraestrutura. Em relação aos objetos, foram verificados os que já são comuns em ambientes administrativos, como mesas, cadeira, impressora, computador, entre outros, e são utilizados para proporcionar conforto aos servidores envolvidos na prática, tanto no setor de Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP) quanto nos setores demandantes. Já os softwares, foram relatados como relevantes na prática e que são utilizados diariamente, sendo destaque o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), como o utilizado de forma prioritária por todas as divisões, facilitando a tramitação de documentos e processos na Unilab. E, finalmente, a infraestrutura foi percebida que a disposição das estações de trabalho é planejada de maneira estratégica, favorecendo a proximidade entre os integrantes da mesma subunidade, o que contribui para a realização de micro reuniões setoriais e uma comunicação eficaz entre pares, essencial para o bom desempenho das atividades.

A identificação do elemento competências na prática de compras públicas sustentáveis é fundamentada, resumidamente, nos conhecimentos e habilidades incorporados pelos profissionais envolvidos. Os relatos dos entrevistados mostraram que tais competências são predominantemente fundamentadas na compreensão aprofundada das legislações e jurisprudências que regulamentam contratações e aquisições, bem como na habilidade de ser autodidata no contexto complexo de compras públicas. A importância do conhecimento jurídico abrange não apenas leis e decretos, mas também instruções normativas, acórdãos do Tribunal de Contas da União e jurisprudências associadas a licitações. A necessidade de constante atualização sobre legislação é enfatizada, considerando a ausência de informação sobre qualquer normativo relevante como um risco para a administração pública. Paralelamente, a habilidade de ser autodidata é destacada como uma competência crucial, essencial para a

adaptação contínua a novas legislações e procedimentos em um ambiente dinâmico com o de compras públicas.

Já durante a análise do elemento significado, foi identificado que é constituído por: identificação pessoal, importância ao trabalho realizado e o uso racional dos recursos públicos. Ao examinar os depoimentos dos participantes acerca dos significados de suas práticas no âmbito das aquisições públicas, evidencia-se que a identificação pessoal com o trabalho transcende a mera execução de tarefas diárias, configurando-se como uma ligação entre suas preferências individuais, aptidões e responsabilidades laborais. No que tange à importância conferida ao trabalho desempenhado, revela-se uma conscientização acerca do impacto de suas atividades na instituição, visto que reconhecem que suas contribuições reverberam no bem-estar coletivo e na eficiência operacional da universidade. Por fim, os servidores destacaram que, por meio de suas atuações, veem impacto no uso racional dos recursos públicos (pela universidade), pois asseguram a utilização criteriosa dos recursos públicos pela instituição, evitando os desperdícios ou superfaturamentos nas compras e/ou contratações.

O terceiro e último objetivo específico do presente estudo foi analisar as contribuições das práticas de compras públicas na Unilab para a sustentabilidade. Constatou-se que as Compras Públicas Sustentáveis (CPS) realizadas na Unilab, segundo os entrevistados, foram pensadas para atender ao que é estipulado no ordenamento jurídico brasileiro, assim como princípios e regulamentos brasileiros relacionados à sustentabilidade nas aquisições de bens e serviços, incluindo as atualizações da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). O Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) é mencionado como uma ferramenta importante e utilizada com frequência. O relatório de gestão da Unilab do ano de 2022 confirma o comprometimento da universidade em incorporar critérios de sustentabilidade nas fases de planejamento das aquisições.

Um ponto a destacar é que, durante as entrevistas, os servidores destacam que, embora critérios de sustentabilidade sejam incluídos nos processos de licitação, as práticas ainda são percebidas como superficiais, e seu impacto na sustentabilidade é questionado. Essa percepção, provavelmente, está relacionada ao fato de a Unilab ainda não contar com um setor estratégico incumbido de planejar, coordenar, executar e monitorar iniciativas que propiciem a implementação de uma gestão estratégica em compras públicas sustentáveis, alinhada às três dimensões da sustentabilidade de Elkington (1997): econômica, social e ambiental. Por fim, observou-se a ausência de um Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) e a dependência exclusiva do Plano de Contratações Anual (PCA) como fatores que são apontados como

limitações para a efetiva promoção da sustentabilidade nas práticas de compras públicas da instituição.

Quanto a contribuição desse estudo, acredita-se que a pesquisa em questão apresentou contribuições significativas na temática de compras públicas sustentáveis e das práticas de sustentabilidade nas universidades, pois utilizou de forma inovadora a base metodológica da Teoria da Prática. Além de, como já mencionado, foi evidenciada a viabilidade de aplicar a Teoria da Prática em pesquisas sobre aquisições governamentais e a adoção de práticas sustentáveis no ambiente universitário. A adoção da Teoria da Prática como estrutura teórica contribui para a inovação no campo, destacando a importância de incorporar a sustentabilidade como uma prática social, indo além de abordagens tradicionais baseadas apenas em conscientização e persuasão. Por fim, os resultados proporcionam uma visão detalhada dos elementos que compõem as práticas nas compras públicas sustentáveis na universidade, o que pode contribuir fornecendo um norte para pesquisadores, gestores públicos e demais interessados na promoção da sustentabilidade.

Apesar dos esforços empreendidos nesta pesquisa, é essencial destacar algumas limitações que podem influenciar a interpretação dos resultados. A limitação está relacionada à dependência dos relatos dos participantes, que atuava apenas no setor da Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio (CLCP), não tendo sido possível entrevistar a gestão superior (Pró-Reitoria e Reitoria) da universidade. Devido a isso, as informações encontradas podem estar sujeitas a possíveis vieses, especialmente quando se trata da percepção dos servidores sobre a efetividade das práticas sustentáveis e a ausência de um setor a nível estratégico que atue planejando, articulando, realizando e monitorando projetos que viabilizem a realização de uma gestão estratégica na área das compras públicas sustentáveis.

Considerando as limitações identificadas e as lacunas que surgiram durante a pesquisa, sugerem-se algumas direções para pesquisas futuras. Primeiramente, a replicação deste estudo em outras universidades permitiria uma comparação mais abrangente das práticas de compras públicas sustentáveis, possibilitando generalizações mais sólidas. A segunda sugestão seria relevante investigar a percepção de outros envolvidos nas práticas de compras públicas sustentáveis, como a gestão superior (Pró-Reitoria e Reitoria), servidores dos setores demandantes e fornecedores, o que proporcionaria uma visão mais holística podendo fornecer contribuições significativas nas práticas das compras públicas sustentável. Em síntese, este estudo fornece uma base sólida, mas a continuidade da pesquisa é crucial para aprimorar a

compreensão das práticas de compras públicas sustentáveis nas universidades, contribuindo para a construção de uma base teórica e prática mais robusta nesse campo em evolução.

Diante de todo o exposto, o presente estudo, ao inovar ao aplicar a Teoria da Prática, proporcionou uma compreensão aprofundada das práticas de compras públicas sustentáveis na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). As descobertas revelam não apenas o fluxo e os elementos constituintes dessas práticas, mas também indicam desafios e oportunidades para a promoção efetiva da sustentabilidade. Apesar das limitações inerentes ao estudo de caso, os resultados fornecem uma base sólida para pesquisas futuras, sugerindo a necessidade de replicação em outras instituições e a inclusão de perspectivas adicionais para uma compreensão mais abrangente e holística. Assim, este trabalho contribui não apenas para a compreensão das práticas de compras públicas sustentáveis nas universidades, mas também para o avanço teórico e prático.

## REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Maria Alice Cruz. **Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência no Poder Executivo Federal**. Fortaleza, Ceará. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, 2014.
- ALMEIDA, Maria Luciana de; WANDERLEY, Lilian Soares Outtes. Sustentabilidade enquanto Prática Social: uma construção teórica a partir dos estudos do Schatzki e da Shove. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, XXII ENGEMA, 2020, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]** (ISSN: 2359-1048). São Paulo: FEAUSP, 2020. Disponível em: <https://engemausp.submissao.com.br/22/anais/arquivos/609.pdf?v=1692909344>. Acesso em: 24 ago. 2023.
- AMADO, Frederico Augusto di Trindade. **Direito Ambiental Esquematizado**. 5ª edição. São Paulo: Método, 2014.
- ANTONELLO, Cláudia S.; GODOY, Arilda S. **Aprendizagem organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011. E-book. ISBN 9788577808724. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577808724/>. Acesso em: 05 fev. 2024.
- ARAÚJO, Geraldino Carneiro de; TEIXEIRA, Cláudia Echevengua. Análise das compras públicas sustentáveis na secretaria do meio ambiente do estado de São Paulo. **Revista Gestão & Regionalidade**, v. 34, n. 100, jan-abr 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.13037/gr.vol34n100.3744>. Acesso em: 02 jan.2023.
- ARAÚJO, Geraldino Carneiro de; MENDONÇA, Paulo Sergio Miranda. A análise do processo de implantação das normas de sustentabilidade empresarial: um estudo de caso em uma agroindústria frigorífica de bovinos. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 02, mar-abr 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/Ln8dGQffchXcbkhSmQMzj3B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2023.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016
- BARTH, Maria Leticia Brandão Guimarães *et al.* **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**. 5ª ed. Brasília: AGU, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs\\_082022.pdf](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf). Acesso em: 10 mar. 2023.
- BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações: nem todos fazem as mesmas coisas pelas mesmas razões**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. ISBN 9788597017670. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017670/>. Acesso em: 18 fev. 2024.

BETIOL, Luciana Stocco et al. **Compra Sustentável: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania - FGV, 2012.

BIDERMAN, Rachel et al. (org.) **Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: FGV, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/15417>. Acesso em: 04 mar. 2023.

BICHETT, Miria; VARGAS, Sandra Martins Lohn. Fatores influenciadores na satisfação e motivação ao trabalho no setor público municipal. **Revista Desafio Online**, v. 09, n. 01, p. 138-162, jan-abr 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.55028/don.v9i1.10195>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BISPO, M. de S.; SOARES, L. C.; CAVALCANTE, E. D. C. Panorama dos estudos sobre “prática” no Brasil: uma análise da produção. **XXXVIII Encontro Anual da ANPAD**, v. 38, 2014.

BISPO, Marcelo de Souza. Estudos baseados em prática: conceitos, história e perspectivas. **Revista interdisciplinar de gestão social**, v. 2, n. 1, 2013a. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/23172428rigs.v2i1.10058>. Acesso em: 08 set. 2022.

BISPO, Marcelo de Souza. Aprendizagem organizacional baseada no conceito de prática: contribuições de Silvia Gherardi. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 132-161, 2013b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/7wTFmSnhJb7Gd7CNRTT3h5F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BÔAS, Regina Vera Villas. No centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável estão os seres humanos que têm direito à vida saudável e produtiva, construída em harmonia com a natureza. In: CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio; SOUZA, Maria Claudia Antunes de; SANTIAGO, Mariana Ribeiro (org.). **Meio Ambiente & Desenvolvimento: os 25 anos da declaração do rio de 1992**. São Paulo: IDG, 2018. p. 34-52. Disponível em: [https://professorvladmirsilveira.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Meio\\_Ambiente\\_\\_Desenvolvimento\\_Declara%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o\\_do\\_Rio-92.pdf](https://professorvladmirsilveira.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Meio_Ambiente__Desenvolvimento_Declara%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o_do_Rio-92.pdf). Acesso em: 11 jan. 2023.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é-o que não é**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=px46DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=o+que+%C3%A9+sustentabilidade&ots=bEwkoy77qa&sig=eIQ9XXKZqmuNM8EGnccw45vkIxg#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 08 jan. 2023.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma Teoria da Prática. Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila**, Oeiras: Celta Editora, 2002.

BOUWER, Maarten et al. **Green Public Procurement in Europe 2005: Status overview**. Holanda: Virage Milieu & Management, 2005. Disponível em: [https://ec.europa.eu/environment/gpp/pdf/Stateofplaysurvey2005\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/environment/gpp/pdf/Stateofplaysurvey2005_en.pdf). Acesso em: 04 mar. 2023.

BRANDÃO, Isac de Freitas et al. Satisfação no serviço público: um estudo na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 77, n. 01, p. 90-113, jan-abr, 2014. ISSN 1413-2311 (versão on-line). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-23112014000100004>. Acesso em: 18 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012**: regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Secretaria de Gestão e Inovação. Diretoria de Normas e Sistemas de Logísticas. **Caderno de logística: Plano Diretor de Logística Sustentável**, 2023, setembro, versão 1.0. Brasília: DELOG/SEGES/MGI, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/logistica-publica-sustentavel/plano-de-gestao-de-logistica-sustentaveis/plano-diretor-logistica-sustentavel-ver1.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Coordenação da Agenda 21 (ed.). **Agenda 21 brasileira: avaliação e resultados**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2012. 87 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/963>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Projeto Compras e Inovação: Relatório de Diretrizes aos Planos de Gestão de Logística Sustentável (IN MP/SLTI nº 10/2012)**. Brasília: MPOG, 2013. Disponível em: [https://e-lib.iclei.org/wp-content/uploads/2018/10/Projeto\\_Compras\\_e\\_Inova%C3%A7%C3%A3o.png2\\_.pdf](https://e-lib.iclei.org/wp-content/uploads/2018/10/Projeto_Compras_e_Inova%C3%A7%C3%A3o.png2_.pdf). Acesso em: 04 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**: regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8666\\_cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666_cons.htm). Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021**: Lei de licitações e contratos Administrativos. Brasília: Secretária-Geral, 2021a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm). Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. **Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021**: Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Secretária-Geral, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias/portaria-seges-me-no-8-678-de-19-de-julho-de-2021>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. **Portal da transparência do governo federal**: visão geral das licitações com contratação realizada. Brasília: Controladoria-Geral da União, 2023. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/licitacoes>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 1056/2017-Plenário**. Relator: André de Carvalho. Sessão de 24/5/2017. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2017. Disponível em: [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/\\*1056%252F2017/%2520%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/6](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*1056%252F2017/%2520%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/6). Acessado em: 14 set. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Ignacy Sachs e a Nave Espacial Terra. **Revista de Economia Política**, vol 33, nº 2 (131), p. 360-366, abril-junho/2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/FBrbDXF7yvbhySx5cBRyR8K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2023.

BROOKFIELD, Stephen D. Self-directed learning handbook. In: R. Maclean, D. Wilson (eds.). **International Handbook of Education for Changing World of Work**. DOI 10.1007/978-1-4020-5281-1 XV.7. SSBM Media, 2009. Disponível em: <https://moscow.sci-hub.se/4392/14834a3aaff6bdb0723a2d83a1b418d9/brookfield2009.pdf#navpanes=0&view=FitH>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRUNDTLAND, GroHarlem (Org.). **Nosso Futuro Comum**: Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 1991, p. 46.

CABRAL, Vitor Neves; CASTRO, Biancca Scarpeline de. Análise da implementação da política de compras públicas sustentáveis: um estudo de caso. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 1, p. 49-67, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v24n1p49-67>.

CALVACANTI, Denize et al. Compras públicas sustentáveis: diagnóstico, análise comparada e recomendações para o aperfeiçoamento do modelo brasileiro. **Relatório ao Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e ao Ministério do Meio Ambiente**. Santiago: Nações Unidas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/41009>. Acesso em: 31 jan 2022.

CAMILLIS, Patrícia Kinast de. Os saberes no plural: um estudo acerca dos processos de aprendizagem dos trabalhadores que não exercem um papel gerencial. In: ANTONELLO, Claudia Simone; GODOY, Arilda Schmidt (Org.). **Aprendizagem organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011. p. 272-299. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788577808724/pageid/296>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CAMPELLO, Livia GaigherBósio; SOUZA, Maria Claudia Antunes de; SANTIAGO, Mariana Ribeiro (org.). **Meio Ambiente & Desenvolvimento**: os 25 anos da declaração do rio de 1992. São Paulo: IDG, 2018. 476 p. Disponível em: [https://professorvladmirsilveira.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Meio\\_Ambiente\\_\\_Desenvolvimento\\_Declara%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o\\_do\\_Rio-92.pdf](https://professorvladmirsilveira.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Meio_Ambiente__Desenvolvimento_Declara%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o_do_Rio-92.pdf). Acesso em: 12 jan. 2023.

CARADONNA, Jeremy L. **Sustainability**: a history. New York: Oxford University Press, 2014.

CAVALCANTE, E. D. C.; BISPO, M. de S. Sustentabilidade como Prática: um olhar etnometodológico e sociomaterial a partir da orla marítima de João Pessoa, Paraíba. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 80-113, jul/dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2318-9223.2014v2n2p80>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CHAPPELLS, H.; MEDD, W.; SHOVE, E. Disruption and change: drought and the inconspicuous dynamics of garden lives. **Social & Cultural Geography**, v.12, n. 7, nov. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14649365.2011.609944>. Acesso em: 26 ago. 2023.

CGU, CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO. **Manual de Boas Práticas Consultivas**. 4 ed. Brasília: AGU, 2016. 100 p. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/conjur/biblioteca-eletronica/manuais/manual-de-boas-praticas-consultivas>. Acesso em: 14 set. 2023.

COSTA, Márcia Regina Cavalcante. **A dinâmica dos elementos da prática de compartilhar peças do vestuário na cidade de Fortaleza-CE**. 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas (PPGA), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, 2020.

DIÓGENES, C. G.; AGUIAR, J. R. **UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul**. 1 ed. Redenção: UNILAB, 2013.

DINHAM, Steve; SCOTT, Catherine. A three domain model of teacher and school executive career satisfaction. **Journal of Educational Administration**, v. 36, n. 4, p. 362-378, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/243460899\\_A\\_Three\\_Domain\\_Model\\_of\\_Teacher\\_and\\_School\\_Executive\\_Career\\_Satisfaction](https://www.researchgate.net/publication/243460899_A_Three_Domain_Model_of_Teacher_and_School_Executive_Career_Satisfaction). Acesso em: 16 fev. 2024.

ECONOMIA. **Almoxarifado Virtual Nacional**. Brasília: Ministério da Economia, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/central-de-compras/almoxarifado-virtual-nacional>. Acesso em: 16 set. 2023.

ECONOMIA. **Manual do Painel de Compras**. Brasília: Ministério da Economia, 2021. Disponível em: [http://paineldecompras.economia.gov.br/template/painel-compras/assets/docs/Manual\\_Painel\\_de\\_Compras.pdf](http://paineldecompras.economia.gov.br/template/painel-compras/assets/docs/Manual_Painel_de_Compras.pdf). Acesso em: 16 set. 2023.

ELKINGTON, John. The triple bottom line: sustainability's accountants. In: RUSSO, Michael V. **Environmental management: readings and cases**. 2. ed. London: WCIR, 1997. cap. 4. p. 49-68. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=hRJGrsGnMXcC&oi=fnd&pg=PA49&dq=John+Elkington+The+triple+bottom+line.+Environmental+management:+Readings+and+cases,&ots=0frCzNQqgD&sig=mSVNYsQCRlfk0XmOvaUHKZIVk94#v=onepage&q=John%20Elkington%20The%20triple%20bottom%20line.%20Environmental%20management%3A%20Readings%20and%20cases%2C&f=false>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ENAP. **Carta de Serviços da Enap**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1558>. Acesso em: 30 jan. 2024.

- FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos Ebape.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, nº 3, p. 667-681, jul./set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395157473>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- GAZZONI, Fernando et al. O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 11, n. 1, p. 14-28, 2018. Disponível: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2018v11n1p48>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GHISI, Aline Cristine. **Estratégia como prática a partir dos fenômenos de Schatzki** (2006): estudo de casos em empresas do Programa Empreender-Florianópolis/SC. 2018. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, SC, 2018.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2022.
- GOMES, Aline Ribeiro; DA SILVA FILHO, José Carlos Lázaro; LEOCÁDIO, Áurio Lúcio. Teorias das Práticas: Análise da Adoção de Práticas Socioambientais em um Programa Público. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 14, n. 1, pág. 3-17, 2020.
- GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- GRISA, Catia; SABOURIN, Eric; ELOY, Ludivine; MALUF, Renato S. **Sistemas alimentares e territórios no Brasil**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.
- HEGENBERG, Juliana Trianoski. **As compras públicas sustentáveis no Brasil: um estudo nas universidades federais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/571>. Acesso em: 20 out. 2020.
- IBIAPINA, Iveltyma Roosemalen Passos. **Componentes culturais e as práticas de descarte de resíduos sólidos no Brasil e na Alemanha**. 2019. 124 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2019.
- INTESOL. **Institucional**: Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – INTESOL. Redenção: Unilab, 2023. Disponível em: <https://intesol.unilab.edu.br/apresentacao/>. Acesso em: 08 abr. 2023.
- JEREISSATI, Lucas Campos; MELO, Álisson José Maia. As contratações públicas sustentáveis e a implementação da meta 12.7 dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil: avanços e retrocessos. **Revista Brasileira de Políticas**

**Públicas**, Brasília, v. 10, n. 3, p. 492-519, dez./2020. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/7237>. Acesso em: 05 jan. 2023.

JUSTEN FILHO, M. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Dialética, 2012.

JUSTEN FILHO, M. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

KLEIN, Fabio Alvim; MASCARENHAS, André Ofenhejm. Motivação, satisfação profissional e evasão no serviço público: o caso da carreira de especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 01, p. 17-39, jan-fev 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612146562>. Acesso em: 18 fev. 2024.

KOHLER, Maria Claudia Mibielli. **Agenda 21 local: desafios da sua implementação, experiências de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Florianópolis**. 2003. 185f. Tese (Mestrado em Saúde Pública), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-19052005-111222/publico/Maria\\_Claudia\\_Kohler\\_diss](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-19052005-111222/publico/Maria_Claudia_Kohler_diss). Acesso em: 23 jan. 2023.

KOLB, David Allen. **Experiential learning: experience as the source of learning and development**. New Jersey: Prentice-Hall, 1984.

KNOWLES, M. S. **Self-directed learning: a guide for learners and teachers**. Chicago: Follet, 1975

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgan; BONOTTO, Danusa por Lara. Pesquisa documental em pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Pesquisa UNAD**, Colômbia, v. 14, n. 2, p. 55–73, jul.-dez./2015. DOI:10.22490/25391887.1455. Disponível em: <https://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/view/1455>. Acesso em: 5 set. 2023.

LAGE, Allene Carvalho. **Administração Pública orientada para o desempenho sustentável**. Um estudo de caso: os ventos das mudanças no Ceará também geram energia. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace;handle/bitstream/handle/10438/3547/Dissertacao\\_Allene.PDF?sequence=1](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace;handle/bitstream/handle/10438/3547/Dissertacao_Allene.PDF?sequence=1). Acesso em: 23 dez. 2022.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=CAVIOrW3vYAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 08 jan. 2024.

LAVOR, Anna Ariane Araújo de; TURATTI, Luciana. **Os critérios de sustentabilidade nas contratações públicas: estudo de caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu**. Iguatu: Quipá Editora, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/600904/2/LIVRO%20OS%20CRIT%20C3%89RI>

OS%20DE%20SUSTENTABILIDADE%20NAS%20CONTRATA%C3%87%C3%95ES%20P%C3%9ABLICAS.pdf. Acesso em: 21 mar.2023.

LIMA, Aristeu Rosendo Pontes. Unilab: uma promissora tentativa de integração. In: Lima, Manolita Correia; Prolo, Ivor; Assumpção, Solange Rodrigues Bonomo; Leal, Fernanda (org.). **Unilab 10 anos: gênese, desafios e conquistas**. 1 ed. Blumenau: Edifurb, 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Fernanda-Leal-3/publication/356905645\\_Unilab\\_10\\_anos\\_genese\\_desafios\\_e\\_conquistas/links/61b21530c06743719a8fea09/Unilab-10-anos-genese-desafios-e-conquistas.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Fernanda-Leal-3/publication/356905645_Unilab_10_anos_genese_desafios_e_conquistas/links/61b21530c06743719a8fea09/Unilab-10-anos-genese-desafios-e-conquistas.pdf). Acesso em: 08abr. 2023.

LINDFORS, Axel; AMMENBERG, Jonas. Using national environmental objectives in green public procurement: Method development and application on transport procurement in Sweden. **Journal of Cleaner Production**, v. 280, n. 124821, 2021.

MAGAUDDA, Paolo; PICCIONI, Tiziana. Practice theory and media infrastructures: “Infrastructural disclosures” in smartphone use. **Sociologica**, v. 13, n. 3, p. 45-58, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUZ JUNIOR, Maucir et al. Sustentabilidade no setor público brasileiro e nas instituições públicas de ensino superior: análise da produção científica em periódicos nacionais. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 11, n. 3, p. 183-198, 2020.

MARQUES, Jacyara Farias Souza; SANTOS, Ângela Veras; ARAGÃO, Jônica Marques Coura. Planejamento e sustentabilidade em instituições de ensino superior à luz dos Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável. **REUNIR: Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade**, v. 10, n. 1, p. 14-28, 2020.

MEDEIROS, Ana Paula de Oliveira. **Responsabilidade social na universidade: uma análise do projeto de extensão Leituras na Praça sob a luz das práticas sociais**. 2020. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará, Feaacs, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, CE, 2020.

MEDEIROS, Deanna Maria Louisa. **Motivação e satisfação na função pública: caso dos Açores**. 2014. 135 f. Dissertação (mestrado), Departamento de Economia e Gestão, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.3/2822>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MELO, José Florentino Vieira de. **Entre os ditos e os não ditos: manifestações do discurso da sustentabilidade em uma instituição federal de ensino superior no nordeste do Brasil**. 2020. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional, Gestão Pública, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18484>. Acesso em: 05 jan. 2023.

MENEGUZZI, Rosa M. Conceito de licitação sustentável. In: **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. SANTOS, Murillo; BARKI, Teresa V. P. (Coord). Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 19-36.

MENESCAL, Livia Montenegro de Miranda e. **Benefícios promovidos por uma política pública de compras sustentáveis e barreiras à implementação de critérios ambientais: uma visão do setor público.** 2020. 106f. Dissertação (mestrado acadêmico), Universidade de Fortaleza, Unifor, Programa de Mestrado em Administração, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://uol.unifor.br/oul/conteudosite/F10663420200811093804282306/Dissertacao.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2023.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MICHAELIS. **Dicionário Online Brasileiro da Língua Portuguesa.** Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?palavra=autodidatismo&r=0&f=0&t=0>. Acesso em: 19 jan. 2024.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento.** Porto Alegre: Bookman, 2008. E-book. ISBN 9788577802296. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577802296/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & saúde coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2014.

MIRANDA, Fernanda Luzia de Almeida. **Educação ambiental e sustentabilidade: marcos documentais, históricos e legais.** E-book VII CONEDU 2021 - Vol 02... Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82139>>. Acesso em: 09/01/2023.

MOTTA, R.S. et al. **Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e Regulatórios.** Brasília: Ipea, 2011.

NICOLINI, Davi de. Zooming in and out: studying practices by switching theoretical lenses and trailing connections. **Organization Studies**, v. 30, n. 12, p. 1391-1418, 2009. SAGE Publications. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0170840609349875>. Acesso em: 29 abr. 2022.

OLIVEIRA, Bernardo Carlos S. C. M. de; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 49, p. 189-206, jan./fev. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/rybgWdNfqmncMdXp6rZ4r9g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2022.

OLIVEIRA, Celso Maran de. Agenda 21: propostas de integração. **Revista Direito Ambiental e sociedade.** Rio Grande do Sul, v. 9, n. 3, p. 33-56, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/7976/3982>. Acesso em: 25 fev. 2023.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Os “Limites do Crescimento” 40 anos depois: das “profecias do apocalipse ambiental” ao “futuro comum ecologicamente sustentável”. **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 72-96, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/8>. Acesso em: 05 jan. 2023.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer Pesquisa Qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2007.

ONU. **Agenda 21**. New York: UNCED, 1992. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/Agenda21.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ONU. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: ONU, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000200013>. Acesso em: 11 jan. 2023.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 11 fev. 2023.

ORLIKOWSKI, Wanda J. Using technology and constituting structures: a practice lens for studying technology in organizations. **Organization Science**, v. 11, n. 4, p. 404-428, 2000.

ORTNER, S. B. Theory in anthropology since the sixties. **Comparative Studies in Society and History**, vol. 26, no. 1, p. 126-66, 1984. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/178524>. Acesso em: 17 ago 2023.

PAGANI, C. Estudos Baseados na Prática (EBP): Uma Revisão Sistemática de Literatura. **Revista Reuna**, Belo Horizonte, v. 26, n. 4, p. 01 a 18, 2021. Disponível em: <http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/1280>. Acesso em: 31 ago. 2023.

PASSOS, J. S. L.; BULGACOV, Y. L. M. Da Filosofia para os Estudos Organizacionais: o percurso ontológico de Schatzki na teoria da prática social. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 1, p. 1-15, 2019.

PERRY, James L.; HONDEGHEM, Annie; WISE, Lois Recascino. Revisiting the Motivational Bases of Public Service: Twenty Years of Research and an Agenda for the Future. **Public Administration Review**, v. 70, ed. 5, p. 681-690, set.-out., 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2010.02196.x>. Acesso em: 18 fev. 2024.

PIGA, Talita Ravagnã; MANSANO, Sonia Regina Vargas; MOSTAGI, Nicole Cerci. A agenda 21 e seus limites: uma conversa necessária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, IV, 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sbeo, 2016. p. 1-18. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/199/191>. Acesso em: 21 jan. 2023.

PLANEJAMENTO. **Sobre o Comprasnet**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2023. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/ajuda/sobre.htm>. Acesso em: 16 set. 2023.

POSTILL, John. Introduction: theorising media and practice. In: BRAUCHLER, Birgit; POSTILL, John (Org.). **Theorising media and practice**. Oxford and New York: Livros Berghahn, 2010. Disponível em:. Acesso em: 21 mar. 2023.

POUPART Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RABELLO, Luciana de Amorim. **Efetividade das compras públicas: atos e exigências adequados à contratação**. 104f. 2022. Dissertação (mestrado) - Mestrado Profissional em Administração Pública. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. Salvador-BA, 2022. Disponível em:[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/32194/Luciana\\_Dissertac%cc%a7a%cc%83o%20versa%cc%83o%20final\\_biblioteca.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/32194/Luciana_Dissertac%cc%a7a%cc%83o%20versa%cc%83o%20final_biblioteca.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em: 13 set. 2023.

RANZINI, Milena de Senne; BRYAN, Newton Antonio Paciulli. Capacitação e formação para o setor público e os modelos de escola de governo no Brasil. **Revista de Serviço Público**, v. 68, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i2.1004>. Acesso em: 26 jan. 2024.

REBELO, Márcia de Jesus. **O impacto do content marketing na decisão de compra da Geração Z no setor da nutrição desportiva**. 115 f. 2022. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Marketing Digital. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto. Porto, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.22/21664>. Acesso em: 31 jan. 2024.

RECKWITZ, Andreas. Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing. **European journal of social theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/13684310222225432>. Acesso em: 18 mai. 2022.

REZ, Rafael. **Marketing de conteúdo: a moeda do século XXI**. São Paulo: DVS Editora, 2016. Acesso em: 31 jan. 2024.

RIBEIRO, Fabrício Américo. **UNILAB: políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção-Ceará-Brasil**. Dissertação (Mestrado). Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em:[https://silo.tips/queue/universidade-estadual-do-ceara-pro-reitoria-de-pos-graduaao-e-pesquisa-centro-de-3?&queue\\_id=1&v=1680758465&u=MjgwND0lNmRjOjQwMjI6OWUwMDphMTIwOjFmMmE6YTRiMToyZjk2](https://silo.tips/queue/universidade-estadual-do-ceara-pro-reitoria-de-pos-graduaao-e-pesquisa-centro-de-3?&queue_id=1&v=1680758465&u=MjgwND0lNmRjOjQwMjI6OWUwMDphMTIwOjFmMmE6YTRiMToyZjk2). Acesso em: 06abr. 2023.

RODRIGUES, Francisco Antonio De Sousa. **Gestão sustentável do uso de tecnologias da informação em uma instituição federal de ensino superior do Ceará**. 64 f. 2021. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS). Pró-Reitoria De Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção-CE, 2021. Disponível em:[repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3136](https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3136). Acesso em: 08abr. 2023.

ROHRICH, S. S.; TAKAHASHI, A. R. W. Sustentabilidade ambiental em Instituições de Ensino Superior, um estudo bibliométrico sobre as publicações nacionais. **Gestão & Produção**, v. 26, n. 2, e2861, 2019. Disponível em:<https://doi.org/10.1590/0104-530X2861-19>. Acesso em: 18 set. 2022.

ROSSET, Andrea Cecília Soares; FINGER, Andrew Beheregarai. Compras Públicas Sustentáveis: uma revisão sistemática da pesquisa brasileira. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 7, n. 3, p. 105-120, 2016. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.13059/racef.v7i3.412>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SACHS, Ignacy. Gestão negociada e contratual da biodiversidade. In: STROH, Paula Yone (org.). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 96 p. Disponível em:<https://pt.scribd.com/document/396350127/SACHS-I-Caminhos-Para-o-Desenvolvimento-Sustentavel#>. Acesso em: 19 fev. 2023.

SACHS, Jeffrey D. **A era do desenvolvimento sustentável**. Lisboa: Actual Editora, 2018. Disponível em:<https://books.google.com.br/books?id=k2EuDwAAQBAJ&lpg=PT3&ots=Pc7ynkrZvA&r&hl=pt-BR&pg=PT2#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 05 jan. 2023.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LÚCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTANA, João. **Gestão de compras em instituição federal de ensino superior: aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental**. 2015. 299 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/160800/338228.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jan. 2023.

SANTOS, F.R. As universidades e a sustentabilidade ambiental. **Revista Gestão Universitária**, v.10, p. 1-17, 2018. Disponível em:[http://www.gestaouniversitaria.com.br/system/scientific\\_articles/files/000/000/431/original/Artigo\\_4\\_para\\_publica%C3%A7%C3%A3o\\_Sustentabilidade.pdf?1531935534](http://www.gestaouniversitaria.com.br/system/scientific_articles/files/000/000/431/original/Artigo_4_para_publica%C3%A7%C3%A3o_Sustentabilidade.pdf?1531935534). Acesso em: 07 jun. 2022.

SCHATZKI, T. R. **Social Practices: A Wittgensteinian approach to human activity and the social**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SCHATZKI, T. R. Practices and Actions A Wittgensteinian critique of Bourdieu and Giddens. **Philosophy of the Social Sciences**, v.27, n3, p. 283–308, 1997.

SCHATZKI, T. R. Introduction Practice Theory. In: **The practice turn in contemporary theory**. London and New York: Routledge, 2001.

SCHATZKI, T. R. **The site of the social: a philosophical account of the constitution of social life and change**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University, 2002.

SCHATZKI, T. R. Peripheral vision: the sites of organizations. **Organization Studies**, v. 26, n.3, p. 465–484, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0170840605050876>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SCHATZKI, T. R. Peripheral vision: on organizations as they happen. **Organization Studies**, v. 27, n. 12, p. 1863–1873, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0170840606071942>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SDSN (SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS). **Getting started with the SDGs in universities**: a guide for universities, higher education institutions, and the academic sector. Edição Austrália, Nova Zelândia e Pacífico. Sustainable Development Solutions Network – Australia/Pacific: Melbourne, 2017. Disponível em: [https://sdsn-amazonia.org/wp-content/uploads/2021/03/2017\\_Como-comecar-com-os-ODS-nas-universidades.pdf](https://sdsn-amazonia.org/wp-content/uploads/2021/03/2017_Como-comecar-com-os-ODS-nas-universidades.pdf). Acesso em: 27 fev. 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SHOVE, E. Converging Conventions of Comfort, Cleanliness and Convenience. **Journal of Consumer Policy**, vol. 26, p. 395–418, 2003. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1026362829781>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SHOVE, E. Beyond the ABC: climate change policy and theories of social change. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 42, n. 6, p. 1273-1285, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1068/a42282>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SHOVE, E. The shadowy side of innovation: unmaking and sustainability. **Technology Analysis & Strategic Management**, vol. 24, n. 4, p. 363–375, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09537325.2012.663961>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SHOVE, E.; PANTZAR M.; WATSON, M. **The dynamics of social practice**: everyday life and how it changes. London: SAGE Publications Ltda, 2012.

SHOVE, E. Putting practice into policy: reconfiguring questions of consumption and climate change. **Contemporary Social Science**, v. 9, n. 4, p. 415-429, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21582041.2012.692484>. Acesso em: 26 ago. 2023.

SILVA, L. de B.; ALMEIDA, L. L. A sustentabilidade como prática sociomaterial em uma feira de produtos orgânicos de João Pessoa/PB. **Revista Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 175-206, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/24641>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SILVA, R. C.; BARKI, T. V. P. Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis. **Revista do Serviço Público**, v. 63, n. 2, p. 157-175, 2012.

SILVA, Renato Cader. A Implantação do Sistema de Compras Compartilhadas Sustentáveis do Ministério Público Federal–MPF. In: **Revista do 6º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público**, Brasília, 2016. Disponível em: [https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/revista\\_congresso\\_cnmp\\_2016\\_web\\_atualizado.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/revista_congresso_cnmp_2016_web_atualizado.pdf). Acessado em: 19 set. 2023.

SILVA, Renato Cader et al. Sustainable public procurement: the Federal Public Institution's shared system. **Revista de Gestão**, v. 25, n. 1, p. 9-24, 2018. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/REGE-11-2017-001/full/html>. Acessado em: 19 set. 2023.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. Satisfação no trabalho. *In*: SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias et al. (org.). **Medidas de comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 265-274. E-book. ISBN 9788536314945. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536314945/>. Acesso em: 18 fev. 2024.

SOARES, Cristiano Sausen; DEGLINOMENI, Raquel Londero; ROSA, Fabricia Silva da. Compras públicas sustentáveis: análise dos critérios de sustentabilidade e sua aplicação nas universidades federais no Rio Grande do Sul. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**. v. 12, n. 1, p. 59-74, mar. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v12i1.715>. Acesso em: 11 mar. 2023.

SOUZA, Erika Maria Ribeiro; VENTURA, Andrea Cardoso. Compras públicas sustentáveis no Brasil: uma análise da atuação da Universidade Federal da Bahia. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade** (ISSN 2318-3233), v. 10, n. 3, p. 204-228, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/download/2290/pdf/8339>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SOUZA, Selma Rocha de. **Aprendizagem e cooperação em setores de licitações em Universidade pública**: um estudo de caso. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Curso do Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/20567>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SOUZA-SILVA, Jader C. Condições e desafios ao surgimento de comunidades de prática em organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 176-189, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/kNx8KdkNTKtkQGZvhvqgtjs/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

TAJRA, Luciana; BELCHIOR, Germana. Licitações sustentáveis: a nova lei de licitações e a materialização de um novo modelo de consumo administrativo sustentável. **Revista Jurídica da FA7**. v. 18, n. 2, p. 119-134, mai/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/1664/902>. Acesso em: 11 mar. 2023.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. E-book. ISBN 9788577802296. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577802296/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Comentários do artigo 7º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. São Paulo: TCESP, 2021. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/legislacao-comentada/lei-14133-1o-abril-2021/7>. Acesso em: 06 novembro 2023.

UFC. **SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos**. Fortaleza: UFC, 2023. Disponível em: <https://www.ufc.br/ufc-digital/sistemas-administrativos-da->

ufc/973-sipac-sistema-integrado-de-de-patrimonio-administracao-e-contratos. Acesso em: 16 set. 2023.

UNILAB. **Unilab é a 2ª melhor universidade do Ceará e está entre as dez melhores universidades do Norte/Nordeste.** Redenção: Unilab, 2020. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2020/01/06/unilab-e-a-2a-melhor-universidade-do-ceara-e-esta-entre-as-dez-melhores-universidades-do-norte-nordeste/>. Acesso em: 08 abr de 2023.

UNILAB. **Portaria da Reitoria nº 193, de 18 de junho de 2021:** Dispõe sobre a revisão da Portaria GR nº107/2017, que define a organização interna e as competências da Coordenação de Logística (COLOG), vinculada à Pró-Reitoria de Administração (PROAD). Redenção: Unilab, 2021a. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/PORTARIA-REITORIA-No-193-DE-18-DE-JUNHO-DE-2021.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2023.

UNILAB. **Unilab é convidada para participar da Rede Alemã-Brasil de Cooperação em Ciência e Tecnologia.** Redenção: Unilab, 2021b. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2021/07/23/unilab-e-convidada-para-participar-da-rede-alema-brasil-de-cooperacao-em-ciencia-e-tecnologia/>. Acesso em: 08abr. 2023.

UNILAB. **Relatório de Gestão do ano de 2022.** Redenção: Unilab, 2023a. Disponível em: [https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2023/03/Relatorio-de-Gestao-2022\\_Final3.pdf](https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2023/03/Relatorio-de-Gestao-2022_Final3.pdf). Acesso em: 06 abr. 2023.

UNILAB. **Sistema Eletrônico de Informações (SEI).** Redenção: Unilab, 2023b. Disponível em: <https://unilab.edu.br/sei/#:~:text=O%20SEI%20%C3%A9%20um%20dos,processos%20%20documentos%20administrativos%20e%20letr%C3%B4nicos>. Acesso em: 16 set. 2023.

UNILAB. **Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio-CLCP.** Redenção: Unilab, 2023c. Disponível em: <https://unilab.edu.br/clcp-2/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

UNILAB. **Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura - PROADI.** Redenção: Unilab, 2024a. Disponível em: <https://unilab.edu.br/proadi/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

UNILAB. **Divisão de Eficiência Energética e Gestão Ambiental – DEEGEA.** Redenção: Unilab, 2024b. Disponível em: <https://unilab.edu.br/deegea/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

UNILAB. **Perguntas Frequentes – PROADI.** Redenção: Unilab, 2024c. Disponível em: <https://unilab.edu.br/perguntas-frequentes-proadi/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

VALENTE, Manoel Adam Lacayo. **Marco legal das licitações e compras sustentáveis na Administração Pública.** Consultoria Legislativa: estudo. Brasília: Câmara dos Deputados, mar. 2011. Disponível em: [https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5704/marco\\_legal\\_valente.pdf?sequence=2](https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5704/marco_legal_valente.pdf?sequence=2). Acesso em: 10mar. 2023.

VALIATI, V. A. D. **“Você ainda está assistindo?”: o consumo audiovisual sob demanda em plataformas digitais e a articulação das práticas relacionadas à Netflix na rotina dos usuários.** 2018. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2018. Disponível

em:<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174831/001064136.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 mai. 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VIEIRA, Lucas Pacheco; PUERARI, Adriano. A sustentabilidade na nova lei de licitações. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antônio Meneghetti**. ISSN 2446-6298, v. 11, n. 19, p. 56-81, jun./dez. 2021. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/502>. Acesso em: 11 mar. 2023.

WORLD WILDLIFE FUND. **Living Planet Report 2018: aiming higher**. Gland: WWF, 2018. Disponível: [https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/especiais/relatorio\\_planeta\\_vivo\\_2018](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/relatorio_planeta_vivo_2018).

WU, Yen-Chun Jim; SHEN, Ju-Peng. Higher education for sustainable development: a systematic review. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 17, n. 5, p. 633-651, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJSHE-01-2015-0004>. Acesso em: 27 fev. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA SOBRE PRÁTICAS DE COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS NA UNILAB**

### **1) Introdução**

- *Apresentação do entrevistador e do objetivo da pesquisa;*
- *Apresentação do entrevistado e sua relação com as compras públicas sustentáveis na Unilab;*
- *Exposição do conteúdo da entrevista e a perspectiva teórica que será utilizada;*
- *Sugestão de Perguntas:*

#### **Mapeamento do Perfil Demográfico:**

- ✓ Qual sua Idade e gênero?
- ✓ Qual seu nível de escolaridade?
- ✓ Qual seu estado civil?
- ✓ Qual o cargo que você ocupa aqui na universidade?
- ✓ Quanto tempo você atua no Serviço Público?

#### **Desenvolvimento da Prática:**

- ✓ Quanto tempo e como você começou a atuar na área específica de licitação?
- ✓ Quando e como se deu, a implementação de processo de compras e/ou contratações com a inclusão de critérios de sustentabilidade nas especificações de bens, serviços e/ou obras?
- ✓ Com qual frequência você participa de licitações utilizando critérios de Sustentabilidade?
- ✓ Qual a maior dificuldade enfrentada na utilização dos critérios de sustentabilidade nas licitações?
- ✓ O que mudou nos procedimentos licitatórios com critérios sustentáveis desde quando você começou a trabalhar no setor?
- ✓ Sugere alguma mudança?

### **2) Configuração dos elementos materiais das práticas de compras públicas sustentáveis na Unilab**

- *Quais são os objetos, tecnologias e materiais utilizados nas compras públicas sustentáveis na Unilab;*
- *Como esses elementos materiais influenciam o desenvolvimento das práticas;*
- *Como a Unilab avalia a sustentabilidade dos objetos, tecnologias e materiais adquiridos;*
- *Sugestão de Perguntas:*
  - ✓ Como a Unilab define e identifica as compras públicas sustentáveis?
  - ✓ Quais são os critérios utilizados para selecionar os fornecedores?
  - ✓ Em sua opinião, quais materiais são necessários para a execução das licitações sustentáveis? Qual é a importância desses recursos citados anteriormente?
  - ✓ Existe diferença nos recursos materiais dessas licitações sustentáveis para as comuns?
  - ✓ Como a Unilab garante a implementação e a continuidade das práticas de compras públicas sustentáveis?
  - ✓ Qual é o papel das tecnologias na implementação dessas práticas?
  - ✓ Como a Unilab se preocupa com a gestão dos resíduos gerados pelas compras públicas?

### **3) Configuração das competências das práticas de compras públicas sustentáveis na Unilab**

- *Quais são as habilidades, conhecimentos e práticas utilizadas nas compras públicas sustentáveis na Unilab?*

- *Como essas competências são desenvolvidas e transmitidas para as pessoas envolvidas nas compras públicas?*
- *Quais são as barreiras e desafios enfrentados na implementação dessas competências?*
- *Sugestão de Perguntas:*
  - ✓ Como a Unilab capacita seus funcionários para lidar com as compras públicas sustentáveis?
  - ✓ Qual é a participação da comunidade acadêmica na implementação dessas práticas?
  - ✓ Como a Unilab estabelece parcerias e colaborações para fortalecer as práticas de compras públicas sustentáveis?
  - ✓ Como a Unilab monitora e avalia o desempenho dessas práticas?
  - ✓ Você desenvolveu ou aprendeu algum hábito novo participando dessas licitações?
  - ✓ O que mudou na sua vida a partir da sua atuação nas Licitações Sustentáveis?

#### **4) Configuração dos significados das práticas de compras públicas sustentáveis na Unilab**

- *Como a Unilab define e interpreta a sustentabilidade nas compras públicas;*
- *Quais são as crenças, valores e normas envolvidos nas práticas de compras públicas sustentáveis;*
- *Como esses significados influenciam o desenvolvimento e evolução dessas práticas;*
- *Sugestão de Perguntas:*
  - ✓ O que te motiva a trabalhar com as licitações sustentáveis? (motivação)
  - ✓ O que significa para você a administração pública realizar licitações sustentáveis? (significado)
  - ✓ Quais suas expectativas no futuro para o setor e para as licitações sustentáveis? (Desejos)
  - ✓ Como essas práticas são comunicadas e divulgadas para a comunidade acadêmica da Unilab?
  - ✓ Como as práticas de compras públicas sustentáveis contribuem para a missão e os valores da Unilab?

#### **5) Interação entre os três elementos na configuração das práticas de compras públicas sustentáveis na Unilab**

- *Como os elementos materiais, competências e significados se interagem na configuração dessas práticas*
- *Como essa interação influencia o desenvolvimento dessas práticas e a evolução da Unilab*
- *Como essa interação pode ser utilizada para aprimorar e fortalecer as práticas de compras públicas sustentáveis na Unilab.*
- *Sugestão de Perguntas:*
  - ✓ Como a Unilab enfrenta desafios e obstáculos na implementação dessas práticas?
  - ✓ Quais são as principais ações da Unilab para solucionar esses desafios?
  - ✓ Como a comunidade acadêmica e os fornecedores podem colaborar para fortalecer as práticas de compras públicas sustentáveis?
  - ✓ Qual é a importância da interação e do diálogo para o desenvolvimento dessas práticas?

#### **6. Conclusão**

- *Resumo dos principais pontos abordados na entrevista*
- *Agradecimento ao entrevistado*
- *Sugestão de Perguntas:*
  - ✓ Qual é a sua avaliação geral sobre as práticas de compras públicas sustentáveis na Unilab?
  - ✓ Você acredita que há espaço para melhorias nessas práticas?

✓ Qual é a sua mensagem final sobre o assunto para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral?

Obs.: Este roteiro é uma sugestão e poderá ser ajustado de acordo com as necessidades. É importante levar em consideração a flexibilidade e naturalidade da conversa para obter respostas mais completas e significativas.

## APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**Universidade Federal do Ceará – UFC**  
**Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade –FEAAC**  
**Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria – PPAC**  
**Mestrado Acadêmico em Administração e Controladoria**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante,

Você está sendo convidado a participar voluntariamente de uma pesquisa acadêmica intitulada: **COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA TEORIA DA PRÁTICA NA UNIVERSIDADE**

A pesquisa tem como objetivo geral compreender como se configuram as práticas das compras públicas sustentáveis na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Essa pesquisa faz parte de uma dissertação de Mestrado em Administração e Controladoria do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação do Professor Dr. Diego de Queiroz Machado.

Desse modo, sua opinião é de fundamental importância para esse estudo, uma vez que irá contribuir para reflexões sobre a utilização dos critérios de sustentabilidade nas compras públicas, promovendo o uso racional dos recursos naturais e a redução dos impactos ambientais negativos.

A pesquisa é de cunho qualitativo e o procedimento de coleta de dados se dará por meio de: entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação participante. De forma a manter o sigilo e anonimato dos participantes, a pesquisadora responsável pelo estudo substituirá o nome real dos entrevistados por um código de identificação.

Todas as informações obtidas serão mantidas de forma confidencial. As respostas serão utilizadas para o desenvolvimento da dissertação e poderão ser usadas em publicações científicas da área no tema pesquisado.

Eu \_\_\_\_\_ declaro que estou de acordo em participar voluntariamente desta pesquisa e que fui devidamente esclarecido sobre todos os aspectos constantes nesse termo.

Redenção/CE, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora: Aline Alves da Silva  
Matrícula: 485873